

FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE CARAGUATATUBA - SP
Gestão 2024-2026

**Relatório de Monitoramento
do Plano Municipal de Educação (2015-2025)**

LEI Nº 2.236 de 18 de Junho de 2015

CARAGUATATUBA
2026

Apresentação

Instituído pelo Decreto Municipal nº 473/2016, empossado pelo Decreto Municipal nº 584/2016 e atualizado pelo Decreto Municipal nº 805/2017, o Fórum Permanente de Educação de Caraguatatuba não registrou ações de monitoramento do Plano Decenal de Educação do município até o ano de 2024. Nesse período, mediante monitoramento do Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba, foram solicitadas a reestruturação e a retomada do colegiado, para que voltasse a exercer sua função fundamental de monitoramento na composição do Sistema Municipal de Educação.

O Decreto Municipal nº 2.053/2024 atualizou a composição do colegiado, que retomou, no mesmo período, suas ações organizacionais e de monitoramento. O Decreto Municipal nº 2.291/2025 trouxe nova atualização de composição, e o grupo reestruturado passou a realizar, em ação contínua, o levantamento dos dados e indicadores do território ao longo da série histórica 2015-2026 do Plano Municipal de Educação.

Diante do desafio de localizar os indicadores do território, em agosto de 2025 membros do colegiado participaram de formação promovida em cooperação com o Ministério da Educação para a Elaboração dos Planos Decenais, o que os instrumentalizou com informações sobre a busca e a análise de dados. Essa formação possibilitou a realização mais eficiente e efetiva do monitoramento ao longo da série histórica proposta.

O relatório aqui apresentado foi elaborado a partir dessa trajetória, por meio de grupos de trabalho que se reuniram mensalmente e, em determinados períodos, quinzenalmente, para sua construção.

Como instância de governança democrática que compõe o sistema municipal, prevista pela Lei Complementar nº 220/2025 — que institui o Sistema Nacional de Educação —, o Fórum Permanente de Educação de Caraguatatuba reafirma seu compromisso com as políticas públicas educacionais no território.

Mesa Coordenadora do Fórum Permanente de Educação de Caraguatatuba.
Gestão 2024/2026

Sumário

[META 1] Acesso à educação infantil	página 03
[META 2] Acesso ao ensino fundamental	página 06
[META 3] Acesso ao ensino médio	página 10
[META 4] Acesso à educação especial inclusiva	página 15
[META 5] Alfabetização de crianças	página 23
[META 6] Educação em tempo integral	página 30
[META 7] Qualidade da educação básica	página 37
[META 8] Escolaridade média da população	página 43
[META 9] Alfabetização de jovens e adultos	página 49
[META 10] EJA integrada à educação profissional	página 57
[META 11] Educação profissional técnica de nível médio	página 62
[META 12] Acesso e expansão da educação superior	página 66
[META 13] Titulação dos docentes da educação superior	página 72
[META 14] Titulação de mestres e doutores na pós-graduação	página 76
[META 15] Formação inicial de professores da educação básica	página 80
[META 16] Formação continuada e pós-graduação de professores	página 97
[META 17] Valorização dos professores	página 103
[META 18] Plano de carreira docente	página 108
[META 19] Gestão democrática	página 110
[META 20] Financiamento e investimento público em educação	página 116
Considerações Finais	página 120

Obs. Clique na META para acessar.

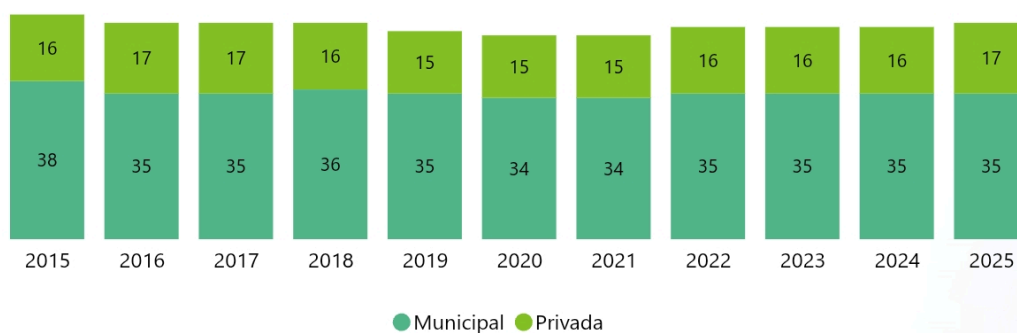
[META 1]

Identificação da META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

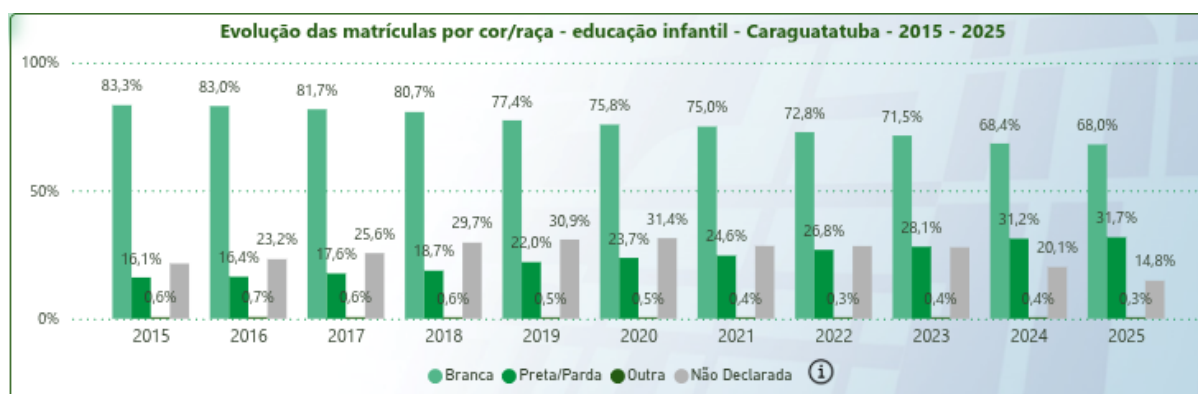
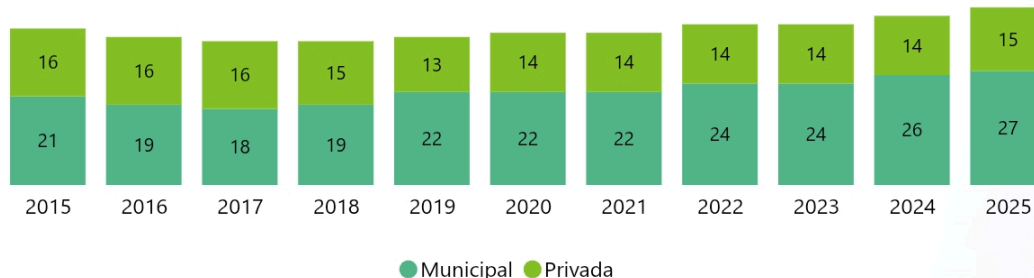
Período analisado: 2015 a 2025.

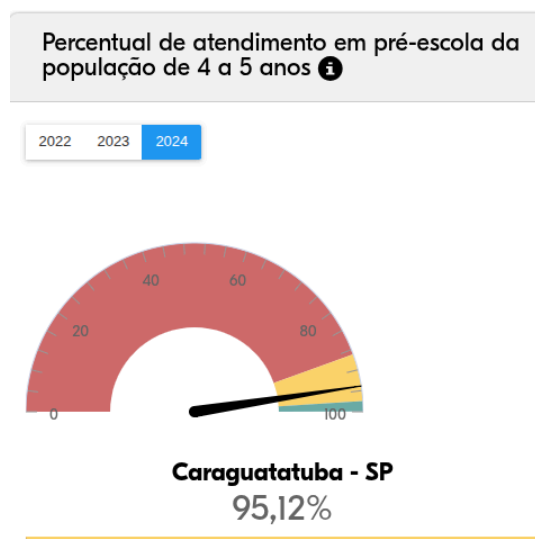
Indicadores de desenvolvimento:

Evolução do número de escolas por rede de ensino - educação infantil - Caraguatatuba - 2015 - 2025



Evolução do número de escolas por rede de ensino - creche - Caraguatatuba - 2015 - 2025





Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoIN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWVhNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. Caraguatatuba - SP. Primeira Infância em Dados. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em:

<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/caraguatatuba-sp/#:~:text=%203%2C01%25%205%2C43%25%2091%2C57%25%20%203%2C66%25%208%2C01%25>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Construção de 6 novas unidades (CEI/EMEIs Adriana A. Cassiano, Vera da Silva Santos, Elisa Butschkau, Inspecora Waldete, Stela da Silva, Josiane A. Ramos) e ampliações/reformas.
- Admissão de 205 professores de Educação Infantil e 128 adjuntos (2017-2024).
- Sem registros de ações específicas para crianças do campo/comunidades tradicionais (estratégia 1.4).
- Sem evidências de formação continuada financiada pela União (estratégia 1.5).

Conclusão: Conforme os gráficos apresentados, com base nos dados populacionais de 2024, o município não atingiu as metas estabelecidas para a Meta 1 do PME. Não foram encontrados dados percentuais de 2025.

Quanto à pré-escola (4 a 5 anos), cuja meta era a universalização até 2016, o atendimento alcançou 95,12% em 2024, o que representa um déficit de 4,88 pontos percentuais em relação aos 100% exigidos. Embora tenha havido evolução no período, a meta não foi cumprida no prazo estipulado e permanece não alcançada, evidenciando a necessidade de ampliação da oferta de vagas para essa faixa etária.

No que se refere às creches (0 a 3 anos), a meta é atingir, no mínimo, 80% até o final da vigência deste PME (2026). O percentual registrado em 2024 foi de 66,51%, ou seja, 13,49 pontos percentuais abaixo da meta. Esse resultado indica descumprimento do objetivo, exigindo avaliação imediata das políticas públicas de expansão da educação infantil, com

planejamento de novas vagas e estratégias de fortalecimento da rede, especialmente considerando o encerramento do ciclo do plano.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Déficit de 13,49 pontos percentuais no atendimento de creches (0 a 3 anos): município atingiu 66,51% em 2024, contra os 80% exigidos até o final da vigência do PME.	1. Planejamento orçamentário para ampliação, reforma e construção de unidades escolares, prioritariamente para creches. 2. Captação de recursos junto aos governos federal (PAR, FNDE) e estadual, além de parcerias com universidades para projetos de extensão.	Atingir o patamar mínimo de 80% de atendimento, conforme estabelecido pela Meta 1, e viabilizar as Estratégias 1.1 (diagnóstico da demanda), 1.2 (expansão da rede) e 1.5 (equidade territorial).
Déficit de 4,88 pontos percentuais na universalização da pré-escola (4 a 5 anos): município atingiu 95,12% em 2024, contra 100% exigidos desde 2016.	1. Ampliação da oferta de vagas na pré-escola, com foco em regiões com maior demanda reprimida. 2. Adequação de espaços físicos em unidades existentes para comportar novas turmas.	Cumprir a universalização da pré-escola, meta que já expirou em 2016, garantindo o direito à educação infantil e atendendo às Estratégias 1.1 e 1.2.
Insuficiência de profissionais docentes para atender ambos os turnos nas unidades de educação infantil, comprometendo a ampliação da jornada e a qualidade do atendimento.	1. Previsão orçamentária para ampliação do quadro de trabalhadores da educação infantil. 2. Realização de concurso público para provimento de vagas.	Garantir a Estratégia 1.3 (valorização e qualificação dos profissionais) e assegurar atendimento em tempo integral ou parcial com qualidade, sem sobrecarga de profissionais.
Formação continuada dos Profissionais da Educação.	Firmar adesão aos programas do Ministério da Educação, Capes e Universidades Públicas.	Desenvolver ações para o desenvolvimento da estratégia 1.3 do PME.
Mapeamento da rede e campanha de conscientização pela autodeclaração.	Realização de ações intersetoriais de conscientização e mapeamento do território.	Realizar as estratégias 1.1 e 1.5 do PME.
Sistema de dados	Integrar informações disponibilizadas pelo Gestão Escolar, IBGE, Censo Escolar e Plataformas de Cooperação federal e estadual ao sistema municipal.	Disponibilizar banco público de dados para acompanhamento social e monitoramento.

[META 2]

Identificação da META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 98% (noventa e oito por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:

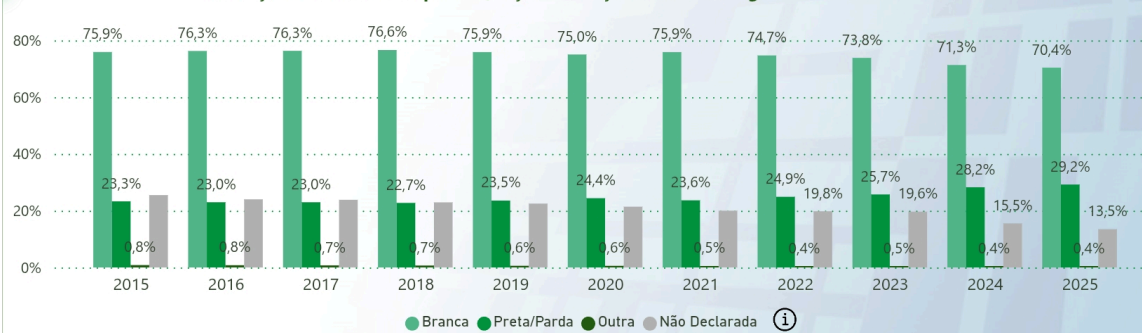
Evolução da matrícula por rede de ensino - ensino fundamental - anos iniciais - Caraguatatuba - 2015 - 2025

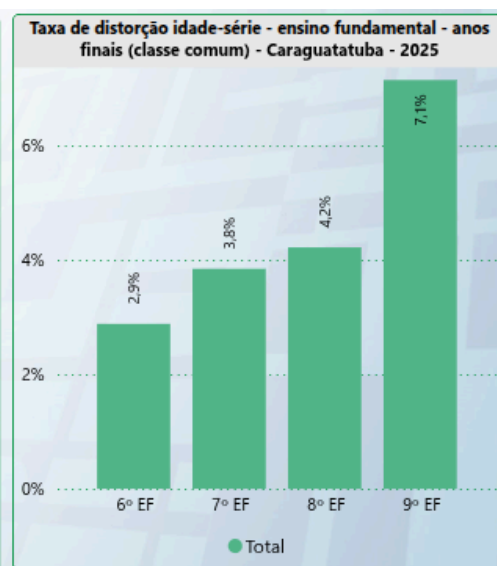
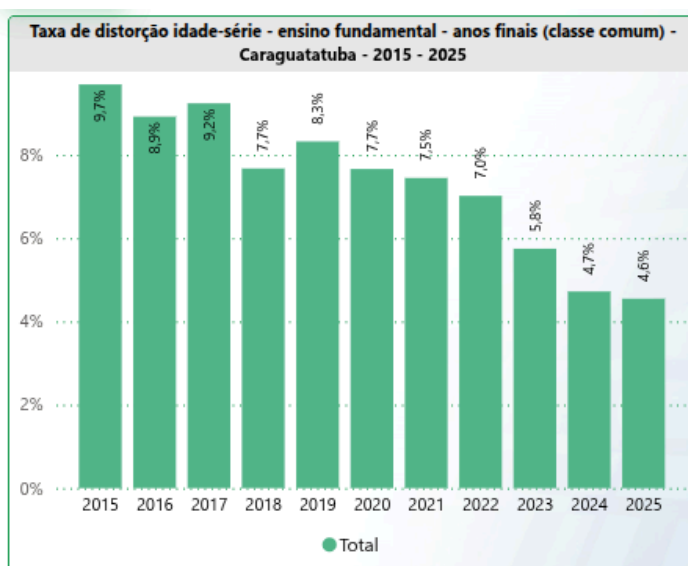
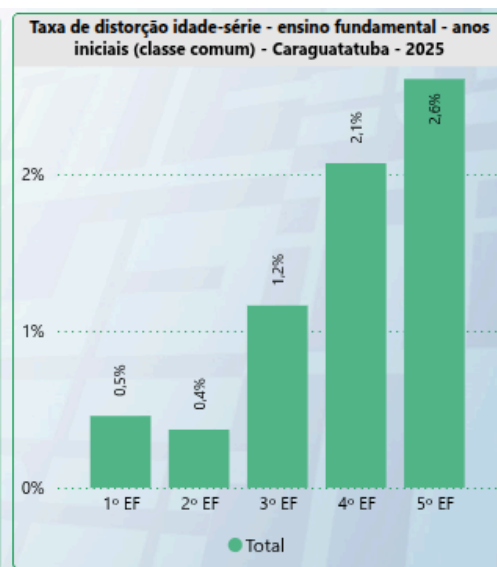
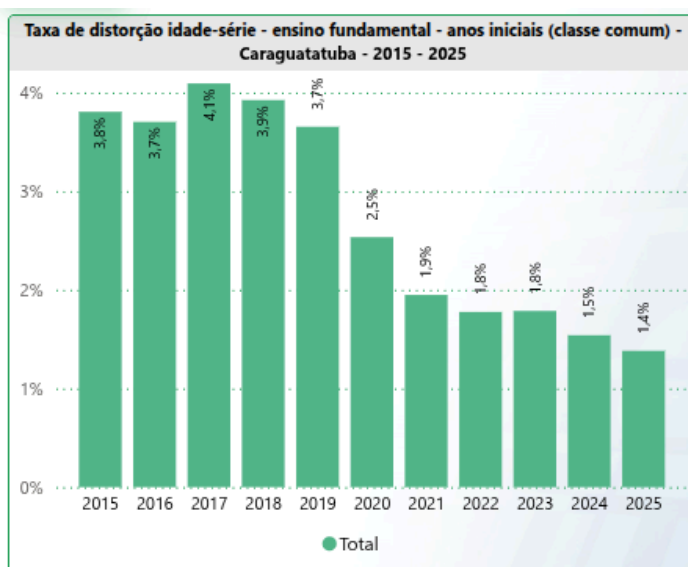


Evolução da matrícula por rede de ensino - ensino fundamental - anos finais - Caraguatatuba - 2015 - 2025

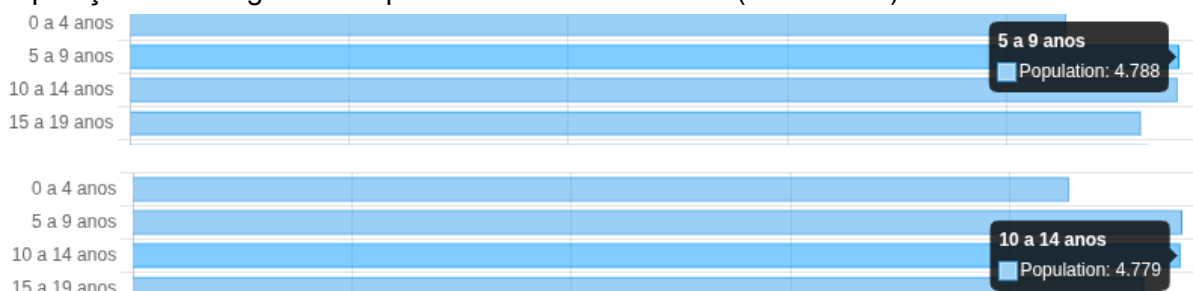


Evolução das matrículas por cor/raça - educação básica - Caraguatatuba - 2015 - 2025

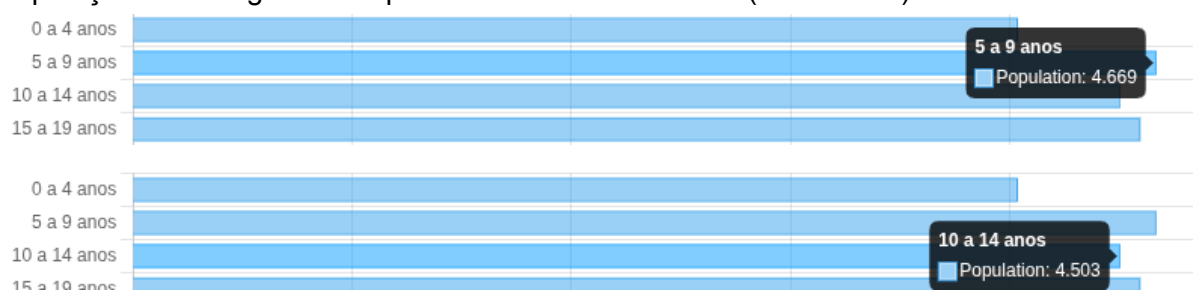




População de Caraguatatuba por Faixa Etária - Homens (IBGE 2022)



População de Caraguatatuba por Faixa Etária - Mulheres (IBGE 2022)



Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaN2ViNDJiNDJMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA. Distribuição da População por Faixa Etária e Sexo. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, 2026. Disponível em: https://ckan.caraguatatuba.sp.gov.br/pt_PT/dataset/dados-demograficos-e-populacionais/resource/951251e6-edf4-43d9-a122-500dd5866141?view_id=b7e58790-2ed1-495d-84ae-f28dcb9de90a. Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: panorama – Caraguatatuba (SP). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=3510500>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Parceria entre Secretaria Municipal de Educação e SEDUC-SP para atendimento compartilhado (matrículas 1º-9º).
- Implantação do Sistema de Gestão Escolar (2020) para tabulação automática de rendimento e fluxo.
- Ações permanentes de busca ativa.

Conclusão: Os dados demográficos por faixa etária devem ser analisados com ressalvas, já que vão de 5 a 14 anos, e não de 6 a 14, como menciona a META 2. E também porque correspondem aos dados do Censo 2022, enquanto os dados das matrículas vão até 2025.

Dessa forma, a população, aproximadamente, entre 6 e 14 está muito semelhante ao número de matrículas em 2025, que somam 18751 estudantes nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Ou seja, a universalização parece ter sido atingida.

Por outro lado, o percentual de estudantes que concluíram fora da idade recomendada nos anos finais, em 2025, foi de 4,6%. Isso indica o não cumprimento da META 2 e evidencia a necessidade da discussão, do planejamento e da implementação de ações que contribuam para a redução dessa distorção.

Apontamentos:

Problemática evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Monitoramento dos anos finais	Implementar projeto de recomposição de aprendizagem e combate à evasão.	Redução dos índices de distorção idade-série mais elevados nas turmas de oitavos e nonos anos.
Distorção idade-série	Ações permanentes de recomposição de aprendizagens com foco nos anos finais.	Redução do índice de distorção registrado em 2024 de 4,7 nos anos finais.

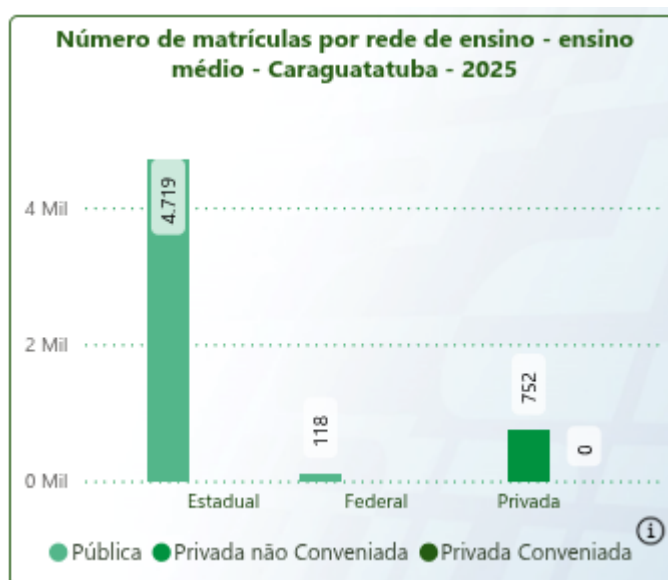
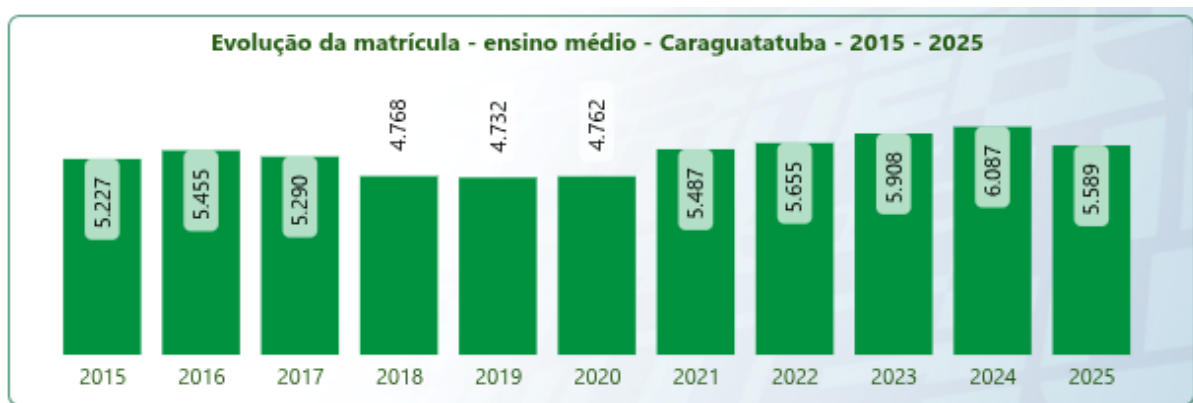
Sistema de dados	Integrar informações disponibilizadas pelo Gestão Escolar, IBGE, Censo Escolar e plataformas de cooperação federal e estadual ao sistema municipal.	Disponibilizar banco público de dados para acompanhamento social e monitoramento.
Formação docente.	Firmar adesão aos programas do Ministério da Educação, Capes e Universidades Públicas.	Fortalecer qualidade dos anos finais e elevar aprovação.

[META 3]

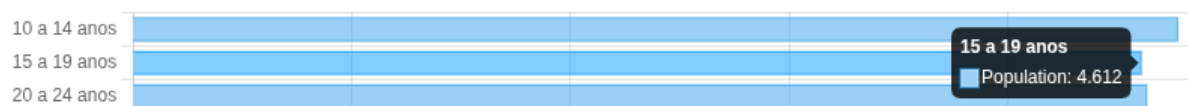
Identificação da META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Período analisado: 2015 a 2025.

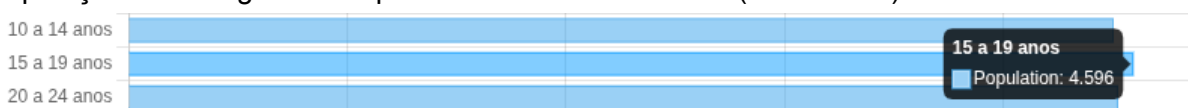
Indicadores de desenvolvimento:



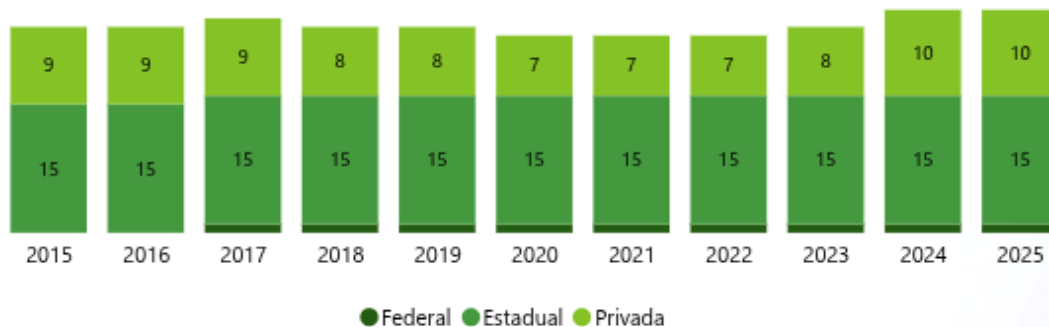
População de Caraguatatuba por Faixa Etária - Homens (IBGE 2022)



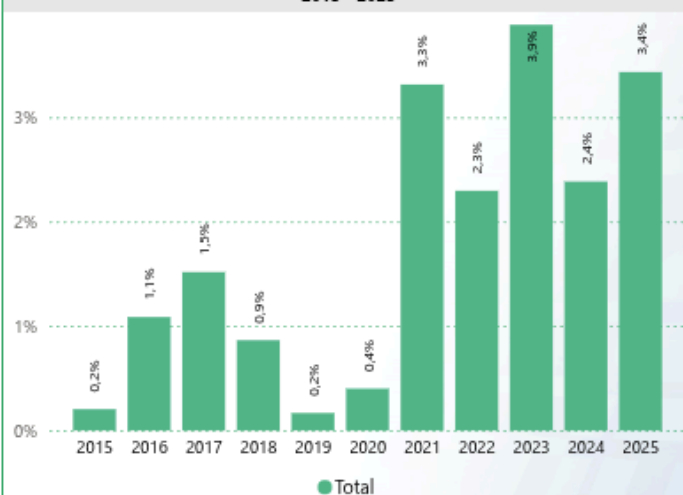
População de Caraguatatuba por Faixa Etária - Mulheres (IBGE 2022)



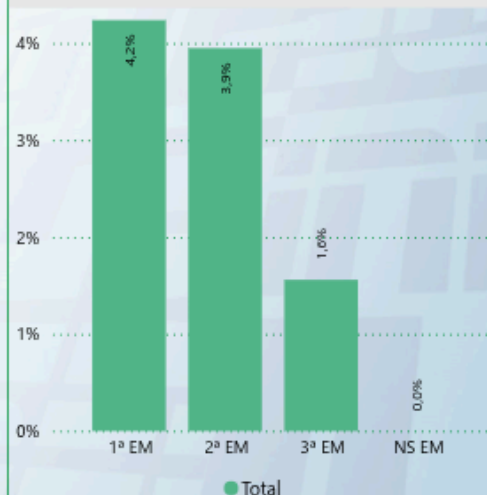
Evolução do número de escolas por rede de ensino - ensino médio - Caraguatatuba - 2015 - 2025



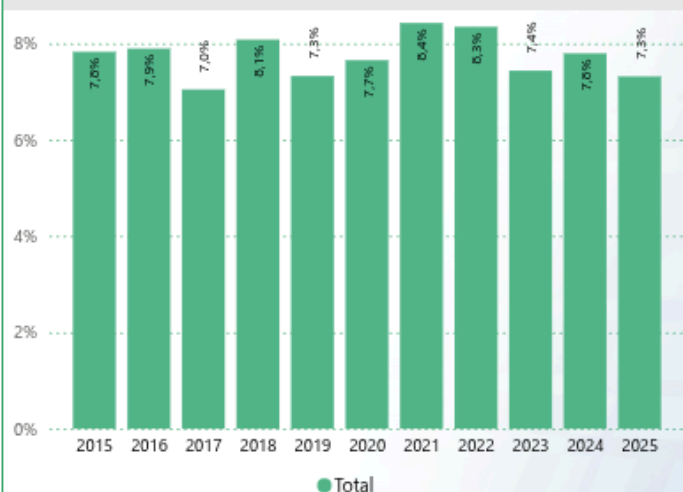
Taxas de rendimento (abandono) - ensino médio (classe comum) - Caraguatatuba - 2015 - 2025



Taxas de rendimento (abandono) - ensino médio (classe comum) - Caraguatatuba - 2025



Taxa de distorção idade-série - ensino médio (classe comum) - Caraguatatuba - 2015 - 2025



Taxa de distorção idade-série - ensino médio (classe comum) - Caraguatatuba - 2025



Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiN2ViNDJiNDJlMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMTNGlXZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA. Distribuição da População por Faixa Etária e Sexo. Caraguatuba: Prefeitura Municipal de Caraguatuba, 2026. Disponível em: https://ckan.caraguatatuba.sp.gov.br/pt_PT/dataset/dados-demograficos-e-populacionais/resource/951251e6-edf4-43d9-a122-500dd5866141?view_id=b7e58790-2ed1-495d-84ae-f28dcb9de90a. Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: panorama – Caraguatuba (SP). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=3510500>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Parceria consolidada Município–SEDUC-SP para oferta de vagas no Ensino Médio.
- Sistema de Gestão Escolar municipal utilizado para monitorar fluxo e distorção idade-série.
- Continuidade do transporte escolar intermunicipal (responsabilidade compartilhada) para jovens residentes em áreas periféricas.
- Não há registro de programas municipais específicos de busca ativa ou aceleração de aprendizagem para esta faixa etária nos relatórios.

Conclusão: Os dados populacionais disponíveis para análise (Censo 2022) estão agregados na faixa de 15 a 19 anos, enquanto a Meta 3 refere-se à população de 15 a 17 anos. Para fins de análise aproximada, utilizou-se estimativa baseada na distribuição etária proporcional, mas recomenda-se para os próximos relatórios a obtenção de dados desagregados por idade simples junto ao IBGE.

Universalização do atendimento escolar (15 a 17 anos) – meta até 2016: Considerando os dados de matrícula total no Ensino Médio em 2015 (5.227) e a população estimada de 15 a 17 anos (aproximadamente 5.525), a taxa de atendimento bruta seria de cerca de 94,6%. Esse dado sugere que a universalização do atendimento pode ter sido alcançada, mas ressalta-se que o numerador inclui apenas matrículas no Ensino Médio, enquanto a universalização abrange também outras modalidades (Fundamental, EJA, profissionalizante). Para uma análise mais precisa, seria necessário incluir todas as matrículas de jovens de 15 a 17 anos, independentemente da etapa de ensino.

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – meta até 2024: Em 2025, o município registrou 5.589 matrículas no Ensino Médio. Considerando a população estimada de 15 a 17 anos (aproximadamente 5.525), a taxa líquida estimada seria de cerca de 101,2%, o que indica uma inconsistência nos dados (a taxa não pode ultrapassar 100%). Essa distorção pode ser explicada por: (a) matrículas de alunos de outras faixas etárias no Ensino Médio (repetência, jovens acima de 17 anos); (b) subestimação da população de 15 a 17 anos; ou (c) dados de matrícula e população com anos-base distintos. Portanto, não é possível afirmar com segurança que a meta de 85% foi atingida com os dados disponíveis, mas aparentemente foi.

Indicação preliminar: Ainda que os dados sugiram avanço no número de matrículas no Ensino Médio (+362 matrículas entre 2015 e 2025), a meta de taxa líquida de 85% carece de confirmação devido às inconsistências apontadas. Recomenda-se a imediata correção da base populacional.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Base populacional inadequada para monitoramento: dados disponíveis estão agregados em faixa etária 15-19 anos, enquanto a meta é 15-17 anos, inviabilizando o cálculo preciso da taxa líquida.	1. Solicitar ao IBGE dados desagregados por idade simples para Caraguatatuba. 2. Utilizar projeções populacionais municipais para 2025/2026 (SEADE ou IBGE) com desagregação anual. 3. Sincronizar ano-base dos dados populacionais com o ano das matrículas (Censo Escolar).	Garantir a precisão metodológica do monitoramento da Meta 3, permitindo o cálculo correto da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio.
Possível insuficiência de vagas no Ensino Médio: embora os dados sejam inconclusivos, o crescimento de +362 matrículas em 10 anos pode não acompanhar o crescimento populacional.	1. Mapear a demanda real por vagas no Ensino Médio, considerando a transição do 9º ano para o 1º ano do EM. 2. Planejar ampliação da rede física e de turmas, com prioridade para tempo integral. 3. Firmar parcerias com o Governo Estadual (responsável pela maior parte do EM) para ampliação de vagas na rede pública.	Garantir a oferta de vagas suficientes para atender à demanda.
Necessidade de políticas de permanência e combate à evasão: a taxa líquida depende não apenas da oferta de vagas, mas também da permanência dos jovens até a conclusão do EM.	1. Implementar programas de busca ativa para jovens evadidos ou em risco de evasão. 2. Ampliar oferta de Ensino Médio em tempo integral com atividades culturais, esportivas e profissionalizantes. 3. Consolidar o Programa Bolsa Família, Pé de Meia e outros auxílios estudantis, em parceria com a	Atender às Estratégias 3.3 (combate à evasão) e 3.5 (estímulo à permanência), garantindo que os jovens permaneçam e concluam o EM na idade certa.

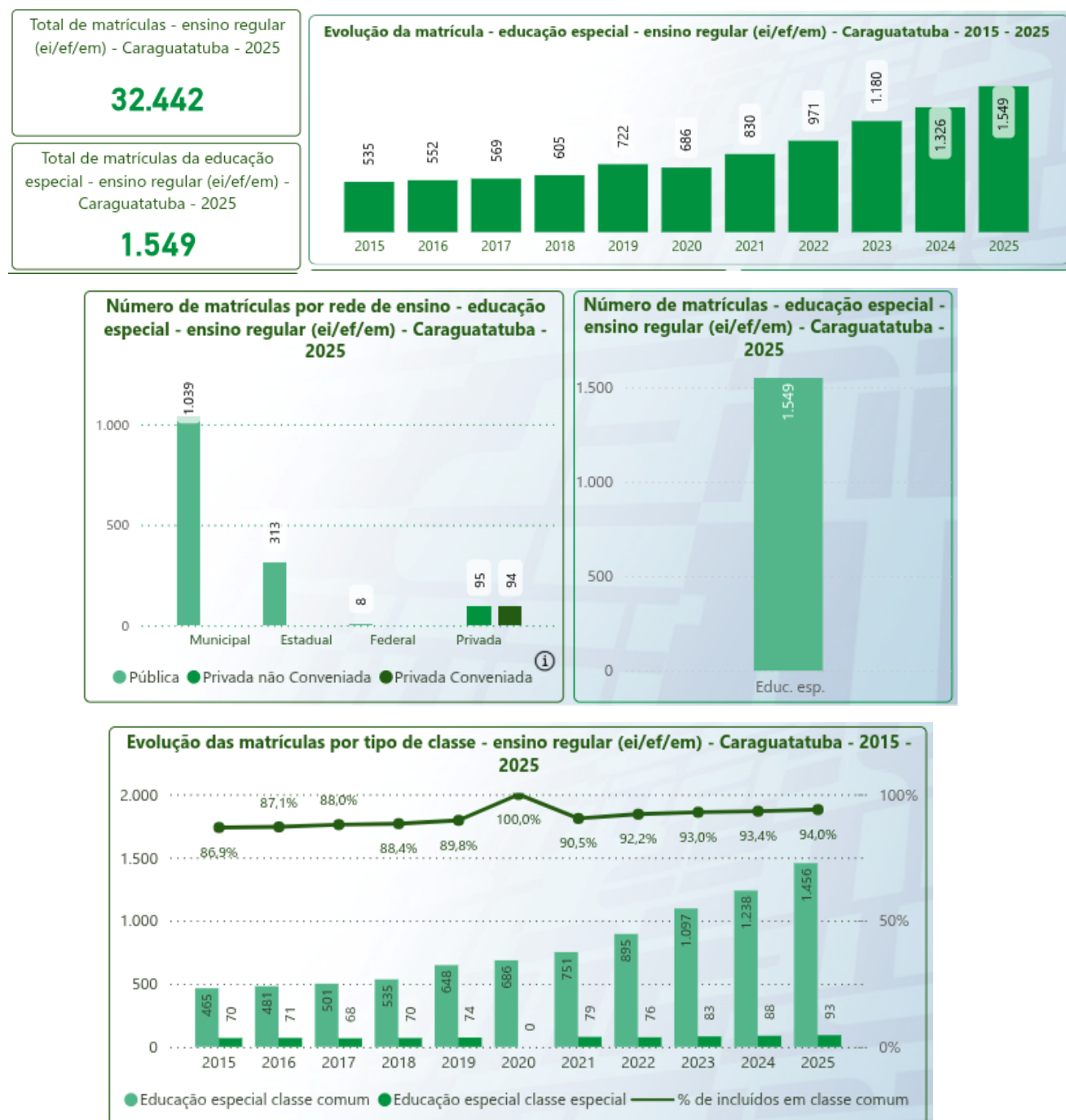
	Assistência Social.	
Ampliação de vagas.	Buscar parcerias com as redes estadual e federal para criação de novas vagas.	Elevar a taxa de matrícula aos patamares propostos pela meta.
Ações de acesso e permanência.	Implementar projetos de recomposição de aprendizagens para alunos com defasagem.	Reduzir abandono, distorção e reprovação.
Integração de dados.	Integrar informações das plataformas federais e estaduais.	Melhorar o monitoramento, a transparência e a avaliação das políticas públicas destinadas à modalidade de ensino.

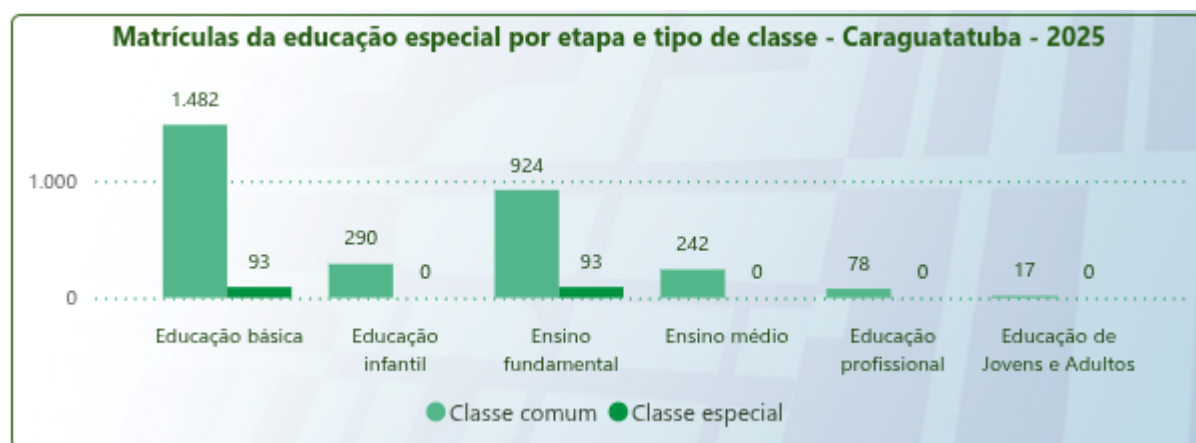
[META 4]

Identificação da META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

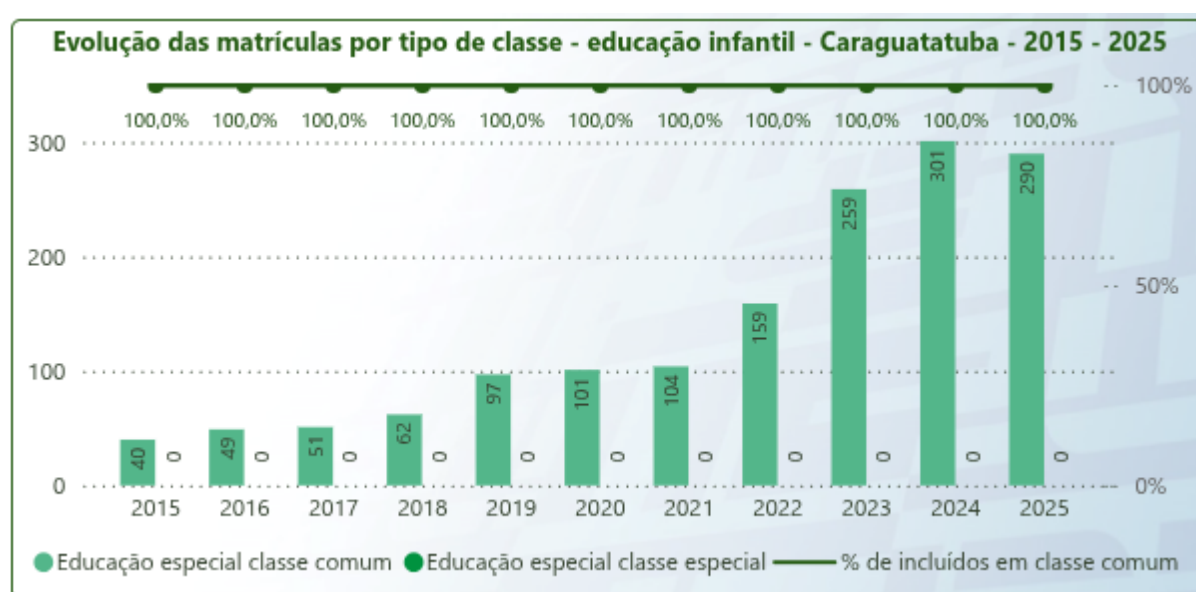
Período analisado: 2015 a 2025.

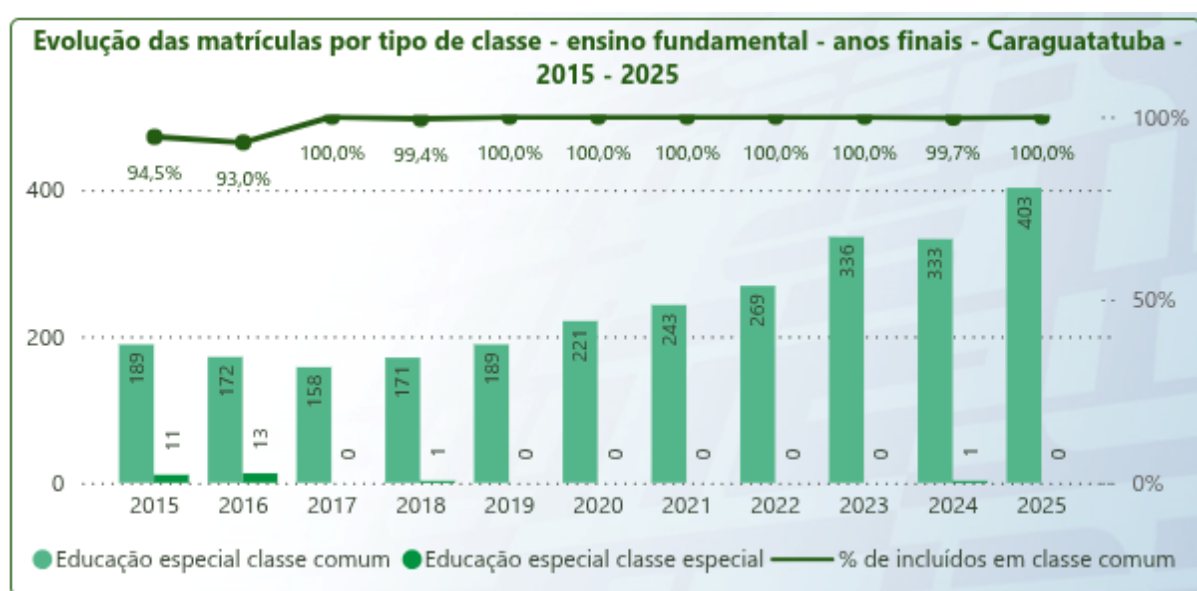
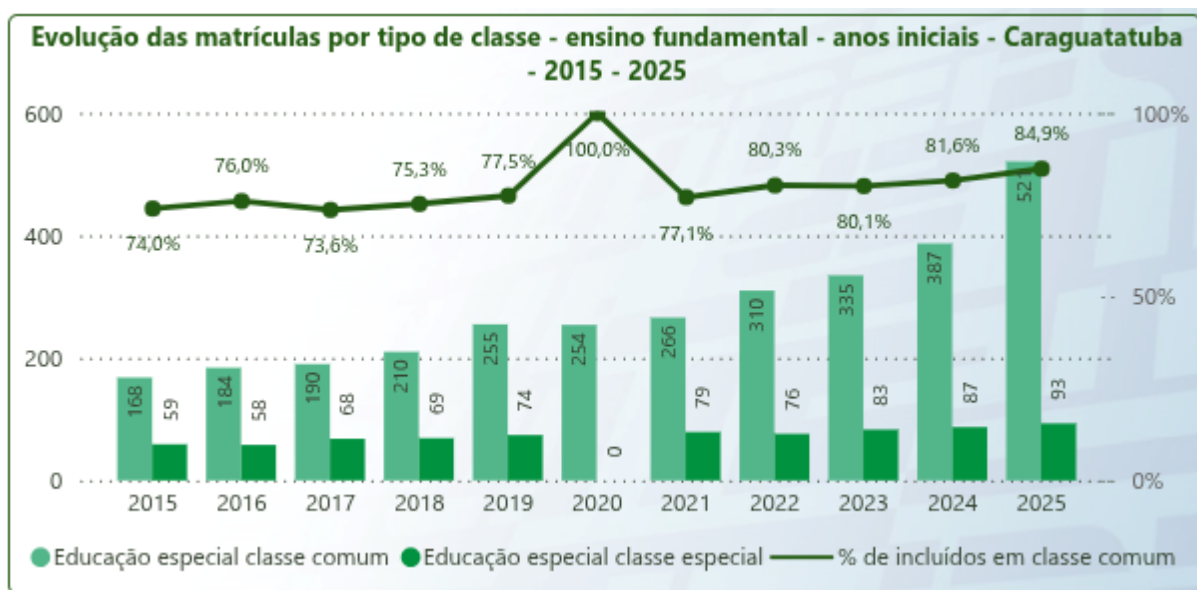
Indicadores de desenvolvimento:





Total de matrículas - educação infantil - Caraguatatuba - 2025 8.102	Total de matrículas - ensino fundamental - anos iniciais - Caraguatatuba - 2025 10.225	Total de matrículas - ensino fundamental - anos finais - Caraguatatuba - 2025 8.526
Total de matrículas da educação especial - educação infantil - Caraguatatuba - 2025 290	Total de matrículas da educação especial - ensino fundamental - anos iniciais - Caraguatatuba - 2025 614	Total de matrículas da educação especial - ensino fundamental - anos finais - Caraguatatuba - 2025 403



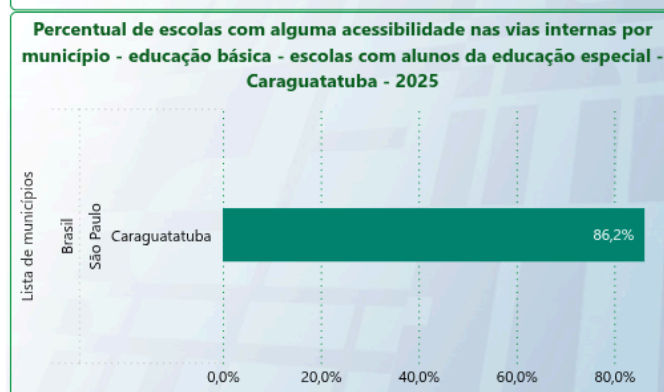
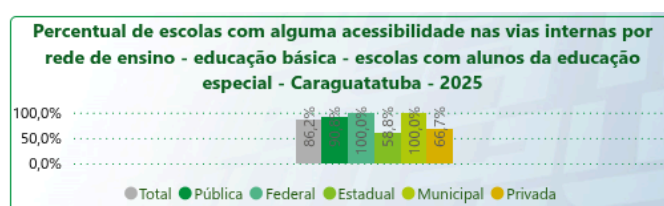
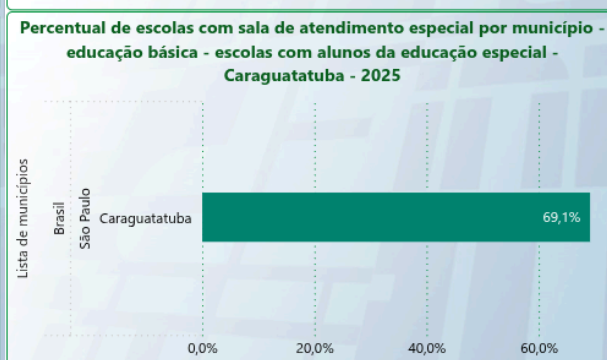
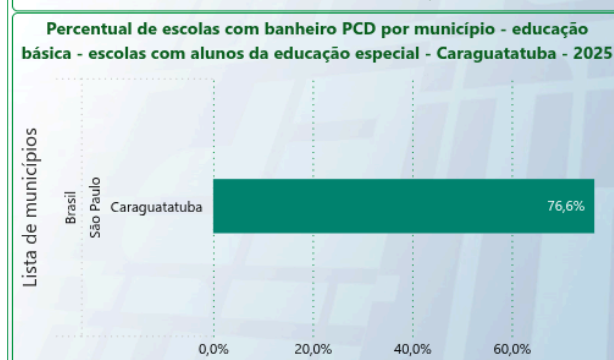
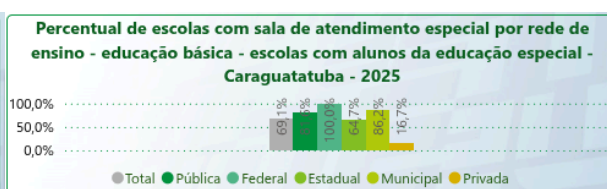
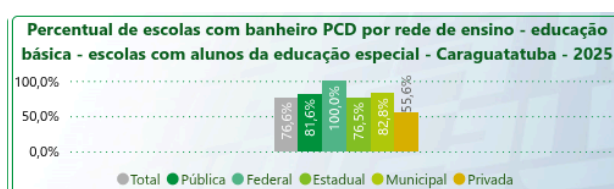
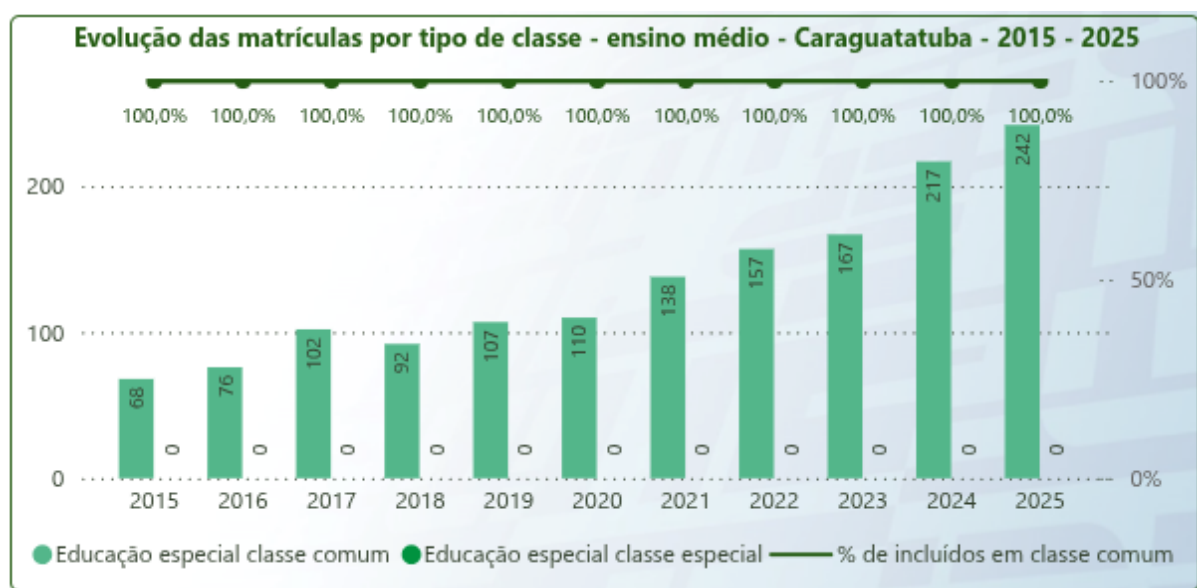


Total de matrículas - ensino médio -
Caraguatatuba - 2025

5.589

Total de matrículas da educação
especial - ensino médio -
Caraguatatuba - 2025

242



104

94



Das 104 unidades escolares do município, 94 possuem matrículas de alunos da educação especial. No entanto, os dados sobre a infraestrutura preocupam: somente 86,2% possuem algum tipo de acessibilidade nas vias internas, somente 76,6% possuem banheiro PCD e somente 69,1% das unidades escolares possuem sala de atendimento especial (SRV). Embora haja avanço na implementação de políticas de inclusão escolar, não há salas de recursos multifuncionais em todas as unidades escolares do território, o que indica a necessidade de expansão da cobertura, especialmente considerando o crescimento das matrículas.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Indisponibilidade de dados populacionais, inviabilizando o cálculo da taxa de universalização.	1. Articular com IBGE para obtenção de dados desagregados por idade, tipo de deficiência e município. 2. Cruzar dados da Secretaria de Saúde (Cadastro de PCD, e-SUS) com dados da Educação. 3. Realizar censo ou levantamento específico nas escolas e na rede de saúde.	Garantir base de dados confiável para monitoramento da Meta 4 e planejamento de políticas públicas inclusivas.
Cobertura insuficiente de Salas de Recursos Multifuncionais – nem todas as unidades escolares possuem SRM, conforme indicado pela própria conclusão.	1. Mapear todas as unidades escolares e identificar quais não possuem SRM. 2. Planejar a implantação de SRM nas escolas sem cobertura, com prioridade para aquelas com maior número de alunos com deficiência. 3. Garantir infraestrutura física, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos acessíveis.	Cumprir a Estratégia 4.2 (implantação de salas de recursos multifuncionais) e garantir que todos os alunos com deficiência tenham acesso ao AEE complementar.
Classes especiais restritas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem oferta para outras etapas.	1. Avaliar a necessidade de classes especiais em outras etapas (anos finais do EF e EM). 2. Onde necessário, criar classes especializadas ou serviços alternativos (Cries, atendimento em contraturno).	Garantir que alunos com deficiência que demandam atendimento mais especializado tenham suporte em todas as etapas, cumprindo a Estratégia 4.3 (serviços especializados).

Necessidade de formação continuada para professores e equipe escolar para atuação em contexto inclusivo (SRM e classes regulares).	1. Firmar parcerias com universidades e MEC para cursos de formação em educação inclusiva. 2. Implementar plano de formação anual para todos os professores e demais profissionais da educação sobre práticas inclusivas, LIBRAS, braile, tecnologia assistiva.	Qualificar os profissionais para atender à diversidade, conforme Estratégia 4.4 (formação continuada para educação inclusiva), e garantir a efetividade do AEE.
Acessibilidade arquitetônica e de transporte – necessidade de adequação de espaços e oferta de transporte adaptado.	1. Realizar diagnóstico da acessibilidade em todas as unidades escolares. 2. Implementar plano de adequação arquitetônica (rampas, banheiros, sinalização tátil, etc.). 3. Garantir transporte escolar acessível para alunos com deficiência.	Atender e garantir o direito de acesso à escola.
Expansão da equipe multiprofissional (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, assistentes sociais, professores bilíngues).	1. Ampliar o quadro de profissionais especializados, com base no crescimento das matrículas (de 535 para 1.549). 2. Realizar concurso público para o preenchimento das vagas.	Garantir suporte adequado aos alunos com deficiência, em conformidade com a Estratégia 4.3 (garantia de serviços especializados).
Monitoramento insuficiente do AEE – dados não estão integrados para análise da cobertura real. Necessidade de ações intersetoriais.	1. Integrar dados de matrícula, SRM e Cries em um sistema único de monitoramento. 2. Disponibilizar painel público com indicadores de inclusão (matrículas, AEE, acessibilidade). 3. Integrar dados de laudos, PEI, frequência, rendimento escolar e acompanhamentos. Verificar o funcionamento do sistema Quadros, onde estão catalogados todos os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. 4. Identificar, de forma precisa, a demanda real por atendimentos	Garantir transparência e controle social, além de subsidiar o planejamento com dados precisos.

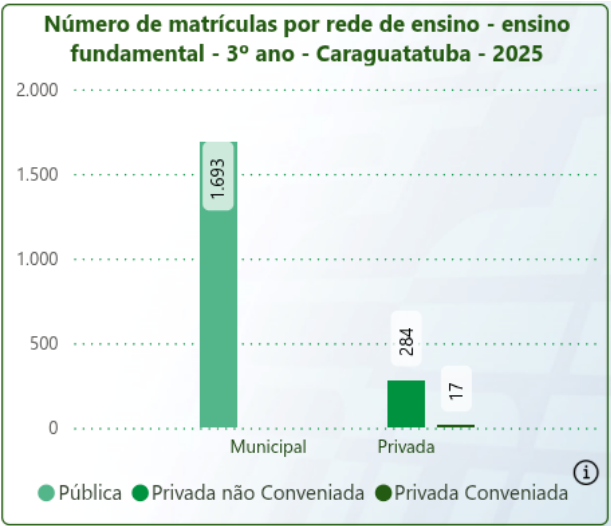
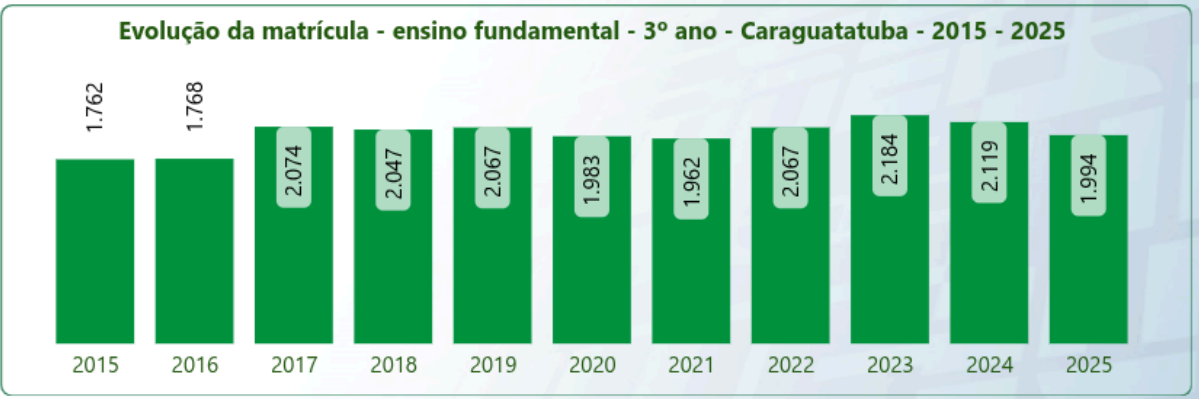
	especializados. Esse monitoramento subsidia o planejamento intersetorial ao indicar quantos e quais profissionais (como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, entre outros) são necessários para garantir atendimento adequado.	
--	---	--

[META 5]

Identificação da META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Período analisado: 2023 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:



ANO DA AVALIAÇÃO	NOME DO MUNICÍPIO	REDE	PERCENTUAL DE ALUNOS ALFABETIZADOS - 2023 (1)	PERCENTUAL DE ALUNOS ALFABETIZADOS - 2024 (1)	PERCENTUAL DE ALUNOS ALFABETIZADOS - 2025 (1)	META 2024 (2)	META 2025	META 2026
ANO	NO_MUNICIPIO	NO_TP_RED	PC_ALUNO_ALFAB	PC_ALUNO_ALFAB	PC_ALUNO_ALFAB	META_FINAL	META_FI	META_FINA
2025	Caraguatatuba	MUNICIPAL	54	58	56	59	63	67

Imagens extraídas do Portal do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada:

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Língua Portuguesa (Escrita)

Rede

Pública

Participação e desempenho Acerto por aspecto/item

Voltar					
Município	Previstos	Avallados	% Participação	Nota média	Inadeq
CARAGUATATUBA	1745	1575	90%	8.0	1%

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Língua Portuguesa (Escrita)

Rede

Pública

Participação e desempenho Acerto por aspecto/item

Voltar					
Município	Inadequado	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto
CARAGUATATUBA	1%	2%	5%	7%	86%

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Língua Portuguesa (Leitura)

Rede

Pública

Participação e desempenho Acerto por habilidade

Voltar					
Município	Previstos	Avallados	% Participação	Defasagem	Aprendizad
CARAGUATATUBA	1744	1606	92%	● 20	■

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Língua Portuguesa (Leitura)

Rede

Pública

Participação e desempenho Acerto por habilidade

Voltar				
Município	% Participação	Defasagem	Aprendizado Intermediário	Aprendizado adequado
CARAGUATATUBA	92%	● 20	● 27	● 53

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Fluência

Rede

Pública

Fluência

Voltar					
Município	Previstos	Avallados	% Participação	Pré-leitor (Total)	Pré-leitor
CARAGUATATUBA	1744	1528	88	255	48

Avaliação

Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025

Ano escolar

3º ano do Ensino Fundamental

Componente curricular

Fluência

Rede

Pública

Fluência

Voltar					
Município	Pré-leitor (Total)	Pré-leitor (Nível 1)	Pré-leitor (Nível 2)	Pré-leitor (Nível 3)	Pré-lei
CARAGUATATUBA	255	48	58	89	

Avaliação Avaliação Contínua da Aprendizagem - Ciclo III / 2025 ▼	Ano escolar 3º ano do Ensino Fundamental ▼
Componente curricular Fluência ▼	Rede Pública ▼

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDJNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZjI5> . Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resultados da Avaliação da Alfabetização. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-alfabetizacao/resultados>. Acesso em: 10 ago. 2026.

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA. CAEd Digital, 2026. Disponível em: <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#/pagina-inicial>. Acesso em: 10 ago. 2026.

- Testes anuais de Fluência Leitora para 2.º anos desde 2021 (aumento de leitores “fluentes” de 10 % para 16 %).
- Estratégia de promoção da leitura (apreciação, verificação, avaliação) iniciada em 2017.
- Acompanhamento individual em fichas de escuta pelos professores.
- Alinhamento à BNCC, que exige alfabetização até os 8 anos.

1. **Série histórica restrita:** Os dados disponíveis referem-se exclusivamente ao período de 2023 a 2025, não havendo informações sobre o percentual de alfabetização para os anos anteriores (2015 a 2022). Dessa forma, não é possível estabelecer uma análise de tendência de longo prazo nem avaliar o impacto de políticas anteriores ou da pandemia sobre os índices atuais.
2. **Cobertura limitada à rede pública municipal:** Os dados contemplam somente os alunos matriculados na rede municipal de ensino, não incluindo crianças

alfabetizadas em escolas particulares. Assim, o percentual de 56% de alfabetizados refere-se exclusivamente à rede municipal, não representando a totalidade das crianças do município.

3. Fonte e parâmetros dos dados: As informações são provenientes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, cujas avaliações começaram a ser aplicadas a partir de 2023. O Compromisso Nacional estabelece metas progressivas de alfabetização com foco no final do 2º ano do ensino fundamental, em conformidade com a BNCC, que reorientou o ciclo de alfabetização para os dois primeiros anos. Já a Meta 5 do PME mantém a referência ao final do 3º ano, o que representa um desalinhamento conceitual entre os parâmetros de monitoramento e a meta legal. Essa diferença deve ser considerada na análise dos resultados e, preferencialmente, revista no próximo Plano Municipal de Educação.

Evolução dos percentuais de alfabetização (rede municipal): O município registrou, em 2023, 54% de alunos alfabetizados; em 2024, 58%; e em 2025, 56%. Os dados indicam uma leve oscilação, com crescimento em 2024 seguido de ligeira queda em 2025. Em comparação com a meta do Compromisso Nacional para 2025 (63%), o município encontra-se 7 pontos percentuais abaixo do esperado. Considerando a meta final de universalização (100%), o déficit é de 44 pontos percentuais.

Resultados detalhados das avaliações de 2025 (3º ano): As avaliações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada revelam um panorama misto:

Leitura: 53% dos alunos apresentaram aprendizado adequado, 27% aprendizado intermediário e 20% defasagem.

Escrita: 86% dos alunos obtiveram desempenho alto, com apenas 8% nos níveis baixo, muito baixo ou inadequado.

Fluência: 361 alunos foram classificados como leitores fluentes, 60 como leitores iniciantes e 255 como pré-leitores (distribuídos nos níveis 1, 2 e 3).

A participação nas avaliações variou entre 88% e 92%, indicando boa adesão, mas com margem para ampliação.

A Secretaria Municipal de Educação instituiu o Programa de Formação do Professor Alfabetizador (Resolução nº. 5/2016) na rede municipal de ensino, voltado aos docentes do 1º ano do Ensino Fundamental. O programa, com caráter anual e foco na formação continuada, prevê encontros presenciais e híbridos, estudos orientados, análise de práticas pedagógicas e acompanhamento nas escolas, estando alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Plano Nacional de Educação e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O município não atingiu a Meta 5 do PME (universalização da alfabetização até o 3º ano), permanecendo 44 pontos percentuais abaixo do estabelecido. Também não alcançou a meta intermediária do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada para 2025 (63%),

ficando 7 pontos percentuais abaixo — considerando-se aqui o parâmetro do CNCA, focado no 2º ano. Embora os resultados em escrita sejam expressivos (86% em nível alto) e a fluência mostre 361 leitores fluentes, o percentual de alfabetização geral (56%) evidencia a necessidade de ações estruturantes, com ênfase no desenvolvimento da leitura (onde 47% dos alunos ainda não atingiram o nível adequado) e na fluência (onde 255 alunos permanecem como pré-leitores).

Conforme detalhado na tabela de apontamentos, recomenda-se: (a) a implementação de ciclos diários de recomposição de aprendizagem, com foco em leitura e fluência; (b) a extensão do teste de fluência para os 1º e 2º anos, com devolutiva trimestral; (c) a formação continuada de professores, em parceria com o MEC e universidades; e (d) a integração dos dados de fluência e frequência a uma plataforma única para monitoramento em tempo real. Ressalta-se, ainda, a necessidade de adequação da redação da Meta 5 do PME no próximo plano municipal, alinhando-a à legislação nacional vigente (BNCC e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada), que estabelecem a alfabetização até o final do 2º ano do ensino fundamental.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Desalinhamento conceitual entre a Meta 5 do PME (alfabetização até o 3º ano) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (alfabetização até o 2º ano), conforme estabelecido pela BNCC.	1. Revisar a redação da Meta 5 no próximo Plano Municipal de Educação, adequando-a à legislação nacional. 2. Manter o monitoramento com base nos dados disponíveis, com ressalva explícita sobre o desalinhamento.	Garantir coerência entre o planejamento municipal e as políticas nacionais de alfabetização, evitando distorções na avaliação do cumprimento da meta.
Percentual de alfabetização (56% em 2025) abaixo da meta do Compromisso Nacional (63%) e muito distante da universalização (100%).	1. Implementar ciclos diários de recomposição de aprendizagem para alunos com defasagem. 2. Adotar programas de aceleração da aprendizagem para alunos pré-leitores.	Elevar o percentual de alfabetização para os patamares estabelecidos, cumprindo a Meta 5 do PME e as metas do Compromisso Nacional.
Necessidade de formação continuada para professores dos anos iniciais.	1. Firmar parcerias com MEC, UNDIME, universidades para cursos de formação. 2. Incluir no calendário escolar dias de formação pedagógica com foco em alfabetização.	Fortalecer a formação continuada docente, garantindo práticas pedagógicas eficazes para a alfabetização.

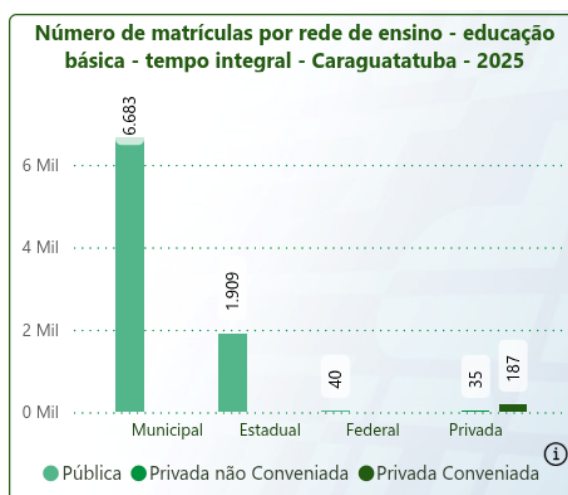
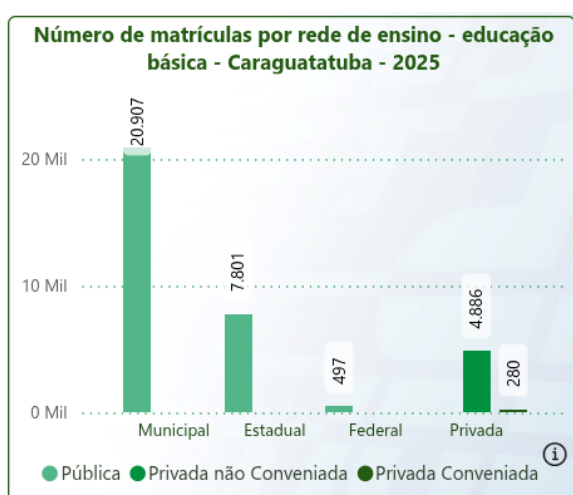
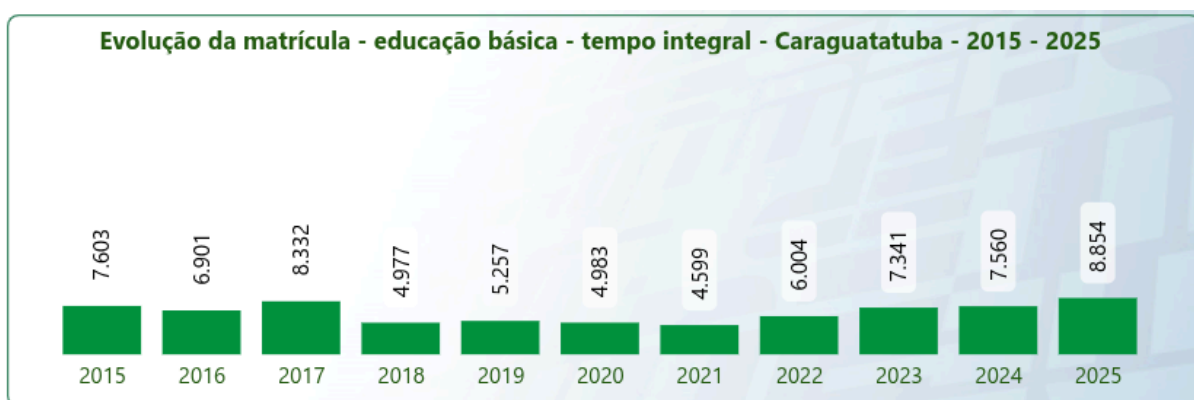
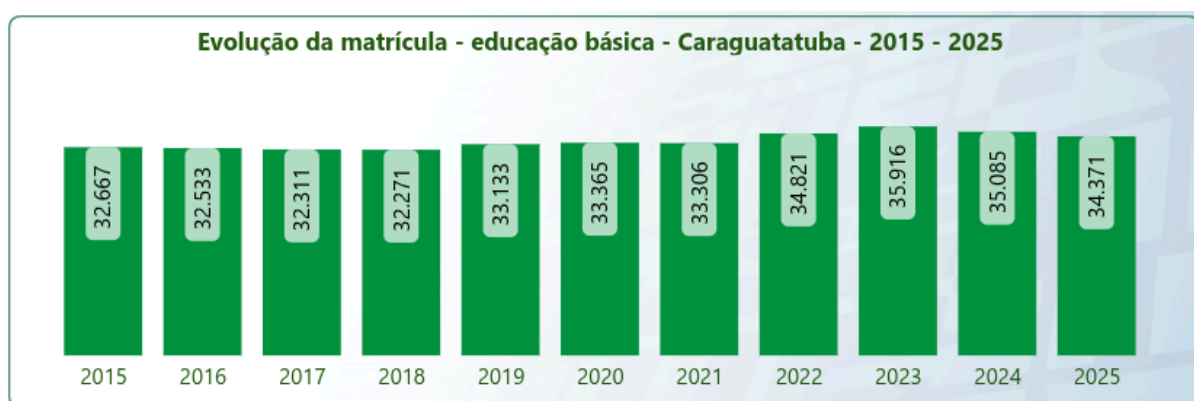
Participação nas avaliações entre 88% e 92% – há alunos não avaliados.	1. Realizar busca ativa dos alunos não participantes. 2. Sensibilizar famílias sobre a importância da avaliação para o monitoramento da alfabetização.	Garantir que os dados reflitam a totalidade dos alunos, permitindo planejamento preciso.
--	---	--

[META 6]

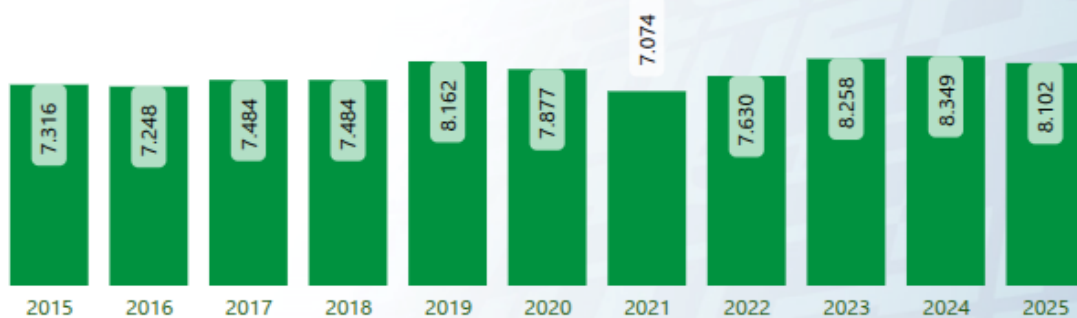
Identificação da META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) estudantes da educação básica.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:



Evolução da matrícula - educação infantil - Caragatatuba - 2015 - 2025



Evolução da matrícula - educação infantil - tempo integral - Caragatatuba - 2015 - 2025

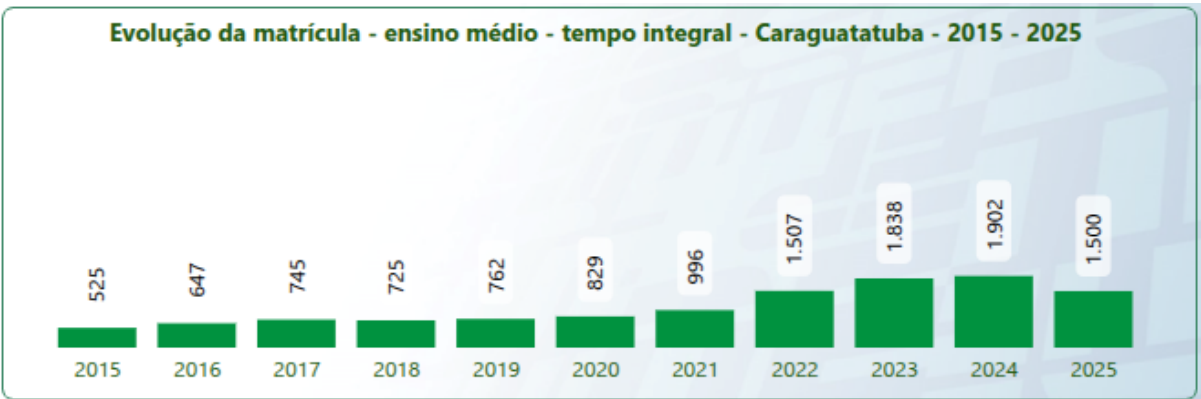
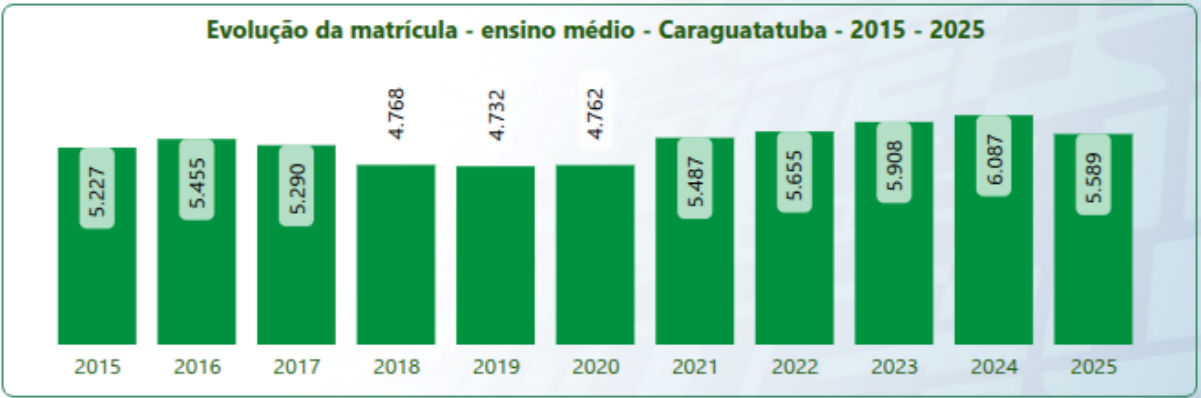
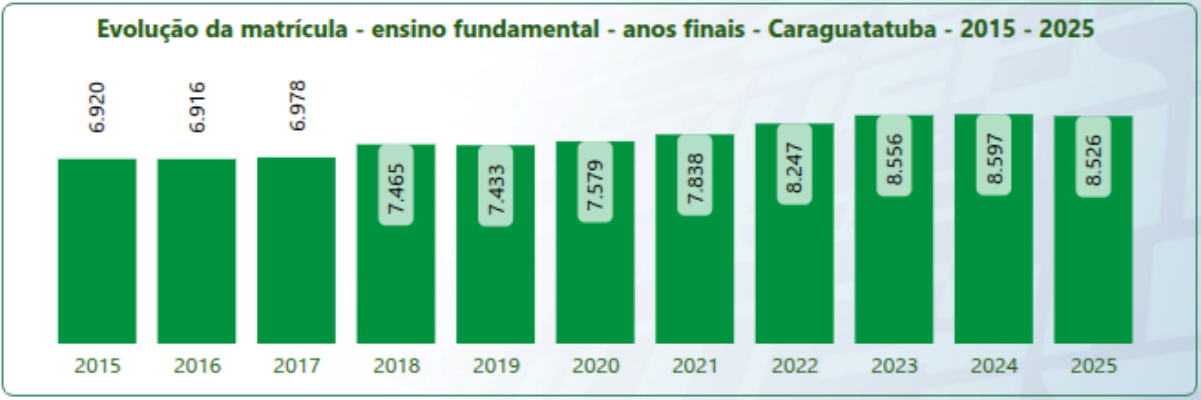


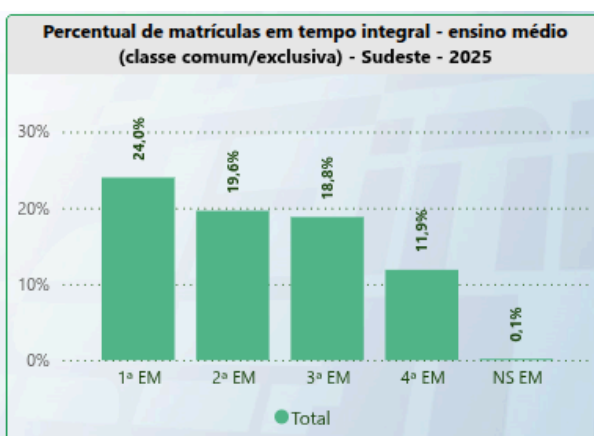
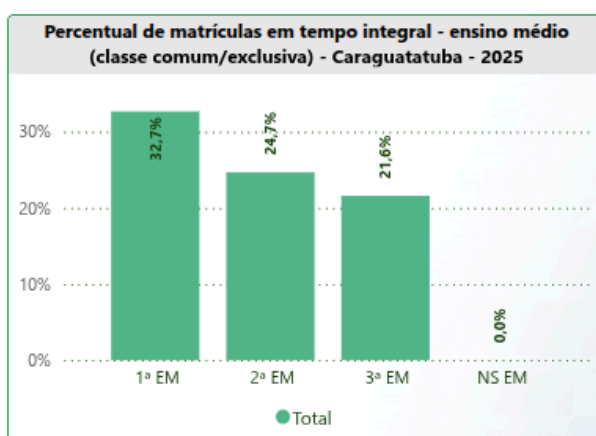
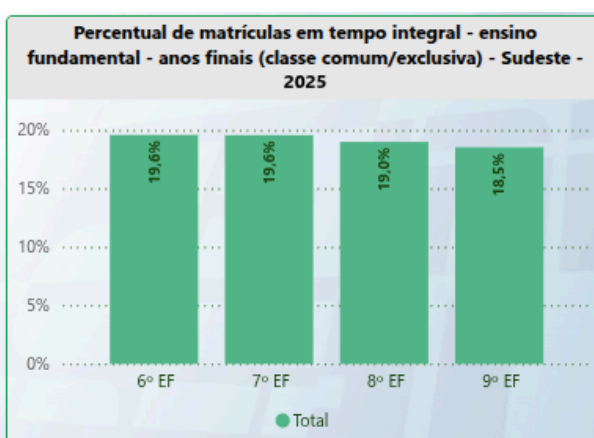
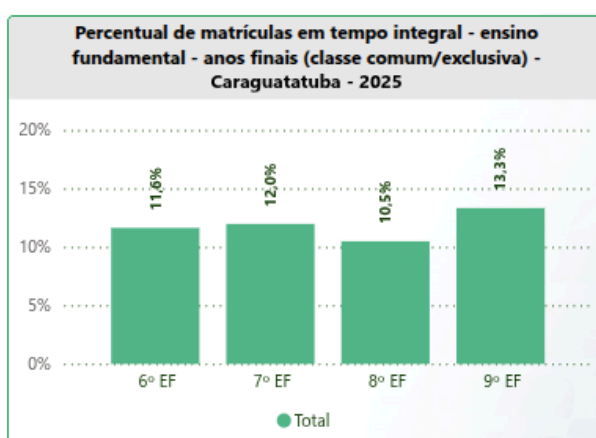
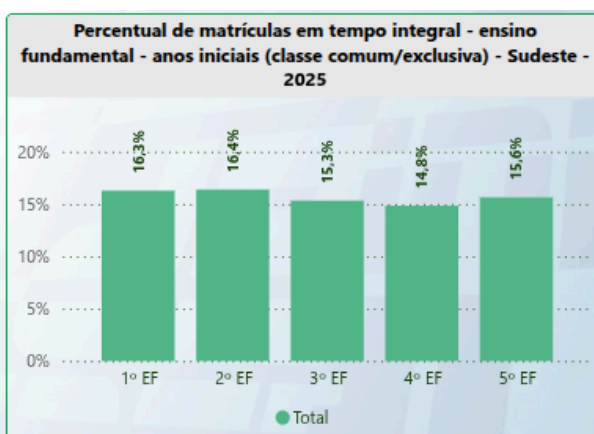
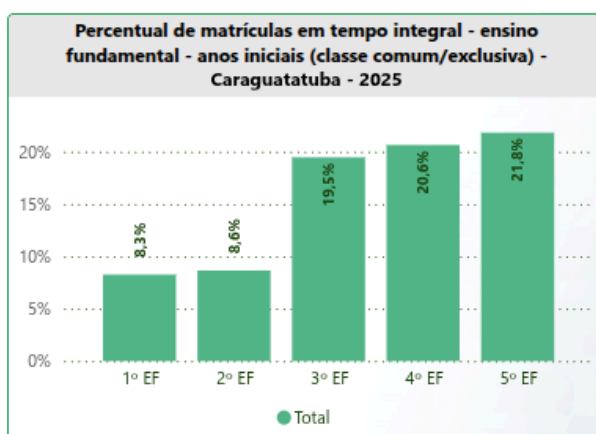
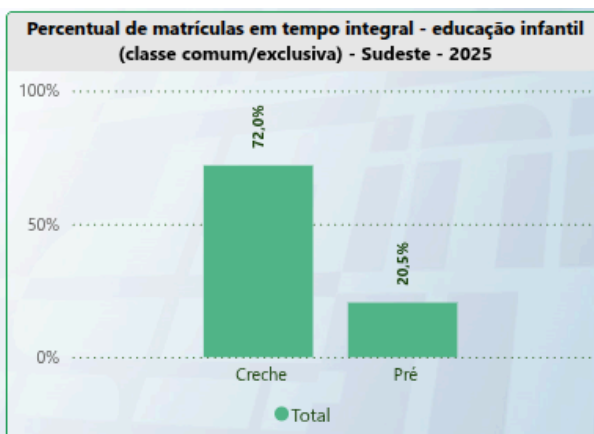
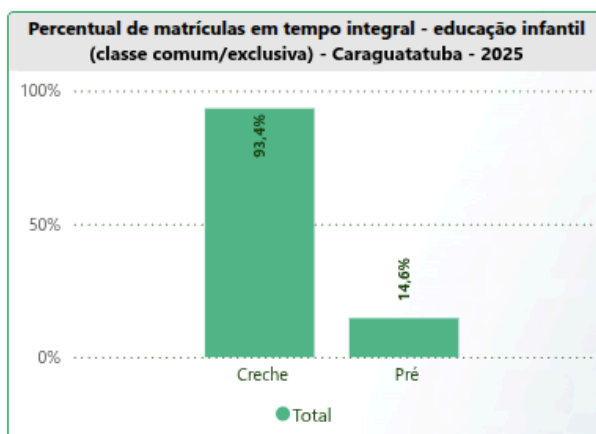
Evolução da matrícula - ensino fundamental - anos iniciais - Caragatatuba - 2015 - 2025



Evolução da matrícula - ensino fundamental - anos iniciais - tempo integral - Caragatatuba - 2015 - 2025







Ano	Total de matrículas	Matrículas em Tempo Integral	% Integral
2015	32.667	7.603	23,27%
2017	32.311	8.332	25,79%
2018	32.271	4.977	15,42%
2022	34.821	6.004	17,24%
2025	34.371	8.854	25,76%

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2Zjc3ODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Adesão ao Programa *Escola em Tempo Integral* (Lei nº. 14.640/2023) com 616 matrículas pactuadas e recursos federais recebidos.
- Ampliação de jornada em escolas-polo: anos iniciais (+138 matrículas) e anos finais (+621 matrículas) em 2023.
- Readequação de infraestrutura (refeitórios, laboratórios) e contratação de monitores para oficinas extraclasse.
- Elaboração de grade curricular integrada (componentes curriculares + oficinas).

Conclusão: A análise da Meta 6 apresenta uma limitação importante: não há dados sobre o número de escolas com tempo integral nos Painéis Estatísticos do Censo Escolar (Inepdata), o que inviabiliza o cálculo do primeiro indicador da meta (50% das escolas). A análise concentra-se, portanto, no segundo indicador (25% dos estudantes).

Evolução da matrícula em tempo integral (2015-2025): O município apresentou trajetória irregular na oferta de educação em tempo integral. Em 2015, o percentual já era expressivo (23,27%), atingindo 25,79% em 2017 – superando a meta de 25%. No entanto, em 2018, houve uma queda drástica para 15,42% (redução de 10,37 pontos percentuais), possivelmente relacionada à descontinuidade de políticas federais de tempo integral. A recuperação foi gradual até 2022 (17,24%), mas, a partir de então, observa-se crescimento acelerado: em 2025, o percentual alcançou 25,76%, superando a meta em 0,76 ponto percentual e representando o melhor resultado da série histórica.

Análise por etapa (2025): A Educação Infantil é a etapa com maior oferta de tempo integral (57,38%), demonstrando priorização do município na primeira infância. O Ensino Médio

também supera a meta (26,84%). Os maiores desafios concentram-se no Ensino Fundamental, especialmente nos anos finais (11,86%) e anos iniciais (16,07%), que apresentam os menores percentuais e demandam ampliação da oferta.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Indisponibilidade de dados sobre escolas com tempo integral, inviabilizando o cálculo do primeiro indicador da meta (50% das escolas).	1. Realizar levantamento censitário junto a todas as unidades escolares para identificar quais oferecem jornada em tempo integral (≥ 7 horas). 2. Sistematizar os dados em banco municipal.	Garantir a base de dados necessária para o cálculo do indicador de escolas com tempo integral.
A meta de 25% de estudantes em tempo integral foi atingida (25,76%), mas há desigualdade entre etapas: anos iniciais (16,07%) e anos finais (11,86%) com percentuais muito abaixo da média.	1. Ampliar a oferta de tempo integral no Ensino Fundamental – anos iniciais e finais. 2. Adequar espaços físicos e contratar profissionais para atender à jornada ampliada nessas etapas.	Garantir equidade no acesso ao tempo integral em todas as etapas da Educação Básica.
Histórico de oscilação na oferta de tempo integral: queda expressiva em 2018 (de 25,79% para 15,42%) e recuperação a partir de 2022.	1. Instituir política municipal permanente de educação em tempo integral, com orçamento plurianual.	Assegurar a oferta estável e contínua de tempo integral, evitando interrupções que comprometam o cumprimento da meta.
A ampliação da Educação em Tempo Integral exige recursos financeiros contínuos e articulação entre diferentes esferas de governo, o que nem sempre está garantido no orçamento municipal.	1. Pactuar com programas de incentivo dos governos federal e estadual (ex.: Programa Escola em Tempo Integral, PAR, FNDE). 2. Garantir previsão orçamentária plurianual para ampliação e manutenção da infraestrutura, equipe e transporte.	Assegurar a sustentabilidade financeira da política de tempo integral, evitando discontinuidades como a ocorrida em 2018.
A Educação em Tempo Integral requer ações coordenadas entre diferentes políticas públicas (saúde, assistência social, cultura, esporte, transporte),	1. Instituir comitê intersetorial permanente para o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral. 2. Firmar termos de	Garantir que a jornada ampliada seja acompanhada de alimentação, transporte, atividades culturais e esportivas e suporte social.

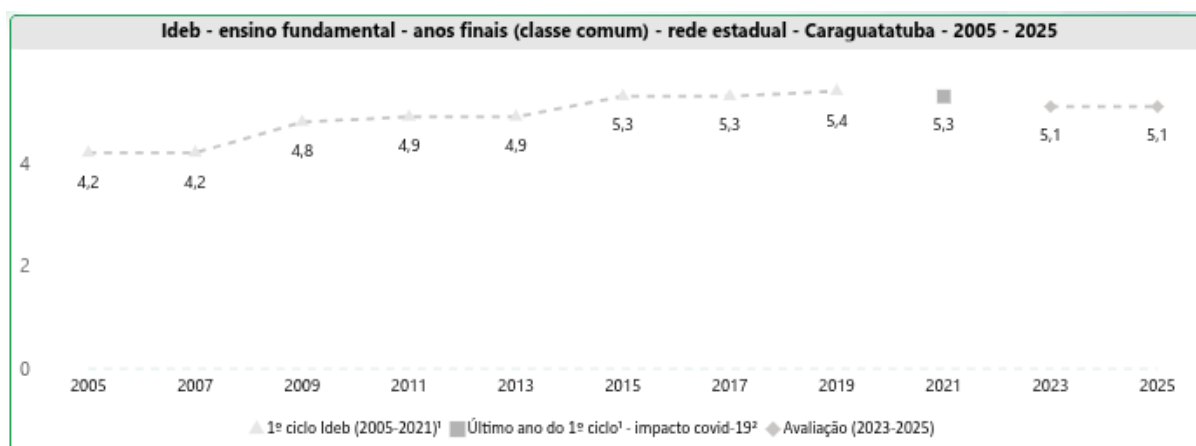
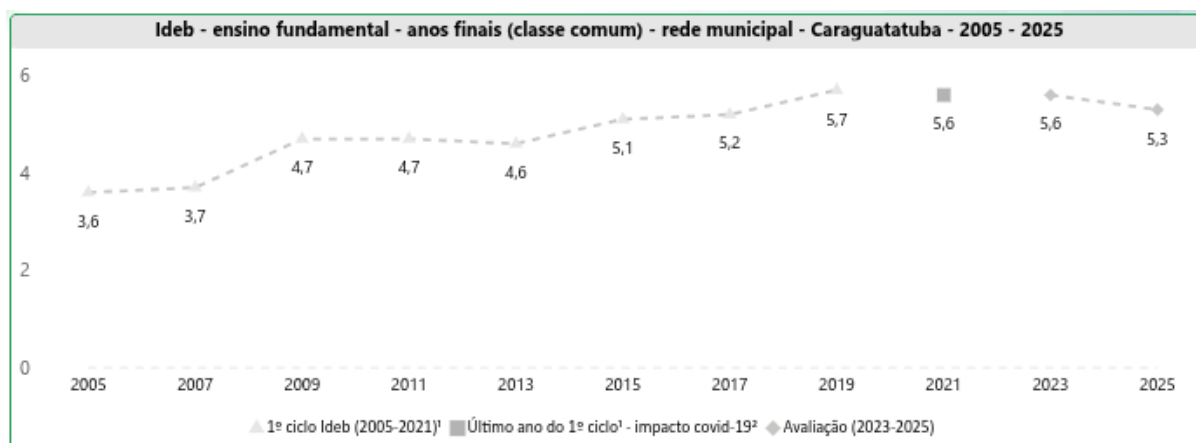
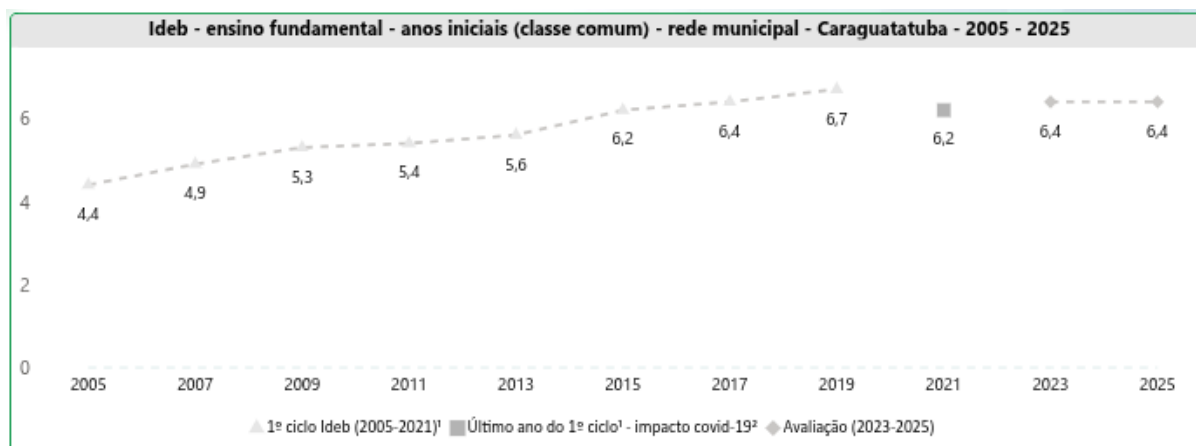
mas há pouca articulação intersetorial.	cooperação com as secretarias de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Transporte.	
A expansão do tempo integral demanda profissionais qualificados e em número suficiente, mas a formação e a contratação de docentes e equipes de apoio nem sempre acompanham a ampliação da oferta.	1. Capacitar todos os docentes, equipes gestoras e profissionais de apoio atuantes nas escolas com tempo integral. 2. Realizar concurso público para provimento de vagas necessárias à ampliação da jornada.	Elevar o engajamento e a eficácia da proposta em tempo integral, garantindo práticas pedagógicas e de gestão alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.
Ampliação da oferta de tempo integral sem a correspondente adequação dos espaços físicos: muitas escolas recebem turmas em jornada ampliada sem estrutura adequada (salas de aula insuficientes, ausência de aparelhos esportivos, salas de leitura, laboratórios de informática, espaços para lazer e interação).	1. Realizar diagnóstico detalhado da infraestrutura de todas as unidades escolares que ofertam ou planejam ofertar tempo integral. 2. Elaborar plano de adequação física com priorização de obras, reformas, ampliação e aquisição de equipamentos. 3. Garantir, em todas as escolas com tempo integral: salas de aula em número suficiente, biblioteca/sala de leitura, laboratórios de informática, espaços esportivos cobertos e descobertos, áreas de lazer e convivência, refeitório adequado e banheiros em quantidade suficiente.	Assegurar que a ampliação da jornada escolar seja acompanhada de infraestrutura física compatível, garantindo o bem-estar dos alunos e a efetividade das atividades pedagógicas, esportivas e culturais.

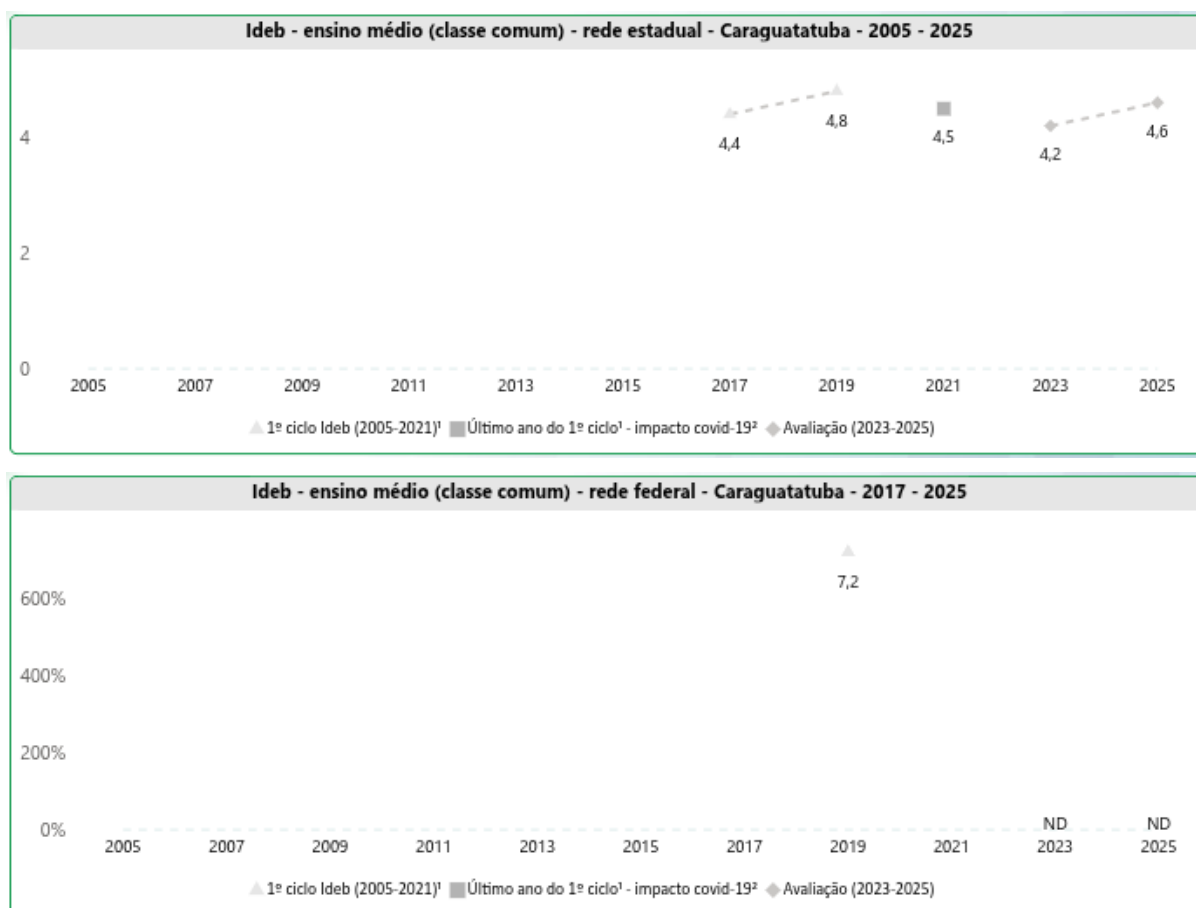
[META 7]

Identificação da META 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB: 6,5 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,8 nos anos finais do ensino fundamental e 5,2 no ensino médio.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:





Indicadores de desenvolvimento

Anos Iniciais — rede municipal = rede pública (anos iniciais são 100% municipalizados em Caraguatatuba; os gráficos de rede municipal e rede pública são idênticos)

2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023	2025
4,4	4,9	5,3	5,4	5,6	6,2	6,4	6,7	6,2	6,4	6,4

Meta: 6,5. Atingida apenas em 2019.

Anos Finais — rede municipal e rede estadual

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023	2025
Municipal	3,6	3,7	4,7	4,7	4,6	5,1	5,2	5,7	5,6	5,6	5,3
Estadual	4,2	4,2	4,8	4,9	4,9	5,3	5,3	5,4	5,3	5,1	5,1

Meta: 5,8. Nunca atingida por nenhuma das duas redes em 20 anos de série.

Ensino Médio — rede estadual e rede federal (não há rede municipal — o município não oferece EM)

	2017	2019	2021	2023	2025
Estadual	4,4	4,8	4,5	4,2	4,6
Federal	—	7,2	—	ND	ND

Meta: 5,2. Nunca atingida pela rede estadual. Rede federal (provavelmente unidade do IFSP) tem apenas um resultado válido em toda a série (2019); dado suprimido (ND) em 2023 e 2025.

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2VhNDBiNDk3LWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

CARAGUATATUBA (Município). Lei nº 2.236, de 18 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Caraguatatuba e dá outras providências. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2025/04/Lei-2236-18.06.2015-PLANO-PLURIANUAL-DE-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 10 ago.2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Monitoramento trimestral de aprendizagem via Provas Bimestrais e devolutivas pedagógicas.
- Investimento em formação continuada de professores nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.
- Ampliação do Programa de Tempo Integral (Meta 6) para reforçar carga horária de leitura e projetos STEAM.
- Uso de plataforma de gestão escolar com indicadores de frequência e rendimento por turma.

Conclusão: O dado mais preocupante é a trajetória recente da rede municipal nos anos finais: depois de um pico em 2019 (5,7, a apenas 0,1 da meta), a rede manteve o patamar em 2021 e 2023 (5,6) e caiu para 5,3 em 2025 — o pior resultado da rede municipal desde 2015. Isso reverte oito anos de avanço praticamente contínuo. É importante notar que essa queda não é um efeito repassado pela rede estadual: a rede estadual está estagnada, não piorando — ficou em 5,1 tanto em 2023 quanto em 2025, depois de já vir em leve queda desde 2019 (5,4). A diferença entre as duas redes, que era de 0,5 ponto a favor do município em 2023, caiu para 0,2 ponto em 2025 — uma convergência que ocorre porque a rede municipal está regredindo, e não porque a rede estadual está melhorando. Isto é: a vantagem comparativa que a gestão municipal vinha construindo sobre a rede estadual está sendo corroída.

Os anos iniciais, por outro lado, seguem estáveis, mas estagnados: dois ciclos seguidos (2023 e 2025) exatamente em 6,4, sem recuperar o pico pré-pandemia de 2019 (6,7) e sem alcançar a meta de 6,5. Seis anos após o início da pandemia, a rede municipal ainda não retomou sua melhor marca histórica.

No ensino médio, a rede estadual atingiu seu pior resultado da série em 2023 (4,2) e teve uma recuperação parcial em 2025 (4,6) — ainda 0,2 abaixo do pico de 2019 e 0,6 abaixo da meta. Chama atenção também a ausência de dados da rede federal em 2023 e 2025 (ND), depois de um único resultado disponível em 2019 (7,2, muito acima de todas as outras redes) — a supressão do dado (por baixo número de participantes) retira do Fórum Permanente de Educação a possibilidade de acompanhar essa escola, mesmo ela fazendo parte do território.

Relação com outras metas do relatório: a queda da rede municipal nos anos finais, entre 2019 e 2025, ocorre no mesmo período em que os relatórios das Metas 17 e 18 identificaram (i) defasagem recorrente entre a divulgação do piso salarial nacional e sua incorporação na tabela do magistério municipal, e (ii) represamento de progressões funcionais por aproximadamente seis anos, reconhecido pelo próprio Decreto Municipal nº 2.434/2026. Não é possível, com os dados disponíveis, estabelecer causalidade direta — mas a coincidência temporal entre a fragilização da valorização do magistério municipal e a única trajetória de queda sustentada do IDEB no território (justamente na rede sob gestão municipal, não na estadual) é um cruzamento que merece investigação dedicada por parte da Secretaria de Educação e do Fórum, e não deve ser tratado como duas histórias separadas dentro do mesmo relatório. Da mesma forma, as "Ações citadas pela Administração Municipal" para a Meta 7 mencionam a ampliação do Programa de Tempo Integral (associado à Meta 6) como estratégia para reforçar aprendizagem — mas a divergência entre a trajetória relativamente estável dos anos iniciais e a queda acentuada dos anos finais levanta a hipótese de que essa ampliação pode estar concentrada nos anos iniciais, sem alcançar equivalentemente os anos finais. Essa hipótese deveria ser verificada diretamente com os dados de matrícula em tempo integral por etapa (Meta 6), antes de se atribuir à ampliação do programa um efeito genérico sobre "a aprendizagem".

O Indicador de Adequação da Formação Docente (Grupo 3 — professores com licenciatura em área diferente da disciplina lecionada, ou bacharelado sem complementação pedagógica) para os anos finais da rede municipal saltou de 9,7% em 2014 para 23,9% em 2025, com pico de 25,9% em 2023 — um crescimento de mais do que o dobro ao longo da série. Até 2018, esse indicador se manteve entre 9,7% e 13,3%; a partir de 2019, passou a oscilar entre 19,3% e 25,9%, um patamar estruturalmente mais alto e que se sustenta até o último dado disponível (2025). Essa mudança de patamar coincide com o período em que o IDEB dos anos finais da rede municipal atingiu seu pico histórico (5,7, em 2019) e, em seguida, entrou em trajetória de estagnação e queda, fechando 2025 em 5,3 — sem nunca alcançar a meta de 5,8 do PME. A proporção de docentes lecionando fora de sua área de formação nos anos finais está, hoje, próxima de um em cada quatro professores. Como essa etapa depende de docência disciplinar especializada (diferente dos anos iniciais, de docência generalista), esse dado é um fator concreto e mensurável para explicar por que os anos finais concentram o pior desempenho da rede municipal no IDEB, e evidencia que as Metas 7 e 15 devem ser lidas em conjunto: o cumprimento da Meta 15 é pré-condição estrutural para o avanço da Meta 7 nessa etapa específica.

Impacto da pandemia: Os dados evidenciam o impacto da pandemia de COVID-19 nos resultados do IDEB, com quedas expressivas em 2021 nos três níveis de ensino. Embora

os anos iniciais tenham apresentado recuperação parcial em 2023, os anos finais e o Ensino Médio continuam em trajetória descendente, o que demanda atenção prioritária.

A Meta 7 não foi cumprida no período monitorado (2015-2025), considerando os três níveis de ensino. Apenas os anos iniciais atingiram a meta em 2019, mas não mantiveram o patamar nos anos seguintes. Os anos finais e o Ensino Médio permanecem abaixo das metas estabelecidas.

É importante questionar a alta taxa de aprovação, uma vez que o IDEB é composto pela média de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática (SAEB) multiplicada pela taxa de aprovação. Taxas de aprovação muito elevadas podem indicar promoção automática sem a correspondente garantia de aprendizagem, o que pode mascarar a qualidade da educação.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
A meta de 5,8 nos anos finais nunca foi atingida em 20 anos de série (2005-2025), em nenhuma das duas redes que atuam no território	Tratar a meta dos anos finais como prioridade estrutural de longo prazo do próximo PME, com diagnóstico conjunto entre as redes municipal e estadual no Fórum Permanente de Educação.	Duas décadas de não cumprimento indicam um problema estrutural, não conjuntural — decisões pontuais de curto prazo tendem a ser insuficientes.
A rede municipal nos anos finais caiu de 5,7 (2019, pico histórico) para 5,3 (2025), revertendo 8 anos de avanço contínuo, enquanto a rede estadual permanece estagnada (sem piora nem melhora).	Investigar prioritariamente as causas da queda específica da rede municipal — incluindo possível relação com a fragilização da valorização do magistério (represamento de progressões, defasagem no cumprimento do piso, já identificados nas Metas 17 e 18).	A queda concentrada na rede sob gestão direta do município, e não na rede estadual, aponta para fatores internos à gestão municipal, que são também os únicos sobre os quais a Secretaria tem governança direta para agir.
A aproximação entre os resultados da rede municipal e estadual nos anos finais (de 0,5 para 0,2 ponto de diferença) decorre da queda do município, não da melhora do estado.	Não tratar a "convergência" como um dado positivo em comunicações públicas — explicitar que se trata de perda de vantagem comparativa, não de nivelamento por melhora.	Uma leitura acrítica da convergência pode mascarar a piora real da rede municipal.
Os anos iniciais estão estagnados em 6,4 por dois ciclos consecutivos (2023 e	Investigar se a estagnação decorre de um teto estrutural do modelo	Distinguir as duas causas muda completamente a política pública

2025), sem recuperar o pico de 2019 (6,7) nem atingir a meta (6,5).	pedagógico atual ou de efeito residual da pandemia ainda não superado, com diagnóstico específico por escola (como já levantado na análise por unidade).	recomendada: recomposição pontual versus mudança estrutural.
Ensino médio (rede estadual) tocou o pior resultado da série em 2023 (4,2) e ainda não recuperou o pico de 2019 (4,8) mesmo com a alta de 2025 (4,6).	O Fórum Permanente de Educação deve articular com a Diretoria de Ensino estadual um plano específico de recomposição para o EM no território, já que o município não tem governança direta sobre essa etapa.	Reforça a necessidade de resposta territorial multirredes, coerente com a composição do próprio Fórum.
O percentual de docentes dos anos finais da rede municipal lecionando fora de sua área de formação (Grupo 3 do Indicador 15) mais do que dobrou entre 2014 (9,7%) e 2025 (23,9%), com pico de 25,9% em 2023 — coincidindo com o período em que o IDEB dessa etapa deixou de crescer e passou a cair (de 5,7 em 2019 para 5,3 em 2025).	Priorizar, nos concursos públicos e na alocação de docentes, o preenchimento de vagas nos anos finais por licenciados na disciplina específica; para os docentes já em Grupo 3, estruturar formação continuada obrigatória e certificada na área de atuação, com prazo definido para migração ao Grupo 1.	Quase 1 em cada 4 professores dos anos finais está fora de sua área de formação em 2025; reduzir esse indicador é uma ação concreta e diretamente sob governança da Secretaria Municipal, com potencial de impacto direto no IDEB dessa etapa.

[META 8]

Identificação da META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Período analisado: 2010 a 2022.

Indicadores de desenvolvimento:

Município de Caraguatatuba

Pessoas de 18 a 29 anos de idade por cor ou raça segundo anos de estudo 2010

Anos de estudo	Pessoas de 18 a 29 anos					
	População Total			Taxa de Participação		
	Total	Branca, Amarela e Indígena	Preta e Parda	Total	Branca, Amarela e Indígena	Preta e Parda
Total	20.289	12.993	7.296	99,1	99,0	99,3
Menos de 12 anos de estudo	8.853	4.875	3.978	43,6	37,5	54,5
12 anos ou mais de estudo	11.251	7.986	3.265	55,5	61,5	44,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Dados da amostra.

Notas: 1) O total inclui registros de "não determinado".

2) Nos dados da amostra publicados pelo IBGE, observou-se pequenas divergências na soma.

Tabela 1 - Número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo municípios selecionados - 2022

Maiores municípios	Média de anos de estudo				
	Cor ou raça				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
São Paulo (SP)	12,0	10,3	13,2	9,9	10,6
Rio de Janeiro (RJ)	12,3	10,2	12,5	10,4	11,2
Brasília (DF)	12,8	10,8	13,6	11,3	10,0
Fortaleza (CE)	11,4	9,2	11,1	9,9	9,8
Salvador (BA)	12,6	10,0	12,0	10,7	10,9
Belo Horizonte (MG)	12,7	10,1	12,5	10,7	10,4
Manaus (AM)	11,5	9,9	13,3	10,6	9,5
Curitiba (PR)	12,4	10,9	13,6	10,7	10,6
Recife (PE)	12,3	9,7	11,6	10,3	10,1
Goiânia (GO)	12,1	10,1	12,9	10,8	10,3
Porto Alegre (RS)	12,4	10,0	13,9	10,1	9,6
Belém (PA)	12,0	10,3	13,3	10,7	9,8
Guarulhos (SP)	11,0	9,7	12,0	9,6	9,9
Campinas (SP)	12,0	10,2	13,1	9,8	9,9
São Luís (MA)	12,0	10,7	11,6	10,8	10,6
Maceió (AL)	11,1	9,0	9,7	9,6	8,3
São Gonçalo (RJ)	11,6	9,8	12,6	10,1	8,8
Campo Grande (MS)	10,4	9,2	10,8	9,5	8,9
Teresina (PI)	11,9	9,5	9,2	10,3	7,6
João Pessoa (PB)	12,0	9,7	13,2	10,5	9,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça												
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)												
Município - Caraguatatuba (SP)												
Sexo - Total												
Ano - 2022												
Cor ou raça	Nível de instrução x Grupo de idade											
	Sem instrução e fundamental incompleto			Fundamental completo e médio incompleto			Médio completo e superior incompleto			Superior completo		
	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	22.843	667	757	15.753	2.393	1.819	45.382	9.091	5.479	18.167	817	1.569
Branca	11.236	294	209	7.791	1.024	622	25.070	4.563	2.577	13.600	551	1.200
Preta	1.904	51	125	1.382	208	178	4.108	867	495	977	76	73
Amarela	120	-	-	104	-	-	297	51	19	327	-	10
Parda	9.522	322	421	6.464	1.161	1.020	15.849	3.607	2.364	3.224	190	276
Indígena	61	-	2	12	-	-	58	4	24	40	-	10
Fonte: IBGE - Censo Demográfico												

As tabelas abaixo tiveram os dados extraídos do IBGE/SIDRA e SEADE, baseados no Censo Demográfico de 2022:

Indicador 8.A — Escolaridade da população de 18 a 29 anos (sem recortes)

Nível de instrução	Nº de pessoas	% do total
Sem instrução e fundamental incompleto	1.424	6,30%
Fundamental completo e médio incompleto	4.212	18,65%
Médio completo e superior incompleto	14.570	64,49%
Superior completo	2.386	10,56%
Total (18 a 29 anos)	22.592	100,00%
Com pelo menos 12 anos de estudo (proxy: médio completo ou mais)	16.956	75,05 %

Indicador 8.D — Razão de escolaridade entre negros e não negros

Nível de instrução	Negros (nº)	Negros (%)	Não negros (nº)	Não negros (%)
Sem instrução e fund. incompleto	919	8,04%	503	4,52%
Fund. completo e médio incompleto	2.567	22,45%	1.646	14,80%
Médio completo e superior incompleto	7.333	64,13%	7.210	64,84%
Superior completo	615	5,38%	1.761	15,84%
Total (18 a 29 anos)	11.434	100,00%	11.120	100,00 %
Com pelo menos 12 anos de estudo (proxy)	7.948	69,51 %	8.971	80,68 %

Fontes:

CARAGUATATUBA (Prefeitura Municipal). Caderno de dados: informações e indicadores educacionais, ano de referência 2020, n. 5, 2021, Caraguatatuba. Caraguatatuba: Secretaria Municipal de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2025/04/CADERNO-DE-DADOS-Informacoes-e-Indicadores-Educacionais-Ano-ref.-2020-n.-5-2021-Caraguatatuba.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle: gráficos do PNE. Brasília, DF: MEC, [20--]. Disponível em: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php . Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: panorama – Caraguatatuba (SP). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=3510500> . Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022 - Educação - Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102161.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2026.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Nível de instrução: Censo 2022. São Paulo: SEADE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.seade.gov.br/nivel-de-instrucao/> . Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: amostra – educação. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/amostra-educacao> . Acesso em: 10 ago 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Expansão das matrículas na educação básica e melhoria do fluxo (taxa de conclusão média 99,3 % entre 2020-2023).
- Oferta de passes escolares para 2 154 estudantes de ETEC, IFSP e Guarda Mirim.
- Ampliação de vagas em cursos técnicos (ETEC) e no IFSP – Campus Caraguatatuba.
- Parcerias com Univesp e polos EaD para aumentar acesso ao ensino superior.

Conclusão: Vamos considerar quatro subindicadores para a análise desta meta: 8.A Sem recortes; 8.B Áreas rurais; 8.C 25% mais pobres; e 8.D Razão negros/ não negros. A Meta 8 refere-se à “escolaridade média em anos de estudo”. As tabelas públicas consultadas (IBGE/SIDRA e SEADE) não disponibilizam esse indicador diretamente para o recorte de 18 a 29 anos por cor/raça no nível municipal — apenas a distribuição da população por nível de instrução concluído. Como proxy, considerou-se “pelo menos 12 anos de estudo” equivalente a ter concluído o ensino médio (categorias “médio completo e superior incompleto” e “superior completo”), por corresponder, na estrutura formal brasileira, a 9 anos de ensino fundamental mais 3 anos de ensino médio. Trata-se de uma aproximação, sujeita a imprecisão nas bordas das categorias.

Não foram localizadas, nas bases públicas agregadas consultadas (SIDRA e SEADE), tabelas que cruzem simultaneamente situação de domicílio (rural/urbana) ou renda domiciliar per capita com faixa etária (18-29) e cor/raça para Caraguatatuba. A obtenção desses recortes exigiria processamento de microdados do Censo 2022 ou acesso a bases

de renda não disponíveis neste ciclo. Por essa razão, este relatório analisa apenas os indicadores 8.A (sem recortes) e 8.D (negros x não negros).

A definição de “negros” e “não negros”: seguindo a definição do INEP, “negros” corresponde à soma das categorias “preta” e “parda” do IBGE; “não negros” corresponde à soma de “branca” e “amarela”, excluindo a categoria “indígena” do cálculo do indicador 8.D.

Em 2022, 75,05% da população de 18 a 29 anos de Caraguatatuba havia concluído pelo menos o ensino médio (proxy para 12 anos de estudo), enquanto 24,95% permanecia abaixo desse patamar — a maior parte (18,65%) com fundamental completo e médio incompleto, e uma parcela menor (6,30%) sem instrução ou com fundamental incompleto. Resta uma lacuna de 24,95 pontos percentuais para a cobertura universal. Não é possível, com os dados atualmente disponíveis, afirmar se a escolaridade média em anos de estudo (indicador literal da meta) já alcançou os 12 anos exigidos, pois essa medida requer o cálculo da média aritmética de anos de estudo, e não apenas a proporção da população acima de um patamar.

Entre a população negra de 18 a 29 anos, 69,51% atingiu pelo menos 12 anos de estudo (proxy), contra 80,68% da população não negra — um hiato de 11,2 pontos percentuais. Em termos de razão, a proporção de negros nessa condição corresponde a aproximadamente 86,2% da proporção observada entre não negros ($69,51\% \div 80,68\%$), evidenciando que a escolaridade entre os dois grupos ainda não está igualada, mesmo entre os jovens adultos do município. A meta de igualar a escolaridade entre negros e não negros ainda não foi atingida. Com base na proxy utilizada, a razão negros/não negros está em aproximadamente 86,2% (o ideal, para igualação plena, seria 100%).

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
O indicador oficial da Meta 8 (“escolaridade média em anos de estudo”) não está disponível nas bases públicas agregadas consultadas (SIDRA/SEADE) para o recorte de 18 a 29 anos por cor/raça no município.	Solicitar ao IBGE/SEADE, ou processar diretamente, os microdados do Censo 2022 para calcular a média de anos de estudo por cor/raça na faixa de 18 a 29 anos em Caraguatatuba.	Este relatório utiliza como proxy o percentual da população que concluiu pelo menos o ensino médio (≈ 12 anos de estudo). É uma aproximação razoável, mas não é o indicador literal da meta e não captura variações dentro de cada faixa de instrução.
Não foram localizados dados públicos agregados para os indicadores 8.B (áreas rurais) e 8.C (25% mais pobres) cruzando escolaridade, idade (18-29) e situação de domicílio ou	Buscar acesso a microdados do Censo 2022 (situação de domicílio) e a bases de renda domiciliar per capita (ex.: CadÚnico, PNAD Contínua regionalizada) para	Sem esses dados, o monitoramento da Meta 8 permanece incompleto, impedindo verificar se os grupos mais vulneráveis previstos no texto da meta estão sendo efetivamente

renda para o município.	viabilizar o cálculo desses recortes em ciclos futuros de monitoramento.	atendidos.
Persiste hiato de escolaridade entre a população negra (preta e parda) e não negra mesmo na faixa mais jovem (18-29 anos): 69,51% dos negros atingiram pelo menos 12 anos de estudo, contra 80,68% dos não negros — hiato de 11,2 pontos percentuais.	Priorizar, no âmbito do PME, ações de permanência e conclusão escolar (bolsas, apoio pedagógico, articulação com cotas de acesso ao ensino superior) direcionadas à população negra do município.	O objetivo da Meta 8 é igualar a escolaridade entre negros e não negros. A persistência do hiato entre jovens indica que a desigualdade não é apenas herança de gerações mais velhas, exigindo intervenção na faixa etária atual.
A maior concentração do hiato entre negros e não negros está na transição do fundamental para o médio: 22,45% dos negros de 18-29 anos permanecem em “fundamental completo e médio incompleto”, contra 14,80% dos não negros.	Priorizar, na rede municipal e em articulação com o estado, programas de busca ativa escolar, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e bolsas de permanência voltados a jovens negros de 18-29 anos que não concluíram o ensino médio.	Como a maior parcela do hiato se concentra nessa faixa intermediária de escolaridade, intervenções focadas na conclusão do ensino médio tendem a ter impacto mais direto e mensurável no curto e médio prazo do que ações genéricas.
O maior hiato relativo entre os grupos está no ensino superior completo: apenas 5,38% dos negros de 18-29 anos concluíram a graduação, contra 15,84% dos não negros — uma razão de cerca de 34%, bem mais desigual que a média geral do indicador 8.D.	Fortalecer políticas de apoio ao acesso e à permanência de jovens negros no ensino superior (articulação com cotas raciais em instituições públicas, programas de bolsa-permanência, orientação vocacional nas escolas municipais).	O hiato mais acentuado no nível superior indica que as barreiras de acesso e permanência se aprofundam ao longo da trajetória escolar, exigindo política específica para essa etapa, complementar às ações voltadas à conclusão do ensino médio.
Parte significativa da população negra de 18-29 anos permanece em “fundamental completo e médio incompleto” (22,45%, ante 14,80% dos não negros), indicando abandono escolar sem retorno.	Ampliar matrículas na EJA integrada à Qualificação Profissional, priorizando polos em regiões de maior concentração de população negra.	Vincular a conclusão escolar a uma perspectiva concreta de qualificação profissional aumenta a adesão e a permanência de jovens e adultos que abandonaram os estudos.
O hiato entre negros e não negros é mais acentuado no ensino superior completo (5,38% vs. 15,84% — razão de cerca de 34%), a maior	Negociar junto à Univesp e ao IFSP a expansão de vagas e polos no município, com acolhimento socioeconômico (transporte,	Sustentar a continuidade dos estudos pós-médio depende não só de vagas disponíveis, mas de condições materiais de

desigualdade relativa entre todas as faixas de instrução.	material, auxílio-permanência) para estudantes negros.	permanência; sem isso, o acesso ampliado não se traduz em conclusão.
As ações de equidade racial dependem da capacidade da rede municipal de identificar e acompanhar estudantes negros em risco de evasão, o que hoje não é uma prática sistemática.	Incluir, na formação continuada de professores e gestores escolares, módulos sobre educação das relações étnico-raciais e identificação precoce de risco de evasão.	Sem preparo específico das equipes escolares, as políticas de permanência tendem a ser genéricas e menos eficazes para o público que mais precisa delas.

[META 9]

Identificação da META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95,5% (noventa e cinco inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 30,2% (trinta inteiros e vinte décimos por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Período analisado: 2010 a 2022.

Indicadores de desenvolvimento:

Brasil	7,0% Taxa de analfabetismo 2022	9,6% Taxa de analfabetismo 2010	11.403.801 População não alfabetizada 2022
Caraguatatuba RA São José dos Campos	3,5% Taxa de analfabetismo 2022	4,7% Taxa de analfabetismo 2010	3.788 População não alfabetizada 2022

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade		
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Município - Caraguatatuba (SP)		
Cor ou raça - Total		
Idade - Total		
Ano - 2022		
Sexo - Total		
Alfabetização		
Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
107.828	104.040	3.788
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade		
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade - percentual do total geral		
Município - Caraguatatuba (SP)		
Cor ou raça - Total		
Idade - Total		
Ano - 2022		
Sexo - Total		
Alfabetização		
Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
100,00	96,49	3,51
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 1188 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça			
Variável - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)			
Ano - 2015			
Grande Região	Cor ou raça		
	Total	Branca	Preta ou parda
Norte	90,9	93,5	90,3
Nordeste	83,8	86,6	82,8
Sudeste	95,7	96,9	94,2
Sul	95,9	96,8	92,7
Centro-Oeste	94,3	95,7	93,4
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.			

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade			
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade - percentual do total geral			
Cor ou raça - Total			
Idade - Total			
Ano - 2022			
Sexo - Total			
Grande Região	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Norte	100,00	91,84	8,16
Nordeste	100,00	85,79	14,21
Sudeste	100,00	96,08	3,92
Sul	100,00	96,55	3,45
Centro-Oeste	100,00	94,94	5,06
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade			
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade - percentual do total geral			
Município - Caraguatatuba (SP)			
Idade - Total			
Ano - 2022			
Sexo - Total			
Cor ou raça	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	100,00	96,49	3,51
Branca	56,26	54,75	1,51
Preta	7,90	7,46	0,43
Amarela	0,82	0,81	0,01
Parda	34,80	33,26	1,54
Indígena	0,22	0,21	0,01
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

Tabela 9542 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por sexo, cor ou raça e grupos de idade			
Variável - Pessoas de 15 anos ou mais de idade (Pessoas)			
Município - Caraguatatuba (SP)			
Cor ou raça - Total			
Ano - 2022			
Sexo - Total			
Idade	Alfabetização		
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Total	107.828	104.040	3.788
15 a 19 anos	9.208	9.133	75
20 a 24 anos	9.161	9.069	92
25 a 34 anos	19.563	19.349	214
35 a 44 anos	21.624	21.278	346
45 a 54 anos	18.168	17.570	598
55 a 64 anos	14.482	13.678	804
65 anos ou mais	15.622	13.963	1.659
Fonte: IBGE - Censo Demográfico			

Os dados das tabelas abaixo foram utilizados para o monitoramento (com ressalvas) do indicador 9.B:

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça		
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Município - Caraguatatuba (SP)		
Sexo - Total		
Ano - 2022		
Grupo de idade - Total		
Cor ou raça	Nível de instrução	
	Total	Sem instrução e fundamental incompleto
Total	102.146	22.843
Branca	57.697	11.236
Preta	8.372	1.904
Amarela	848	120
Parda	35.059	9.522
Indígena	170	61
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça		
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral		
Município - Caraguatatuba (SP)		
Sexo - Total		
Ano - 2022		
Grupo de idade - Total		
Cor ou raça	Nível de instrução	
	Total	Sem instrução e fundamental incompleto
Total	100,00	22,36
Branca	56,48	11,00
Preta	8,20	1,86
Amarela	0,83	0,12
Parda	34,32	9,32
Indígena	0,17	0,06
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Fontes:

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Taxa de Analfabetismo: Censo 2022. São Paulo: SEADE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.seade.gov.br/taxa-de-analfabetismo/> . Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9542> . Acesso em: 10 ago 2026

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Diagnóstico de demanda EJA (estratégia 9.1 – 75 % cumprida).
- Parceria com CEEJA para continuidade escolar (estratégia 9.2 – 100 %).
- Adesão ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo / Pacto EJA.
- Oferta de exames ENCCEJA gratuitos (estratégia 9.6 – 100 %).
- Programa de oftalmologia para estudantes EJA (estratégia 9.5 – 75 %).

Conclusão: A meta desdobra-se, para fins de monitoramento, nos seguintes subindicadores: 9.A — taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais; e 9.B — taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais. Este relatório de monitoramento cobre somente o subindicador 9.A com dados do Censo 2022, incluindo um recorte complementar por cor ou raça (na mesma linha da análise de equidade racial já realizada para a Meta 8).

O indicador 9.B não pôde ser calculado no nível municipal, pela indisponibilidade de dados públicos agregados nesse recorte geográfico. A taxa de analfabetismo funcional (indicador 9.B) não é apurada pelo Censo Demográfico. O INEP a calcula nacionalmente a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), usando como proxy pessoas com menos de 4 anos de estudo completos — pesquisa amostral sem representatividade estatística para municípios do porte de Caraguatatuba.

Em 2022, 96,49% da população de 15 anos ou mais de Caraguatatuba sabia ler e escrever um bilhete simples, patamar acima da meta de 95,5% fixada para 2015. Restam, porém, 3.788 pessoas (3,51%) não alfabetizadas — o analfabetismo absoluto, que o PME prevê erradicar até o final de sua vigência (2026), não foi eliminado no município.

Os dados por grupos de idade confirmam, para Caraguatatuba, o padrão já observado em nível estadual e nacional: o analfabetismo se concentra fortemente na população mais velha. A taxa passa de 0,81% entre 15 e 19 anos para 10,62% entre 65 anos ou mais — um analfabetismo quase 13 vezes mais frequente nessa faixa. Em termos absolutos, 65,0% das 3.788 pessoas não alfabetizadas do município (2.463 pessoas) têm 55 anos ou mais, e 80,8% têm 45 anos ou mais. Isso indica que a erradicação do analfabetismo absoluto em Caraguatatuba depende, sobretudo, de políticas dirigidas a adultos maduros e idosos — público historicamente mais distante da oferta regular de EJA — e não de ações voltadas às gerações mais jovens, que já apresentam alfabetização quase universal.

A taxa de alfabetização da população negra de 15 anos ou mais (95,36%) é cerca de 2,0 pontos percentuais menor do que a da população não negra (97,34%) — razão de aproximadamente 98,0%. Trata-se de um hiato bem mais estreito do que o observado na

Meta 8 para anos de estudo (11,2 pontos percentuais, razão de 86,2%), sugerindo que a desigualdade racial em Caraguatatuba é menos acentuada na alfabetização básica do que na conclusão de etapas mais avançadas da escolaridade — um padrão consistente com o observado em outros estados, em que a diferença entre grupos raciais se acentua nas faixas etárias mais avançadas e nos níveis de instrução mais altos.

No Sudeste, a taxa de alfabetização de 15 anos ou mais era de 95,7% em 2015 (96,9% entre brancos e 94,2% entre pretos ou pardos, hiato de 2,7 pontos percentuais). Os valores de Caraguatatuba em 2022 são compatíveis com essa ordem de grandeza regional, ainda que não diretamente comparáveis por se tratar de anos, pesquisas e níveis geográficos distintos.

O Censo 2022 não disponibiliza, no nível municipal, a variável oficial usada pelo INEP para o indicador 9.B ("menos de 4 anos de estudo"). Na ausência desse dado, foi construída uma proxy a partir da categoria "sem instrução e fundamental incompleto" da Tabela SIDRA 10061 — mesma lógica de aproximação já usada na Meta 8, agora aplicada à população de 18 anos ou mais (universo ligeiramente distinto do indicador 9.A, que cobre 15 anos ou mais). Sob essa aproximação, 22,37% da população de 18 anos ou mais de Caraguatatuba (22.843 pessoas) se enquadra nessa condição em 2022. Por incluir pessoas com até quase 8 anos de estudo — mais do que o corte oficial de 4 anos —, essa proxy tende a superestimar a taxa real de analfabetismo funcional, mas oferece uma ordem de grandeza territorializada do problema.

Por cor ou raça, a desigualdade se repete e se amplia: 26,31% da população negra (preta + parda) está nessa condição, contra 19,40% da população não negra (branca + amarela) — hiato de 6,9 pontos percentuais, com a população negra apresentando taxa cerca de 36% maior. Esse hiato é bem mais amplo do que o observado na alfabetização básica (2,0 p.p., seção 6.2) e mais próximo, em grandeza, do hiato de escolaridade medido na Meta 8 (11,2 p.p.) — reforçando que a desigualdade racial em Caraguatatuba se aprofunda à medida que se avança para níveis mais complexos de letramento e escolarização, e não na alfabetização elementar.

Não foi possível, no entanto, avaliar o cumprimento da meta de reduzir em 30,2% a taxa de analfabetismo funcional, por não ter sido localizado o valor de linha de base usado para fixá-la.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
O indicador 9.B (taxa de analfabetismo funcional) não está disponível em bases públicas agregadas por município, impedindo	Solicitar ao IBGE/INEP acesso aos microdados da PNAD Contínua, ou parceria técnica para o cálculo do indicador em nível	Sem esse dado, o monitoramento da Meta 9 permanece incompleto, faltando justamente o indicador central da

medir diretamente a meta de reduzir em 30,2% esse indicador.	municipal, com periodicidade definida.	segunda parte da meta (redução do analfabetismo funcional).
Ainda há 3.788 pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas em Caraguatatuba — o analfabetismo absoluto previsto para erradicação até o final da vigência do PME não foi eliminado.	Ampliar e fortalecer a oferta municipal de alfabetização de jovens e adultos (EJA — etapa de alfabetização, iniciativas como o MOVA), com busca ativa territorializada dessa população.	Sem ampliação de oferta e busca ativa, esse contingente tende a permanecer estável ou a se concentrar cada vez mais entre as faixas etárias mais avançadas, tornando a erradicação mais difícil.
Persiste hiato de alfabetização entre negros e não negros (95,36% x 97,34%, cerca de 2,0 pontos percentuais), ainda que mais estreito do que o hiato de escolaridade medido na Meta 8.	Priorizar, dentro dos programas municipais de alfabetização de adultos, a busca ativa e o acompanhamento pedagógico voltados à população negra, com atenção especial à população idosa.	Mesmo hiatos percentuais pequenos representam número expressivo de pessoas quando aplicados à população total; a concentração da desigualdade racial em segmentos etários mais avançados é um padrão já observado em outros estados.
65,0% dos analfabetos do município (2.463 pessoas) têm 55 anos ou mais, e a taxa salta de 1,09% (25-34 anos) para 10,62% (65+).	Integrar CadÚnico, equipes de Saúde da Família e agentes de programas de alfabetização para localizar e matricular ativamente adultos maduros e idosos não alfabetizados, priorizando visitas domiciliares nessa faixa etária.	Sem busca ativa dirigida à população idosa, a maior parte dos analfabetos do município permanece fora do alcance de políticas desenhadas, em geral, para o público jovem.
Adultos de 45 a 64 anos concentram 1.402 pessoas não alfabetizadas (37% do total) — faixa em que a evasão tende a ser maior quando não há conexão com oportunidades de trabalho.	Expandir turmas de EJA integradas à qualificação profissional nos bairros periféricos e em regiões de maior vulnerabilidade social.	A associação entre alfabetização e perspectiva de inserção no trabalho aumenta a adesão e reduz a evasão de adultos em idade ativa.
Entre os 65 anos ou mais, a taxa de analfabetismo (10,62%) é cerca de 13 vezes maior que entre 15-19 anos (0,81%), refletindo barreiras de mobilidade e vínculo institucional próprias da idade avançada.	Criar núcleos de alfabetização comunitária (nos moldes do Programa Brasil Alfabetizado) em associações de bairro, centros de convivência do idoso e equipamentos de assistência social, com bolsas para alfabetizadores	Pessoas idosas enfrentam maior dificuldade de deslocamento até escolas regulares; núcleos de proximidade reduzem essa barreira aproveitando vínculos sociais já existentes.

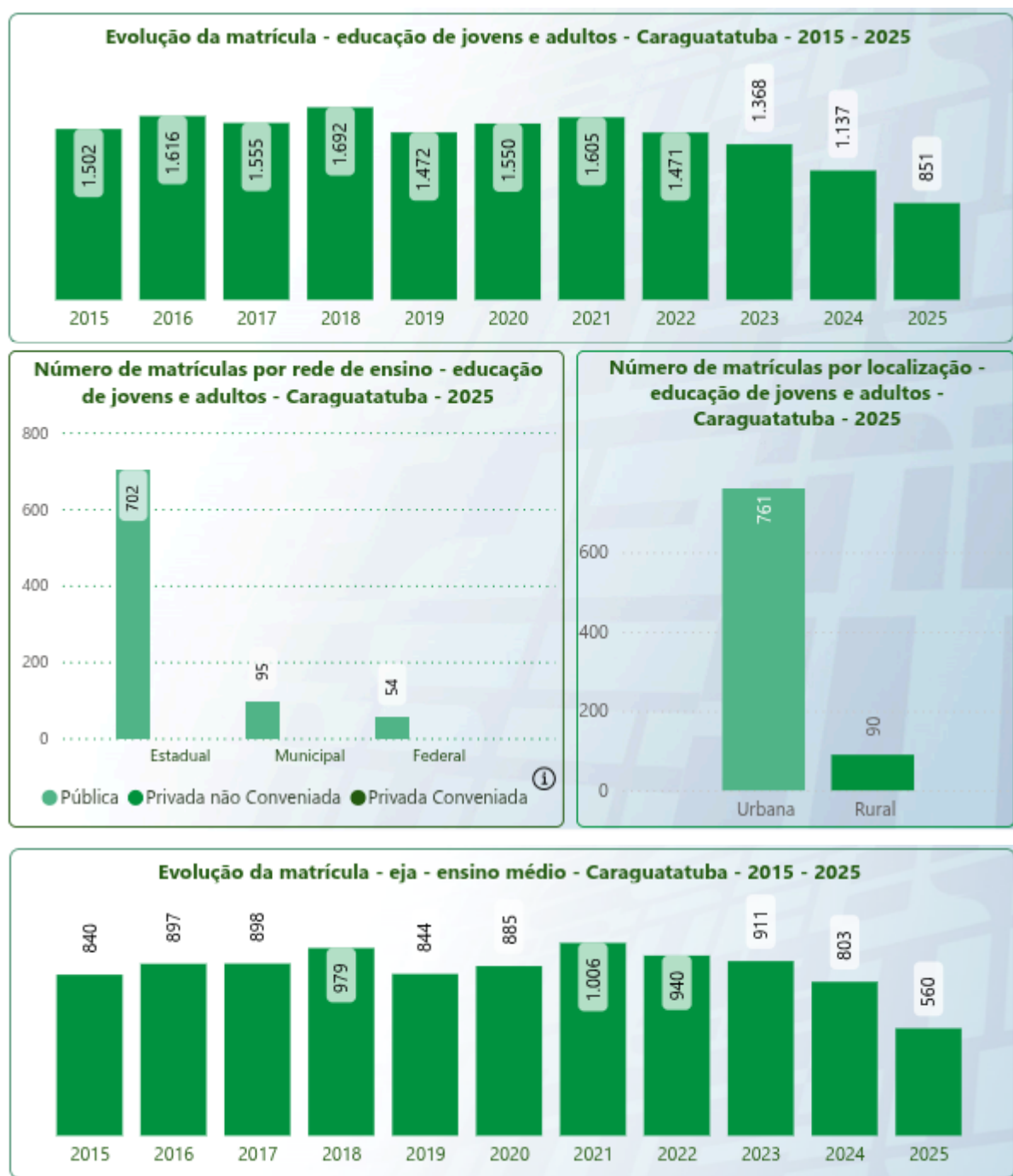
	comunitários.	
O indicador 9.A agregado (96,49%) mascara a persistência do problema entre os mais velhos, já que é "puxado para cima" pela quase universalização da alfabetização entre jovens.	Implementar painel anual (IBGE/Censo/PNAD) com metas de redução específicas por faixa etária, sobretudo para 55-64 anos e 65 anos ou mais, além da meta geral do indicador 9A.	Metas únicas e agregadas tendem a esconder desigualdades etárias, de gênero e étnico-raciais relevantes; dados com recortes populacionais permitem cobrar resultados onde o problema de fato está concentrado.
A proxy construída para o indicador 9.B usa "sem instrução e fundamental incompleto" (até quase 8 anos de estudo), mais abrangente que o corte oficial de 4 anos usado pelo INEP, o que tende a superestimar a taxa real.	Buscar, junto ao IBGE, acesso a microdados do Censo 2022 que permitam segmentar a população por faixas mais finas de anos de estudo (ex.: 0-3, 4-7 anos), aproximando o cálculo do conceito oficial de analfabetismo funcional.	Uma proxy mais precisa evita distorcer o tamanho real do problema e melhora a comparabilidade com metas estaduais e nacionais.
O hiato racial na proxy de analfabetismo funcional (6,9 p.p., negros com taxa ~36% maior) é bem mais amplo que o hiato na alfabetização básica, indicando que a desigualdade racial se aprofunda nas etapas seguintes da escolarização.	Priorizar, nos programas de alfabetização e EJA, o recrutamento e acompanhamento de adultos negros com baixa escolaridade, articulando com as ações já recomendadas para o indicador 9.A (núcleos comunitários, EJA integrada, busca ativa territorializada).	Reforça, com um segundo indicador, a necessidade de políticas de equidade racial voltadas à conclusão da educação básica, já identificada nos indicadores 8.D e 9.A.

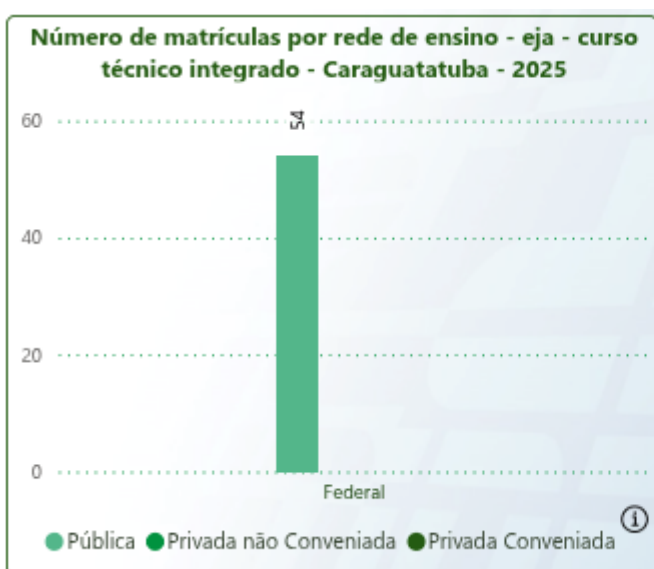
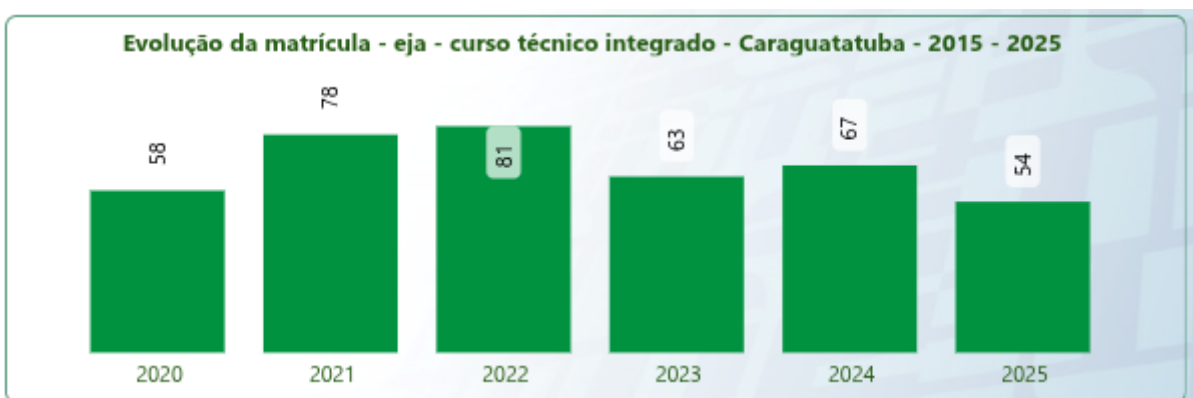
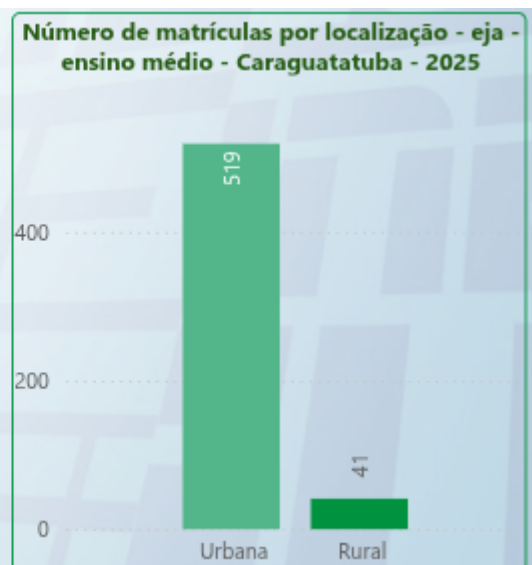
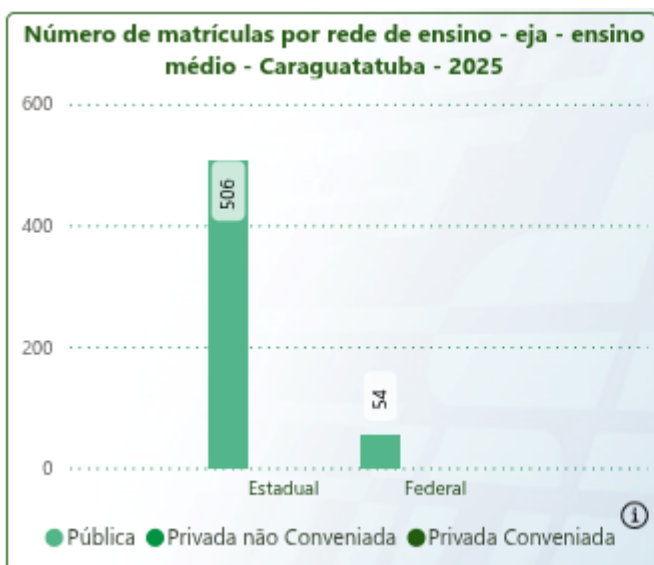
[META 10]

Identificação da META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:





com os dados disponíveis na Plataforma Cooperação PNE (com base no Censo Escolar/INEP).

Série histórica incompleta para a categoria integrada: o total de matrículas de EJA – ensino médio está disponível para toda a série 2015-2025, mas a categoria “EJA – Curso técnico integrado” só foi localizada a partir de 2020. Não foi possível determinar se, entre 2015 e 2019, a integração era efetivamente zero ou apenas não constava dessa consulta. Por isso, o percentual do indicador só é calculado de 2020 a 2025.

O texto da Meta 10 do PME menciona os ensinos fundamental e médio conjuntamente, mas — como não existe categoria de integração dentro do EJA fundamental nesta plataforma — o indicador calculado refere-se apenas ao EJA médio, o que é consistente com a metodologia usada nacionalmente pelo Observatório do PNE. O total de matrículas de EJA fundamental de Caraguatatuba não é apresentado neste relatório, por não ser parte do cálculo do indicador.

Em 2025, 9,64% das matrículas de EJA no Ensino Médio em Caraguatatuba (54 de 560) estavam integradas à Educação Profissional — abaixo de dois quintos da meta de 25%. A meta de integrar, no mínimo, 25% das matrículas de EJA no Ensino Médio à Educação Profissional ainda não foi cumprida em Caraguatatuba.

O padrão por rede de ensino permanece o achado mais relevante: 100% das matrículas de EJA médio integrada à Educação Profissional em Caraguatatuba pertencem à rede federal — a totalidade das 54 matrículas de EJA médio da rede federal já é integrada. A rede estadual, com 506 matrículas de EJA médio (90,4% do total), não oferece nenhuma matrícula integrada. Não há matrícula de EJA médio nas redes municipal e privada de Caraguatatuba.

Do total de 560 matrículas de EJA médio, 41 (7,32%) estão em área rural. Como a totalidade da oferta integrada é federal e urbana, nenhuma das 41 matrículas rurais de EJA médio tem acesso à integração com a Educação Profissional — a desigualdade rural x urbana, portanto, também atinge esse indicador, ainda que a área rural represente uma parcela pequena do total.

A trajetória temporal mostra um indicador que cresceu de 6,55% (2020) para 9,64% (2025), sem uma tendência clara de expansão da oferta integrada em si (que oscilou entre 54 e 81 matrículas, sem trajetória ascendente) nem de queda continuada do total de EJA médio (que oscilou entre 803 e 1.006 matrículas até 2024, caindo mais abruptamente só em 2025, para 560). Ainda assim, o indicador segue distante da meta, e a distribuição por rede de ensino mostra que reduzir essa distância depende de decisões concretas por parte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (rede estadual).

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
------------------------------------	-------------------------	----------------------

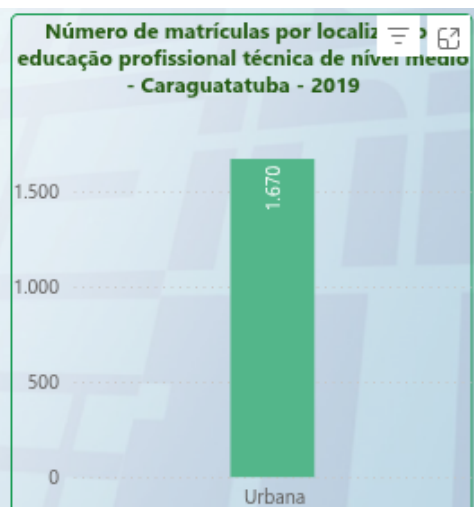
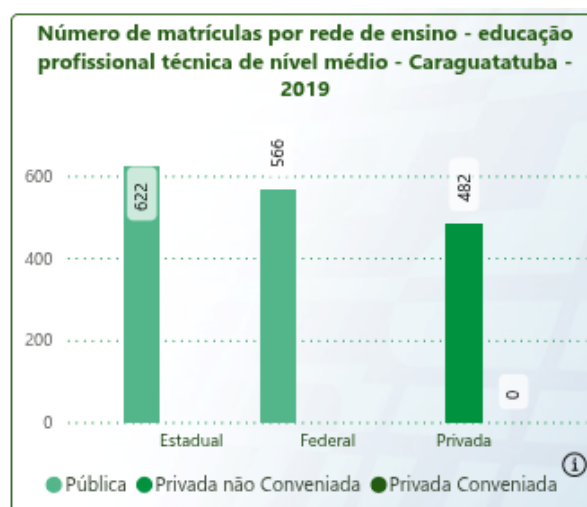
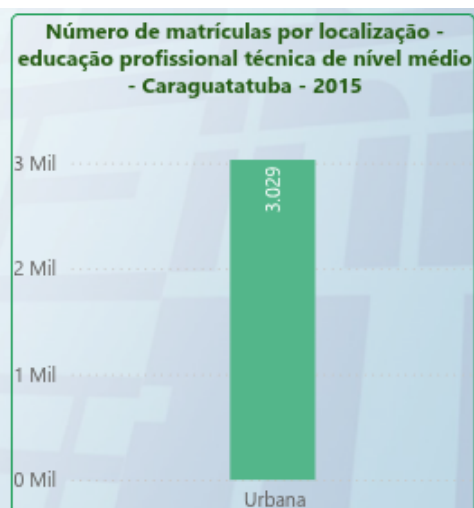
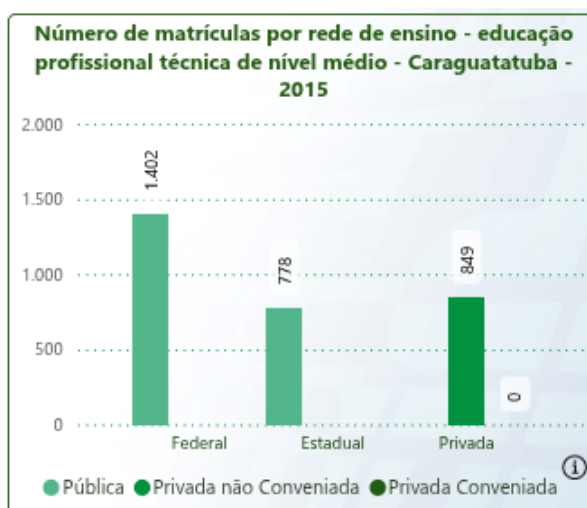
100% da oferta de EJA médio integrada à Educação Profissional em Caraguatatuba está concentrada na rede federal, que responde por apenas 9,6% do total de matrículas de EJA médio do município; a rede estadual (90,4% das matrículas) não oferece nenhuma matrícula integrada.	Articular, junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a criação de turmas de EJA médio integrada à Educação Profissional na própria rede estadual, com parcerias com o Pronatec, institutos federais ou o sistema “S” (Senai/Senac) para a oferta de componentes técnicos.	Sem oferta própria na rede que concentra a grande maioria dos estudantes de EJA médio, o cumprimento da meta de 25% depende de uma expansão da rede federal cuja capacidade de matrícula é estruturalmente limitada.
As 41 matrículas rurais de EJA médio do município (7,3% do total) não têm, atualmente, nenhum acesso à modalidade integrada à Educação Profissional, já que toda a oferta integrada é urbana e federal.	Avaliar, junto à rede estadual, a viabilidade de oferta itinerante ou semipresencial de EJA médio integrada à Educação Profissional para a população rural do município.	Concentrar a oferta apenas na área urbana tende a excluir sistematicamente a população rural do acesso a essa modalidade, ampliando desigualdades territoriais dentro do próprio município.
O indicador oscilou entre 6,55% (2020) e 9,64% (2025) sem uma tendência clara e consistente de expansão da oferta integrada em si (54 a 81 matrículas ao longo do período), o que dificulta prever se a trajetória seguirá em direção à meta de 25%.	Definir, no plano de ação do PME, metas intermediárias anuais para o indicador 10, com dotação orçamentária específica (estadual e/ou municipal) e acompanhamento anual da evolução tanto do numerador (matrículas integradas) quanto do denominador (total de EJA médio).	Sem metas intermediárias, um indicador que oscila sem tendência definida não permite avaliar se o município está de fato avançando ou apenas variando ano a ano por fatores conjunturais.

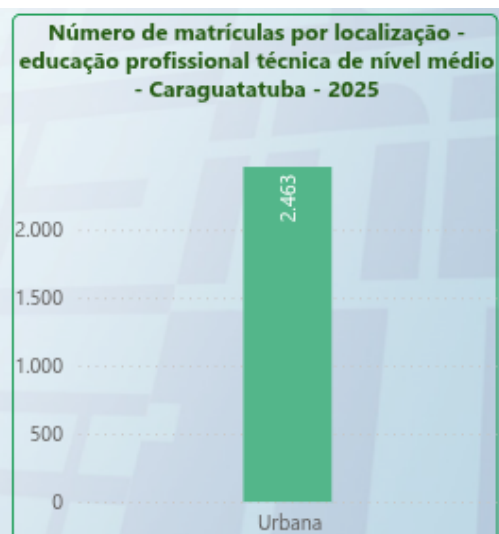
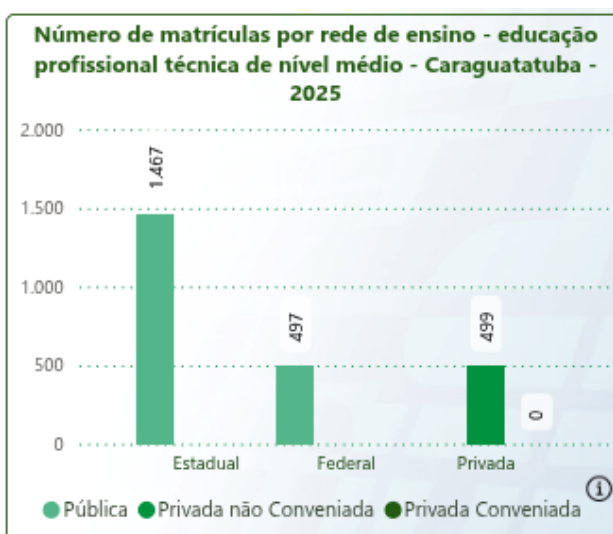
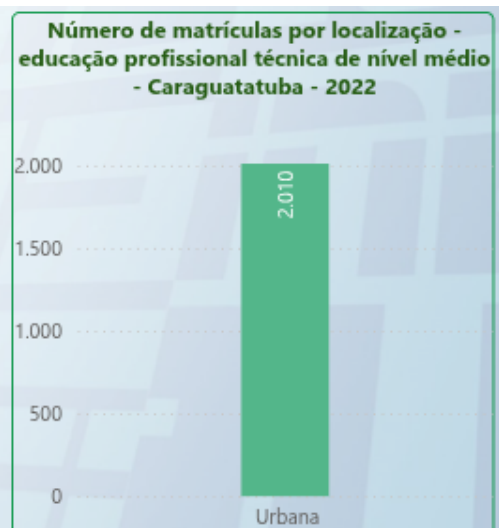
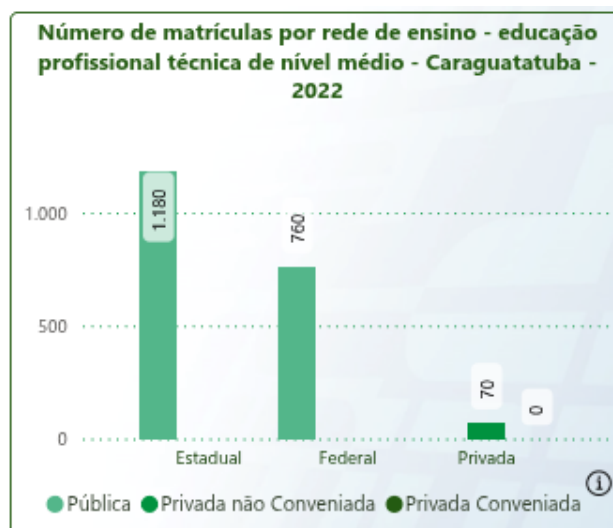
[META 11]

Identificação da META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:





Ano	Federal	Estadual	Público (Fed. +Est.)	Privada	% Público
2015	1.402	778	2.180	849	71,97%
2019	566	622	1.188	482	71,14%
2022	760	1.180	1.940	70	96,52%
2025	497	1.467	1.964	499	79,74%

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoI2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjJhliwidCI6IjI2Zjc0ODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZjI9> . Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Ampliação de vagas no ****ETEC Caraguatatuba****: abertura de cursos de Desenvolvimento de Sistemas e Logística (2022).
- Instalação de laboratório maker/fab-lab no IFSP – câmpus Caraguatatuba para itinerários formativos (2023).

- Programa ****EM Técnico (SP+Técnico)**** – 138 estudantes da rede estadual integrados a cursos ETEC (2023).
- Projeto piloto de tempo integral técnico na EMEF/EM Prof.^a Antônia Antunes Arouca (parceria Prefeitura/ETEC).

Conclusão: 2015 é o primeiro ano disponível na consulta feita à Plataforma Cooperação PNE, mas não necessariamente o ano-base oficial declarado pelo PME para a Meta 11 (planos municipais costumam adotar 2013 ou o ano de aprovação do plano como referência, acompanhando o PNE nacional). Todos os cálculos de variação e de “triplicação” neste relatório usam 2015 como referência disponível.

Para cumprir a meta de triplicar as matrículas a partir de 2015 (3.029), Caraguatatuba precisaria alcançar 9.087 matrículas de educação profissional técnica de nível médio até o final da vigência do PME. Em 2025, o município registrava 2.463 matrículas — 18,7% a menos do que em 2015, e não um crescimento. Isso equivale a apenas 27,1% do patamar necessário para o cumprimento da meta. A série completa mostra oscilação acentuada ano a ano, sem uma tendência sustentada de crescimento: houve quedas fortes em 2016-2018 e em 2021, e recuperações parciais em 2020, 2022 e 2025, mas o valor de 2025 ainda não retomou sequer o patamar de 2015.

A rede pública (federal + estadual) sempre respondeu pela maior parte das matrículas no período, variando de 71,1% (2019) a 96,5% (2022) do total, com 79,7% em 2025. A composição interna do público mudou de forma expressiva: em 2015, a rede federal liderava (1.402 matrículas, contra 778 da estadual); a partir de 2019, a rede estadual passou a ser a maior ofertante, e em 2025 já respondia por quase o triplo das matrículas federais (1.467 x 497).

Como o total de matrículas caiu entre 2015 e 2025 (seção 3), o critério “pelo menos 50% da expansão no segmento público” não pode ser aplicado no sentido literal — não houve expansão a ser repartida. Analisando, em vez disso, a queda observada: o total recuou 566 matrículas entre 2015 e 2025 (– 18,7%). Dessa queda, 216 vieram do segmento público (– 9,9% em relação ao seu próprio total de 2015) e 350 vieram do segmento privado (– 41,2% em relação ao seu total de 2015). Em outras palavras, 38,2% da queda total veio do público e 61,8% veio do privado — a rede pública perdeu matrículas em ritmo bem mais lento que a privada, e por isso passou a representar uma fatia maior do total (de 72,0% em 2015 para 79,7% em 2025), mesmo com o total geral encolhendo.

Por fim, a dimensão de qualidade da oferta, também prevista no texto da meta, não pôde ser avaliada com os dados de matrícula disponíveis, e depende de indicadores adicionais não cobertos por este relatório.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
As matrículas de educação	Articular, junto às redes	Sem um plano de expansão

profissional técnica de nível médio caíram 18,7% entre 2015 e 2025, na direção oposta à meta de triplicação, atingindo apenas 27,1% do patamar necessário.	estadual e federal (Etec/Fatec, IFSP) e ao setor privado, um plano de expansão de vagas de educação profissional técnica no município, com metas intermediárias anuais monitoradas pelo PME, e investigar as causas da queda acentuada em anos como 2018 e 2021.	com metas intermediárias, a distância em relação à triplicação tende a se manter ou aumentar, tornando o cumprimento da meta até o final da vigência do PME cada vez menos provável.
A meta também prevê “assegurar a qualidade da oferta”, dimensão não avaliável apenas com dados de matrícula; não foram localizados, nesta consulta, indicadores de desempenho, evasão ou infraestrutura da educação profissional técnica no município.	Buscar, junto ao INEP/Censo Escolar ou a avaliações estaduais (ex.: Saesp para componentes de formação geral, quando aplicável), indicadores complementares de qualidade da oferta de educação profissional técnica, para compor ciclos futuros de monitoramento da Meta 11.	Sem indicadores de qualidade, o monitoramento fica restrito à quantidade de vagas, deixando de avaliar uma dimensão explicitamente prevista no texto da meta.
Para cumprir a meta de triplicação (chegar a 9.087 matrículas a partir de 2015), Caraguatatuba precisaria de mais 6.624 matrículas em relação ao total atual (2.463 em 2025) — um aumento de 269%, sem que a oferta física atual dê sinais de viabilizar esse volume.	Avaliar a construção de um novo polo Etec/IFSP na região (por exemplo, na zona sul do município) e ampliar a oferta de cursos técnicos EaD, priorizando as redes estadual e federal, que já concentram 79,7% das matrículas.	Sem expansão física de vagas, a distância de 72,9 pontos percentuais em relação ao patamar necessário tende a se manter ou a piorar, como já ocorreu na década anterior.
A rede estadual já concentra a maior parte da oferta pública (1.467 de 1.964 matrículas públicas em 2025), mas há potencial não explorado de usar a estrutura física das escolas estaduais já existentes para abrir novas vagas sem obra nova.	Criação de programas de articulação Ensino Médio + Técnico (nos moldes do programa já adotado pela rede estadual paulista), aproveitando prédios e turnos já existentes.	Amplia a concomitância entre ensino médio e técnico sem custo extra de infraestrutura.

[META 12]

Identificação da META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Período analisado: 2015 a 2022, com informações complementares de 2024.

Indicadores de desenvolvimento:

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça					
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)					
Município - Caragatatuba (SP)					
Sexo - Total					
Cor ou raça - Total					
Ano - 2022					
Nível de instrução x Grupo de idade					
Total			Superior completo		
Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos
102.146	12.969	9.624	18.167	817	1.569
Fonte: IBGE - Censo Demográfico					

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça					
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral					
Município - Caragatatuba (SP)					
Sexo - Total					
Cor ou raça - Total					
Ano - 2022					
Nível de instrução x Grupo de idade					
Total			Superior completo		
Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos	Total	18 a 24 anos	25 a 29 anos
100,00	12,70	9,42	17,79	0,80	1,54
Fonte: IBGE - Censo Demográfico					

Tabela 5.1 - Número de Matrículas nos Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município (Caraguatatuba) - 2015:

Organização Acadêmica e Dependência Administrativa ¹⁻³							
Total	Total por Dependência Administrativa						
	Pública				Privada		
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Com Fins Lucrativos	Sem Fins Lucrativos
5.111	336	336	0	0	4.775	4.413	362

2022:

Organização Acadêmica e Dependência Administrativa ¹⁻³							
Total	Total por Dependência Administrativa						
	Pública				Privada		
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Com Fins Lucrativos	Sem Fins Lucrativos
8.330	790	496	224	70	7.540	7.359	181

2024:

Organização Acadêmica e Dependência Administrativa ¹⁻³							
Total	Total por Dependência Administrativa						
	Pública				Privada		
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Com Fins Lucrativos	Sem Fins Lucrativos
8.541	1.032	472	264	296	7.509	7.415	94

Sinopses Estatísticas da Educação Superior por Município/Inep

Dados extraídos da tabela: 5.7 - Número de Matrículas nos Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica, Dependência Administrativa, Faixa Etária e Sexo, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município - 2022

Faixa Etária	Matrículas	% do Total
Até 18 anos	226	2,7%
19 a 24 anos	2.863	34,4%
25 a 29 anos	1.372	16,5%
30 a 34 anos	1.058	12,7%
35 a 39 anos	995	11,9%
40 a 44 anos	815	9,8%
45 a 49 anos	530	6,4%
50 a 54 anos	263	3,2%
55 a 59 anos	134	1,6%
60 a 64 anos	52	0,6%
65 anos ou mais	22	0,3%
Total	8.330	100,0%

Tabela 2: Estimativa da População de 18 a 24 Anos – Caraguatatuba, 2022

Grupo Etário (IBGE)	População	Idades Aproveitadas	População Estimada
15 a 19 anos	9.208	18 e 19 anos (2/5 do grupo)	3.683
20 a 24 anos	9.161	20 a 24 anos (integral)	9.161
Total 18 a 24 anos			12.844

Fonte: IBGE Cidades – Pirâmide Etária do Censo 2022. Estimativa por distribuição uniforme.

Dependência Administrativa	Organização Acadêmica	Matrículas
Pública Federal	IF/Cefet	496
Pública Estadual	Universidade	224
Pública Municipal	Universidade	70
Privada	Universidade	3.926
Privada	Centro Universitário	3.572
Privada	Faculdade	42
Total		8.330

Fontes:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: amostra – educação. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> . Acesso em: 10 ago 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Brasília, DF: INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior> . Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Implantação de polo Univesp em 2018 – oferta de 560 vagas EaD (Pedagogia, Computação, Engenharia).
- Expansão do IFSP – Campus Caraguatatuba para 1.020 vagas presenciais (2019-2023).
- Parceria com FATEC/SJC para classes descentralizadas (Logística Portuária) – 80 vagas anuais.
- Programa municipal de ****bolsas parciais**** (Lei 2.498/2020) – 214 beneficiários em faculdades privadas locais.
- Criação do Passe Universitário Litoral Norte (2022) – 330 estudantes atendidos com transporte intermunicipal.

Conclusão: Os dados de matrícula utilizados são referenciados pelo local de oferta do curso, conforme Nota 2 da Tabela 5.7 do Censo da Educação Superior. Isso significa que as 8.330 matrículas correspondem a alunos que estudam em Instituições de Ensino Superior

(IES) sediadas em Caraguatatuba, independentemente de seu município de residência. Para o cálculo ideal dos indicadores 12.A e 12.B, seria necessário utilizar o dado de matrícula por município de residência do aluno. A análise aqui apresentada, portanto, mede a capacidade de oferta local e não o acesso efetivo da população residente. A busca pelo dado por residência está recomendada nos apontamentos.

Além disso, a população de 18 a 24 anos (denominador das taxas) foi estimada a partir dos grupos quinquenais da pirâmide etária do IBGE Cidades (15-19 e 20-24 anos), adotando-se o pressuposto de distribuição uniforme por idade. Pequenas variações em relação ao dado real podem existir.

Indicador 12.A – Taxa Bruta de Matrícula (64,9%)

O resultado de 64,9% supera a meta de 50% em quase 15 pontos percentuais, indicando que o volume total de matrículas em IES sediadas em Caraguatatuba é expressivo em relação à população jovem do município. Esse patamar reflete a consolidação de um polo de oferta local, impulsionado principalmente por instituições privadas e pela modalidade a distância.

No entanto, a TBM elevada também revela uma característica importante: 63% das matrículas são de alunos com 25 anos ou mais. Isso indica que a oferta local atende significativamente um público adulto que retorna aos estudos, mas não necessariamente o jovem de 18 a 24 anos que é o foco prioritário da meta.

Indicador 12.B – Taxa Líquida de Matrícula (24,1%)

A Taxa Líquida de 24,1% mostra que, aproximadamente, 1 em cada 4 jovens de 18 a 24 anos de Caraguatatuba está matriculado em uma IES sediada no município. A meta de 33% ainda não foi atingida, faltando 8,9 pontos percentuais. O cálculo realizado resulta em 24,1%, mas esse percentual deve ser interpretado como uma estimativa baseada na oferta de matrículas em instituições sediadas no município, e não como a taxa líquida efetiva de matrícula da população residente de 18 a 24 anos.

Embora o resultado esteja abaixo da meta, o patamar é superior à média nacional de 18,2% (dado mais recente do INEP para 2022) e comparável ao de municípios paulistas de porte médio com oferta consolidada de ensino superior. A distância para a meta é desafiadora, mas factível com políticas de ampliação de vagas públicas, bolsas e programas de acesso e permanência.

Indicador 12.C – Participação do Segmento Público

A tabela 5.7 do Censo da Educação Superior refere-se ao estoque total de matrículas em 2022, e não ao fluxo de ingressantes (novos alunos). Portanto, o cálculo mede a participação do segmento público no total de alunos matriculados, e não nas novas matrículas, como exige a meta, principalmente o indicador 12.C. Esse valor serve como aproximação para o monitoramento, mas deve ser substituído pelo dado correto (ingressantes) nos próximos relatórios.

As 70 matrículas classificadas como "Universidade Pública Municipal" referem-se à Universidade de Taubaté (UNITAU), autarquia municipal de regime especial mantida pelo

Município de Taubaté/SP. Embora se trate de uma instituição de natureza jurídica pública, a UNITAU cobra mensalidades de seus alunos, diferentemente do que ocorre nas universidades públicas federais e estaduais gratuitas. Ademais, a instituição é vinculada a outro município (Taubaté), e não a Caraguatatuba. Para efeitos de monitoramento da Meta 12, essas matrículas foram mantidas no cômputo do segmento público por fidelidade à classificação oficial do INEP, mas sua contribuição para a efetiva democratização do acesso (por não serem gratuitas) deve ser interpretada com cautela. Caso essas matrículas fossem excluídas do segmento público, a participação pública cairia de 9,5% para 8,6% do total.

A participação do segmento público no total de matrículas é de apenas 9,5%, muito distante da meta de 40%. A oferta é esmagadoramente privada (90,5%), com destaque para as Universidades (3.926) e Centros Universitários (3.572) privados.

Entre as instituições públicas, a maior contribuição vem do Instituto Federal (496 matrículas), seguido pela Universidade Estadual (224) e pela Universidade Municipal (70). Não há oferta de Centro Universitário ou Faculdade pública no município.

Interpretação com a devida cautela: Mesmo considerando que este é um dado de estoque (total de alunos) e não de fluxo (novos alunos), a proporção é tão baixa que, ainda que o número de ingressantes públicos fosse proporcionalmente maior, dificilmente se aproximaria dos 40%. A meta de expansão com qualidade no segmento público exigirá investimentos estruturais significativos.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Os dados de matrícula são por local de oferta, e não por município de residência do aluno.	Solicitar ao INEP, via Lei de Acesso à Informação (LAI), a tabela de matrículas no Ensino Superior por município de residência para Caraguatatuba, desagregada por faixa etária.	Sem o dado por residência, não é possível medir com precisão o acesso efetivo da população à educação superior, independentemente de onde o aluno estuda. O dado atual pode subestimar ou superestimar as taxas reais.
A Taxa Líquida de Matrícula (24,1%) está 8,9 pontos percentuais abaixo da meta de 33%.	1) Ampliar a oferta de vagas públicas no município, via expansão do IF/Cefet ou implantação de outros campus universitário público. 2) Criar programa municipal de bolsas e auxílio-permanência para estudantes de baixa renda. 3) Firmar convênios com IES privadas para vagas	A distância para a meta é significativa e não será superada apenas pela dinâmica atual. O alto custo das mensalidades e a falta de vagas públicas são barreiras estruturais ao acesso dos jovens de 18 a 24 anos.

	subsidiadas.	
Concentração de 90,5% das matrículas em IES privadas.	Incluir no plano de expansão a meta de criação de um campus de universidade pública estadual (USP, UNESP, UNICAMP) ou federal (UFABC, UNIFESP), com prioridade para cursos alinhados às vocações econômicas do município (porto, turismo, meio ambiente).	A oferta pública é estrutural para democratizar o acesso. A ampliação do IF local e a atração de novas IES públicas reduziriam a dependência do ensino privado e contribuiriam para o cumprimento dos indicadores 12.B e 12.C.

[META 13]

Identificação da META 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Período analisado: 2012 a 2023 (dados nacionais, regionais e por UF — sem desagregação municipal disponível).

Indicadores de desenvolvimento:

Tabela 1: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado – Brasil – 2012-2023

Indicador 13A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	73,5%	75,6%	77,6%	79,7%	81,5%	82,6%	83,8%	84,3%	84,6%	84,9%

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2023).

*Relatório de monitoramento - dado apresentado graficamente

Território	Ano				Variação 2012-2023	
	2012		2023			
	Total de docentes	13A	Total de Docentes	13A	Total de docentes	Variação Ind. 13A (p.p.)
Brasil	315.993	70,1	319.705	84,9	3.712	14,8
Norte	20.612	59,7	24.650	78,6	4.038	18,9
Nordeste	63.797	67,9	77.377	84,0	13.580	16,1
Sudeste	141.949	72,3	130.170	86,5	-11.779	14,3
Minas Gerais	36.410	69,0	36.084	86,7	-326	17,7
Espírito Santo	5.939	72,8	6.019	83,8	80	11,0
Rio de Janeiro	29.219	77,0	27.941	90,1	-1.278	13,1
São Paulo	71.018	72,2	62.195	85,3	-8.823	13,2
Sul	62.574	74,4	63.213	87,3	639	12,9
Centro-Oeste	28.747	63,1	31.533	81,4	2.786	18,3

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2023).

*Relatório de monitoramento - dado apresentado em tabela

Tabela 1: Percentual de docentes da educação superior com doutorado – Brasil – 2012-2023

Indicador 13B	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	35,6%	37,3%	39,9%	42,2%	44,2%	46,1%	48,9%	50,8%	52,1%	53,1%

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2023).

*Relatório de monitoramento - dado apresentado graficamente

Tabela 3: Número e percentual de docentes da educação superior com doutorado, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2023

Território	Todas as IES				Variação 2012-2023	
	2012		2023			
	Total de docentes	13B	Total de Docentes	13B	Total de docentes	Variação Ind. 13B (p.p.)
Brasil	315.993	32,6	319.705	53,1	3.712	20,5
Norte	20.612	21,4	24.650	44,9	4.038	23,5
Nordeste	63.797	29,3	77.377	50,9	13.580	21,6
Sudeste	141.949	36,5	130.170	55,0	-11.779	18,5
Minas Gerais	36.410	31,0	36.084	54,5	-326	23,4
Espírito Santo	5.939	29,2	6.019	48,7	80	19,5
Rio de Janeiro	29.219	41,5	27.941	61,8	-1.278	20,3
São Paulo	71.018	37,8	62.195	52,6	-8.823	14,7
Sul	62.574	33,3	63.213	55,7	639	22,4
Centro-Oeste	28.747	27,8	31.533	49,1	2.786	21,3

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2023).

*Relatório de monitoramento - dado apresentado em tabela

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJlJoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZGZLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3liwidCI6JlJ2ZiczODk3LWM4YWWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Programa municipal Docente Pesquisador (2018) – concessão de 12 licenças-servidor/ano para mestrado profissional.
- Convênio IFSP + UNIFESP para turma especial de Mestrado Profissional em Educação (2020-2022) – 24 concluintes.
- Criação de bolsa de incentivo pecuniário (30% adicional) para doutorandos vinculados à rede (Lei 2.562/2021).
- Cursos de Metodologia da Pesquisa (120h) oferecidos pelo Centro de Formação Continuada.

Conclusão: Não há dados públicos desagregados por município disponíveis sobre a formação (mestrado/doutorado) do corpo docente das Instituições de Ensino Superior. As Sinopses Estatísticas da Educação Superior do INEP, por município, trazem apenas dados de matrícula, curso e organização acadêmica — não a titulação docente. O Painel de Monitoramento do PNE disponibiliza o indicador 13.A/13.B somente para Brasil, grandes regiões, Unidades da Federação e capitais, não contemplando municípios do porte de Caraguatatuba. Dessa forma, não é possível calcular ou monitorar diretamente o cumprimento da Meta 13 para o território municipal com os dados públicos atualmente disponíveis.

Como referência indireta, os dados nacionais e estaduais mostram que o indicador 13A (mestres + doutores) já superava a meta de 75% tanto no Brasil (84,9% em 2023) quanto em São Paulo (85,3%), e que o indicador 13B (doutores) também já superava o mínimo de 35% exigido (53,1% no Brasil e 52,6% em São Paulo, em 2023). Isso sugere que, caso as IES sediadas em Caraguatatuba sigam um padrão semelhante ao estadual, a meta poderia estar próxima de cumprida ou já cumprida localmente — mas trata-se de uma inferência, não de um dado verificado, e não deve ser tratada como conclusão do monitoramento.

A Meta 13, assim como as Metas 14 (titulação anual de mestres e doutores no país) e 20 (investimento público em educação como percentual do PIB nacional), trata de indicadores cuja escala de referência é o sistema nacional (e, no caso da 13, eventualmente estadual) de educação superior, e não a rede municipal de ensino básico, que é o objeto central de competência e gestão do município. Essas metas parecem ter sido incorporadas ao PME de Caraguatatuba por reprodução do texto do Plano Nacional de Educação (ou do plano estadual), sem uma adaptação que as tornasse indicadores acionáveis e monitoráveis no nível local. Recomenda-se que essa questão seja discutida explicitamente na revisão do próximo Plano Municipal de Educação, avaliando se essas metas devem ser mantidas como referência (com o entendimento de que seu cumprimento depende de esferas estadual/federal), reformuladas para um indicador de escala municipal, ou excluídas do PME local.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Indisponibilidade de dados públicos desagregados por município sobre titulação docente da educação superior, inviabilizando o cálculo dos indicadores 13A e 13B para Caraguatatuba.	1. Solicitar ao INEP, via Lei de Acesso à Informação (LAI), os microdados do Censo da Educação Superior com a titulação docente por município de exercício. 2. Como alternativa complementar, solicitar diretamente às IES sediadas no município (IFSP, polo Univesp, UNITAU/extensão, instituições privadas) o compartilhamento voluntário de dados agregados sobre a titulação de seu corpo docente.	Sem esses dados, o monitoramento da Meta 13 permanece inviável no nível municipal, restando apenas referências indiretas de escala estadual/nacional.
A Meta 13 (assim como as Metas 14 e 20) trata de um indicador de escala e competência nacional/estadual, não municipal, sugerindo cópia do texto do PNE sem adaptação ao contexto local.	1. Incluir, na revisão do próximo PME, discussão específica sobre a pertinência de manter essas metas no plano municipal. 2. Caso mantidas, reformular a redação para um indicador efetivamente acionável pela gestão municipal (ex.: apoio municipal à qualificação de professores da educação básica em nível de pós-graduação, já coberto por outras metas como a 16).	Metas sem correspondência com a esfera de competência do ente que monitora tendem a não gerar ações concretas, esvaziando o propósito do monitoramento.
As ações citadas pela Administração Municipal (licenças, convênio, bolsas, cursos) referem-se a professores da educação básica municipal, não ao corpo docente da educação superior — público-alvo da Meta 13 — e não foram verificadas em fontes primárias.	1. Confirmar a existência e vigência da Lei 2.562/2021 e do Programa Docente Pesquisador junto ao Diário Oficial do município. 2. Solicitar à Secretaria de Educação documentação sobre o convênio IFSP+UNIFESP e o número real de concluintes. 3. Caso confirmadas, reclassificar	Garantir que o relatório de monitoramento reflita informações verificadas e que cada ação seja vinculada à meta correta, evitando o uso de uma mesma política como evidência de cumprimento de metas com públicos-alvo distintos.

	essas ações como evidência de cumprimento da Meta 16, e não da Meta 13.	
--	---	--

[META 14]

Identificação da META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Período analisado: 2012 a 2023 (dados nacionais, regionais e por UF — sem desagregação municipal disponível).

Indicadores de desenvolvimento:

Tabela 6: Número de títulos de mestrado (acadêmico e profissional) concedidos - Brasil - 2012-2023

Brasil/ Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	47.138	51.535	53.212	56.667	59.614	63.254	66.993	70.071	60.039	61.138	59.374	66.293
Norte	2.050	2.020	2.126	2.448	2.728	3.073	3.533	3.966	3.075	3.626	3.616	4.247
Nordeste	8.301	9.605	10.090	10.597	10.863	11.983	13.383	14.129	12.053	12.709	12.062	14.198
Sudeste	23.480	25.211	25.694	27.193	28.791	29.626	30.640	31.597	27.188	26.366	25.678	28.434
Minas Gerais	4.925	5.380	5.618	5.920	6.576	6.962	7.324	7.616	6.513	6.589	6.383	6.941
Espírito Santo	707	887	1.003	1.084	1.197	1.204	1.383	1.385	1.269	1.223	1.128	1.317
Rio de Janeiro	5.922	6.518	6.414	6.918	7.217	7.486	7.681	7.932	6.580	6.371	6.553	7.626
São Paulo	11.926	12.426	12.659	13.271	13.801	13.974	14.252	14.664	12.826	12.183	11.614	12.550
Sul	9.949	10.756	11.046	11.972	12.450	13.639	14.077	14.701	12.712	13.303	12.872	13.464
Centro-Oeste	3.358	3.943	4.256	4.457	4.782	4.933	5.360	5.678	5.011	5.134	5.146	5.950

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas - GeoCapes (2012-2023). Extraídos em 29 de maio de 2025.

Tabela 5: Número de títulos de doutorado concedidos - Brasil - 2012-2023

Brasil/ Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	13.912	15.650	17.286	18.996	20.603	22.056	23.476	24.432	20.075	21.100	22.993	25.170
Norte	264	281	326	415	485	554	644	790	611	692	781	916
Nordeste	1.798	2.134	2.497	2.742	2.956	3.372	3.690	3.971	3.173	3.345	3.711	4.272
Sudeste	8.807	9.643	10.307	11.262	11.917	12.476	12.948	13.202	10.668	11.034	11.954	12.890
Minas Gerais	1.294	1.587	1.663	1.838	1.940	2.102	2.254	2.564	2.053	2.174	2.505	2.470
Espírito Santo	63	94	139	134	131	177	201	229	218	222	254	321
Rio de Janeiro	1.877	2.137	2.295	2.453	2.594	2.790	3.034	3.120	2.521	2.663	2.880	3.024
São Paulo	5.573	5.825	6.210	6.837	7.252	7.407	7.459	7.289	5.876	5.975	6.315	7.075
Sul	2.421	2.762	3.211	3.595	4.148	4.415	4.771	4.911	4.258	4.578	4.991	5.326
Centro-Oeste	622	830	945	982	1.097	1.239	1.423	1.558	1.365	1.451	1.556	1.766

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas - GeoCapes (2012-2023). Extraídos em 29 de maio de 2025.

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNWVmODFmZUJtYTRjYy00ZTgzLTk4YTMTOWU5MTA0ZGJhM2I3liwidCI6IjI2ZjczODk3LWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024:

- Programa municipal Docente Pesquisador (2018) – concessão de 12 licenças-servidor/ano para mestrado profissional.
- Articulação com o IFSP para captação de polo de Mestrado Profissional regional (etapa de estudo de viabilidade – 2023), incluindo convênio IFSP + UNIFESP para turma especial de Mestrado Profissional em Educação (2020-2022) – 24 concluintes.
- Incentivo financeiro via Lei 2.562/2021 para servidores em programas *stricto sensu*: bolsa de 20 vagas anuais, com adicional pecuniário de 30% para doutorandos vinculados à rede.
- Criação da Semana de Ciência e Inovação (2022) para divulgação de pesquisas e estímulo à inscrição em programas de pós-graduação.
- Cursos de Metodologia da Pesquisa (120h) oferecidos pelo Centro de Formação Continuada.

Conclusão: Assim como a Meta 13, a Meta 14 trata de um indicador de escala e responsabilidade nacional (titulação de 60.000 mestres e 25.000 doutores/ano no país), incorporado ao PME sem uma adaptação clara à realidade e à competência da gestão municipal. Um município do porte de Caraguatatuba não tem, isoladamente, capacidade de impactar esse indicador nacional. Recomenda-se que essa questão seja discutida na revisão do próximo PME, com a possibilidade de substituição por um indicador de escala municipal mais significativo — por exemplo, o percentual de professores da rede municipal com mestrado ou doutorado, ou o número de docentes da rede apoiados anualmente para cursar pós-graduação *stricto sensu*. As ações citadas pela administração municipal não foram confirmadas em documentação primária (leis, editais, portarias, atas de convênio) no âmbito deste relatório, sendo apenas informação repassada pela gestão. Recomenda-se sua validação junto às fontes oficiais para a elaboração do próximo PME e Relatórios de Monitoramento.

Não há dados públicos desagregados por município disponíveis sobre matrículas e titulações em pós-graduação *stricto sensu* (GeoCapes/Inep), o que inviabiliza o cálculo direto dos indicadores 14.A e 14.B para Caraguatatuba. Como referência indireta, os dados nacionais mostram estagnação, e mesmo leve retração, na titulação de mestres e doutores a partir de 2019: o número de mestres concedidos no Brasil caiu de 70.071 (2019) para 66.293 (2023), enquanto o de doutores cresceu de forma mais modesta no mesmo período (24.432 para 25.170), possivelmente refletindo os impactos da pandemia e de restrições orçamentárias ao sistema federal de pós-graduação (CAPES/CNPq). Não é possível afirmar se esse padrão nacional se repete em Caraguatatuba, mas é um cenário de referência relevante para a leitura do contexto.

Sem série histórica local, não é possível aferir avanço quantitativo da Meta 14 em Caraguatatuba. A meta permanece não avaliada por indisponibilidade de dados. As ações citadas pela gestão municipal, embora não verificadas, indicam a existência de alguma política de incentivo à titulação de servidores da rede — frente que deve ser mantida e ampliada, dado que é a via mais direta pela qual o município pode, de fato, contribuir para a evolução da meta.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Ausência de dados municipais desde 2016, impedindo qualquer avaliação quantitativa da Meta 14 em Caraguatatuba.	Firmar acordo com as agências de fomento à pesquisa, IES regionais e administração municipal para acesso anual a microdados de matrículas e titulações de residentes/servidores de Caraguatatuba.	Sem base de dados própria, o indicador permanece inaferrível indefinidamente.
A Meta 14 trata de um	Incluir, na revisão do	Um indicador municipal

indicador de escala nacional, sem correspondência direta com a competência da gestão municipal, sugerindo cópia do texto do PNE sem adaptação local.	próximo PME, a substituição ou complementação da meta por um indicador de escala municipal, como o percentual de professores da rede com pós-graduação <i>stricto sensu</i>, já parcialmente coberto pela Meta 16.	acionável permite monitoramento real e responsabilização da gestão local, ao contrário do indicador nacional atual.
As ações citadas pela gestão (Programa Docente Pesquisador, convênio IFSP+UNIFESP, Lei 2.562/2021, Semana de Ciência e Inovação) não foram verificadas em fontes primárias.	Confirmar junto ao Diário Oficial e à Secretaria de Educação a vigência da Lei 2.562/2021, o número real de licenças concedidas por ano e o número de concluintes do convênio IFSP+UNIFESP.	Garantir que o relatório reflita informações verificadas, e não apenas repasses da gestão sem lastro documental.
O incentivo à qualificação em mestrado e doutorado dos professores da rede básica municipal é a via mais direta e de maior impacto local para a Meta 14, mas depende de continuidade e ampliação das ações já iniciadas (licenças, bolsas, adicional pecuniário).	1. Garantir, por lei (e não apenas por programa de gestão), a manutenção e ampliação das licenças-servidor remuneradas para mestrado e doutorado, com meta de crescimento anual do número de vagas. 2. Priorizar, na concessão de licenças e bolsas, áreas de conhecimento diretamente aplicáveis à melhoria da aprendizagem na rede (alfabetização, ensino, gestão escolar, educação inclusiva), fortalecendo a conexão entre a Meta 14 e as Metas 5, 7 e 16. 3. Divulgar amplamente editais de fomento à pós-graduação (CAPES, CNPq, Fapesp) entre os professores da rede, com apoio técnico da Secretaria de Educação na elaboração de projetos de pesquisa. 4. Criar banco de dados municipal para acompanhar, ano a ano, quantos professores da rede iniciam e concluem mestrado ou doutorado, com atualização anual dos indicadores	Ampliar a titulação de professores da própria rede é, ao mesmo tempo, a contribuição mais concreta que o município pode dar à Meta 14 e um investimento direto na qualidade da educação básica local (refletindo-se potencialmente no IDEB e nos resultados de alfabetização monitorados nas Metas 5 e 7), diferentemente de tentar influenciar a titulação nacional de forma genérica.

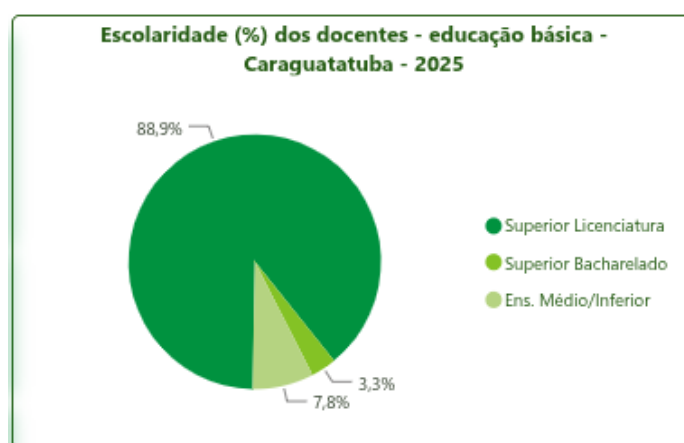
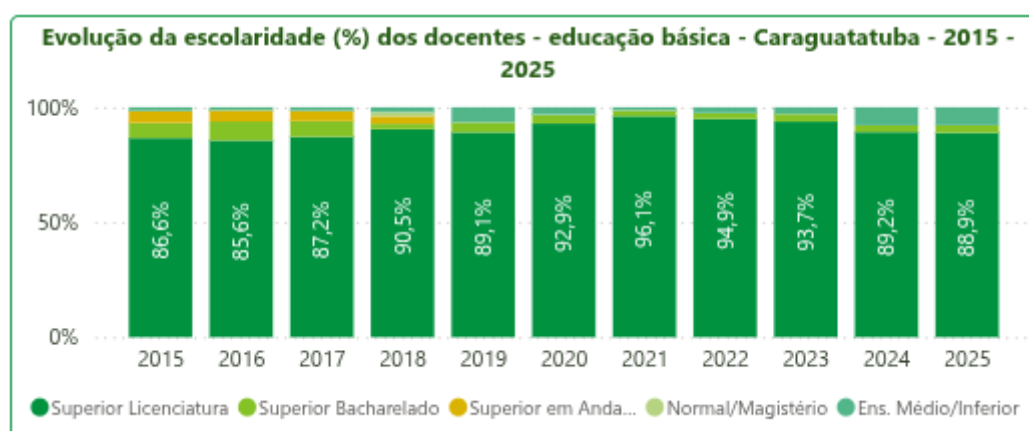
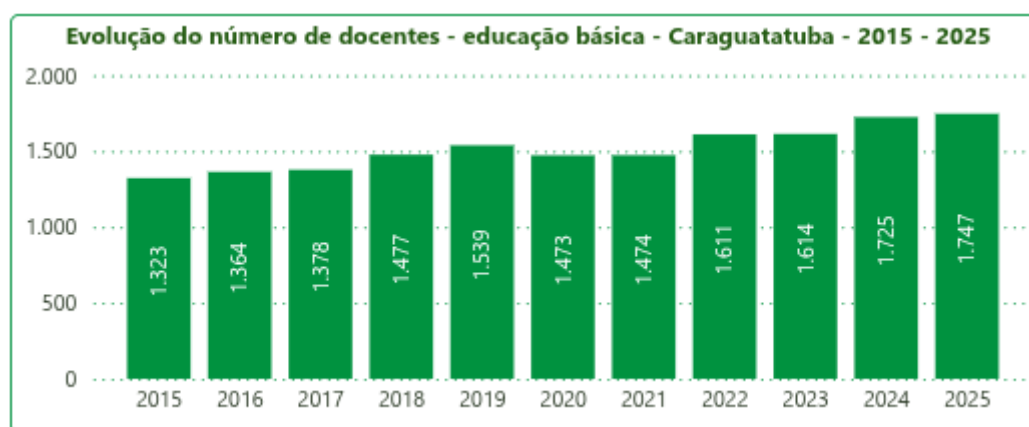
	14.A/14.B em nível local.	
Não há, até o momento, estudo de viabilidade concluído para o polo regional de Mestrado Profissional com o IFSP, permanecendo em fase de articulação desde 2023.	Estabelecer prazo definido para conclusão do estudo de viabilidade e submissão da proposta à CAPES, com prioridade para linhas de pesquisa em Educação, dado o potencial de retroalimentar diretamente a qualificação da rede municipal.	Sem prazo e sem submissão formal à CAPES, a articulação tende a permanecer indefinidamente em fase preliminar.
Não há mapeamento dos mestres e doutores já residentes ou atuantes no município (rede pública e privada), o que limita ações de valorização, rede de colaboração e mentoria.	Realizar censo municipal de pesquisadores (mestres e doutores residentes em Caraguatatuba), voltado à formação de rede de mentoria para novos doutorandos e à identificação de potenciais parceiros para o polo de pós-graduação.	Um mapeamento local permite ao município mobilizar capital intelectual já existente no território para apoiar a política de qualificação docente, com baixo custo adicional.

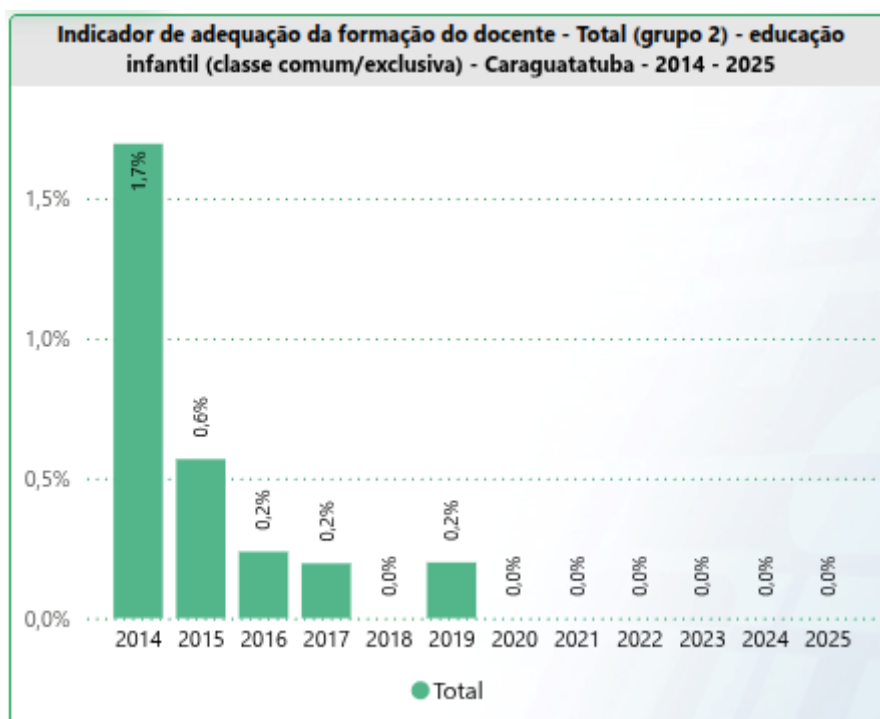
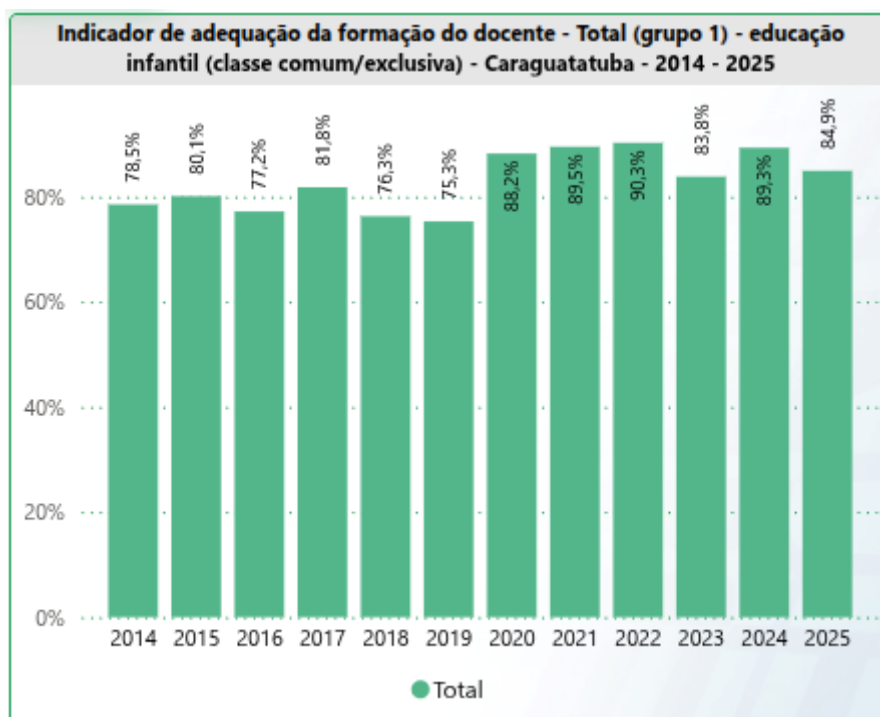
[META 15]

Identificação da META 15: Garantir, em regime de colaboração entre União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores de educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida de curso de licenciatura da área de conhecimento em que atuam.

Período analisado: 2014 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:





Obs. Grupo 1: Docentes com licenciatura na mesma área da disciplina que lecionam (formação adequada)

Grupo 2: Docentes com bacharelado na área + complementação pedagógica

Grupo 3: Docentes com licenciatura em área diferente, ou bacharelado sem complementação

Grupo 4: Docentes com curso superior em área diferente, sem licenciatura

Grupo 5: Docentes sem curso superior

Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 5) - educação infantil (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



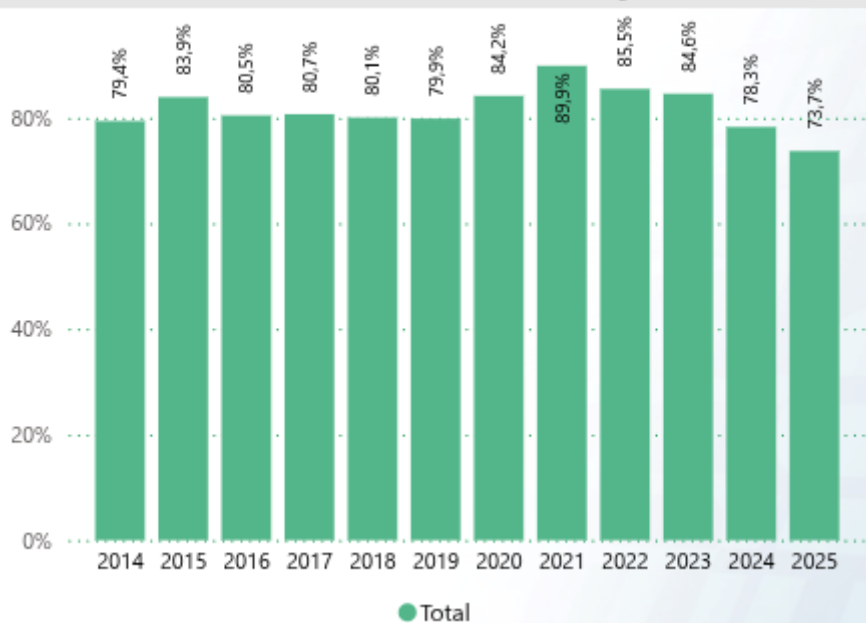
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - educação infantil (classe comum/exclusiva) - rede municipal - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - educação infantil (classe comum/exclusiva) - rede privada - Caraguatatuba - 2014 - 2025



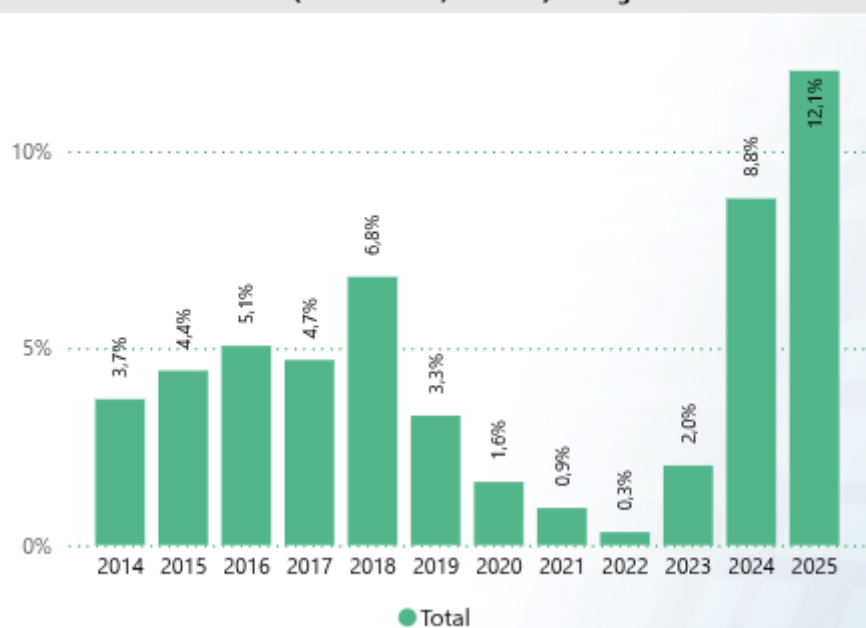
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos iniciais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 2) - ensino fundamental - anos iniciais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 5) - ensino fundamental - anos iniciais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



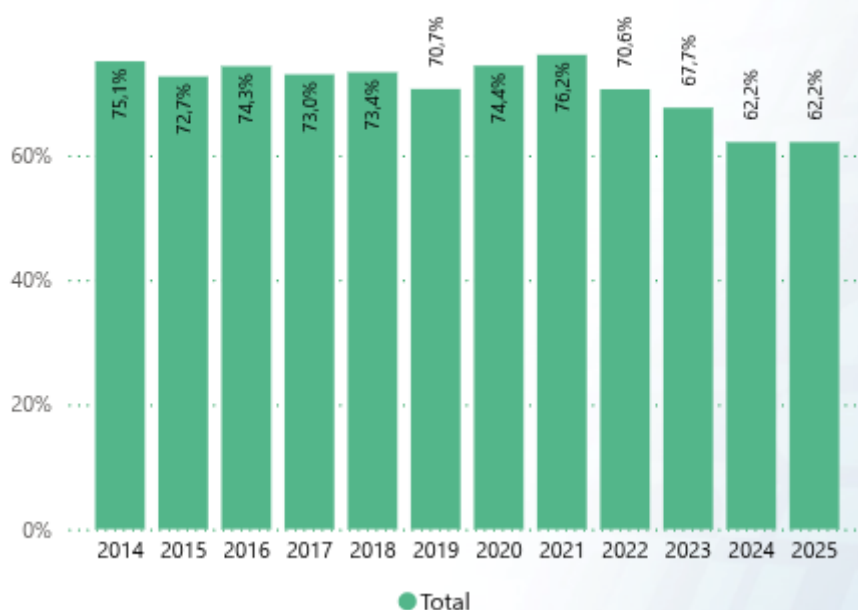
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos iniciais (classe comum/exclusiva) - rede municipal - Caraguatatuba - 2014 - 2025



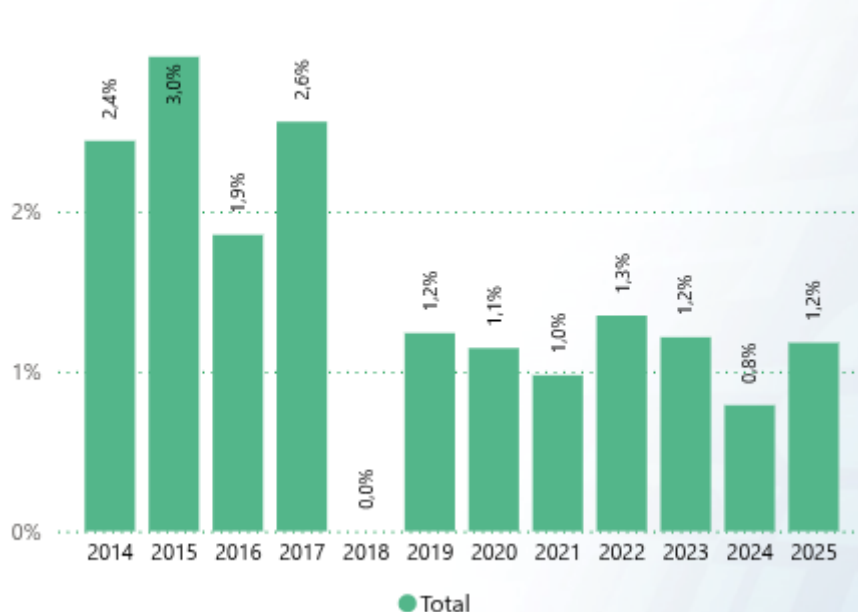
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos iniciais (classe comum/exclusiva) - rede privada - Caraguatatuba - 2014 - 2025



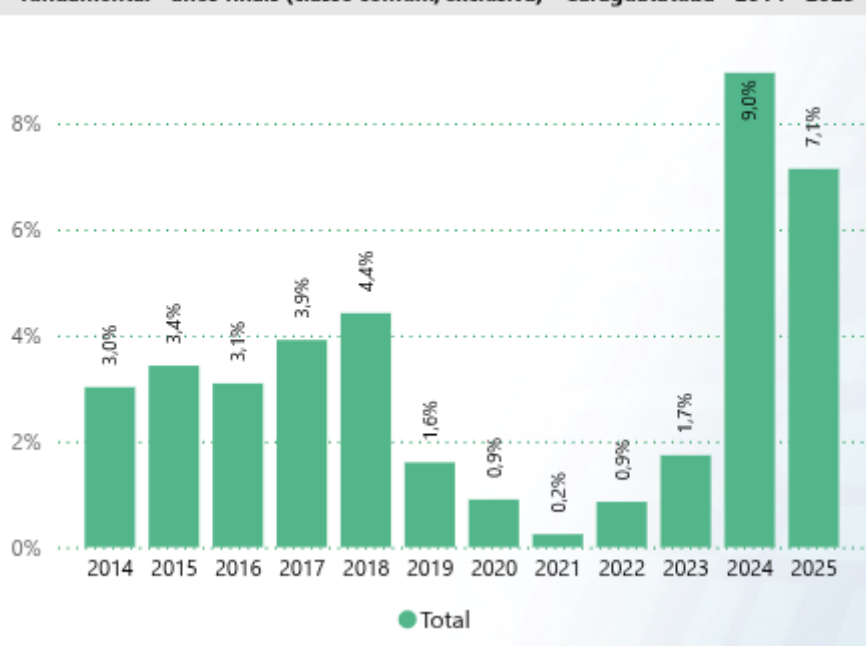
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



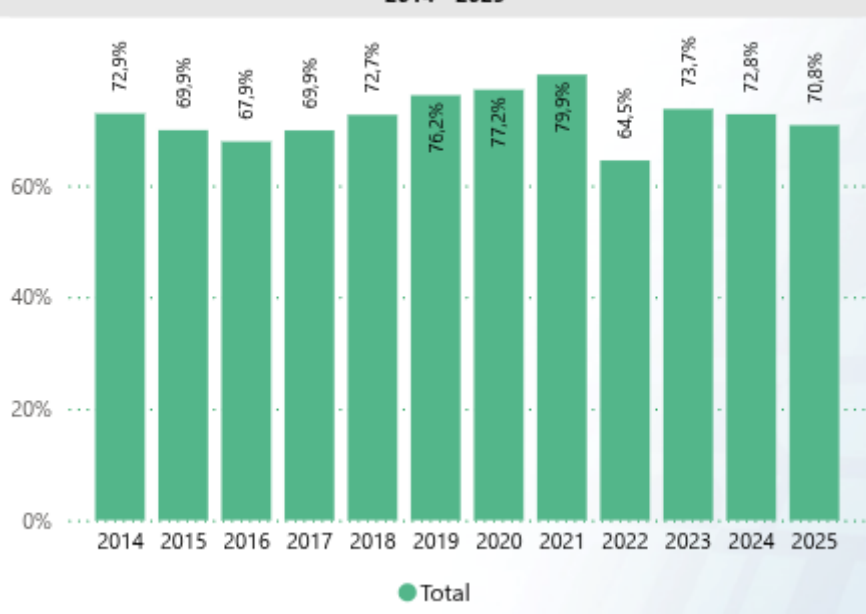
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 2) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 5) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



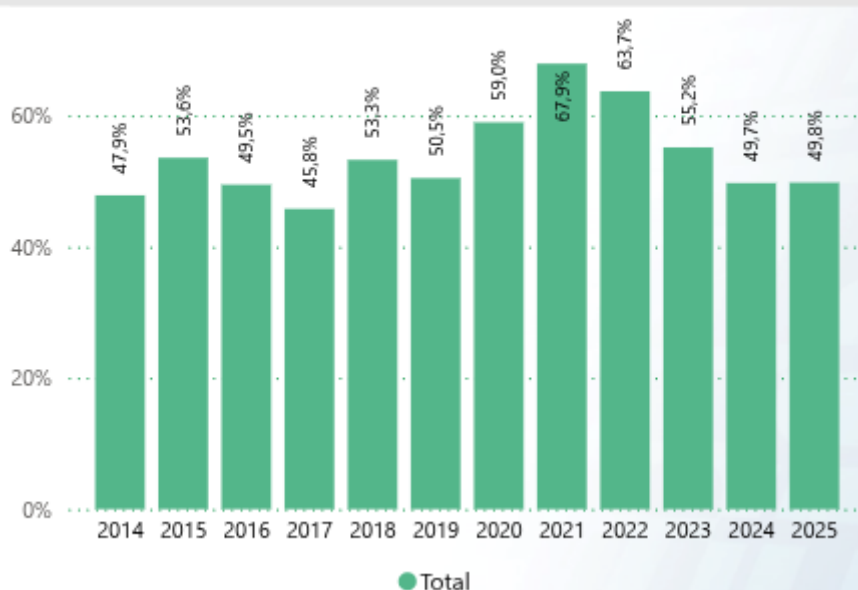
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - rede estadual - Caraguatatuba - 2014 - 2025



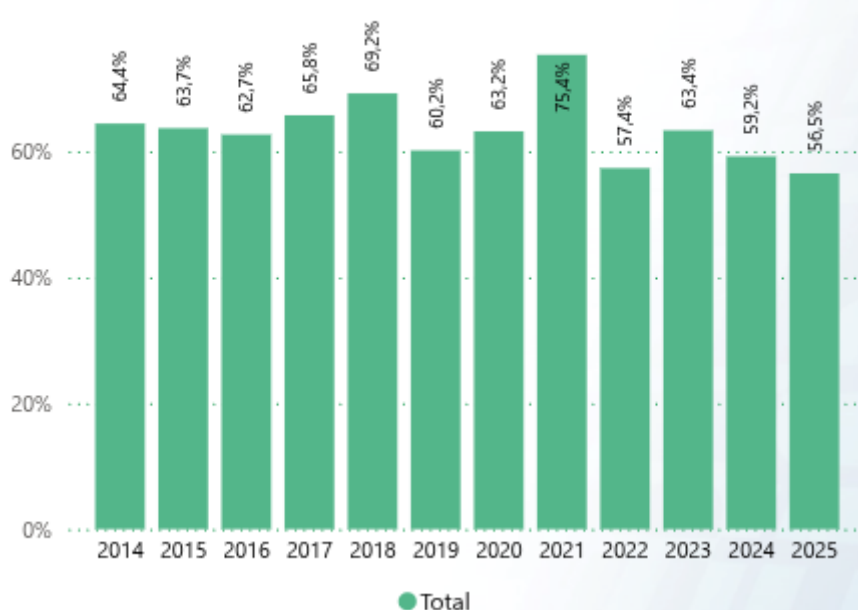
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - rede municipal - Caraguatatuba - 2014 - 2025



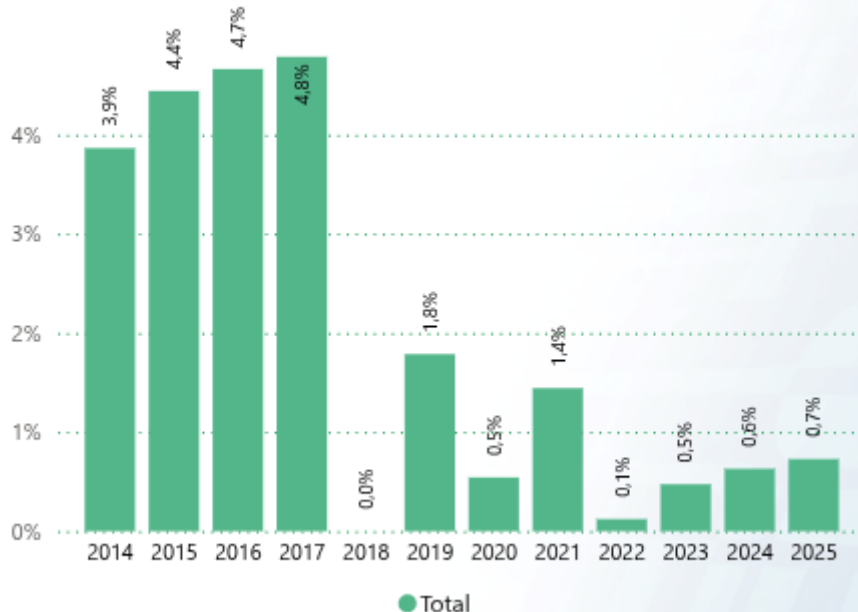
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino fundamental - anos finais (classe comum/exclusiva) - rede privada - Caraguatatuba - 2014 - 2025



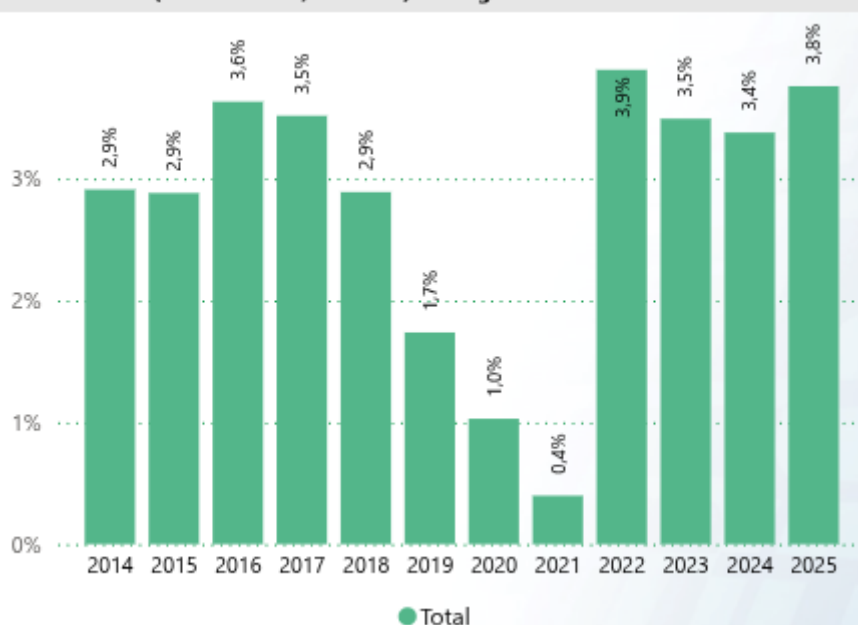
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 2) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



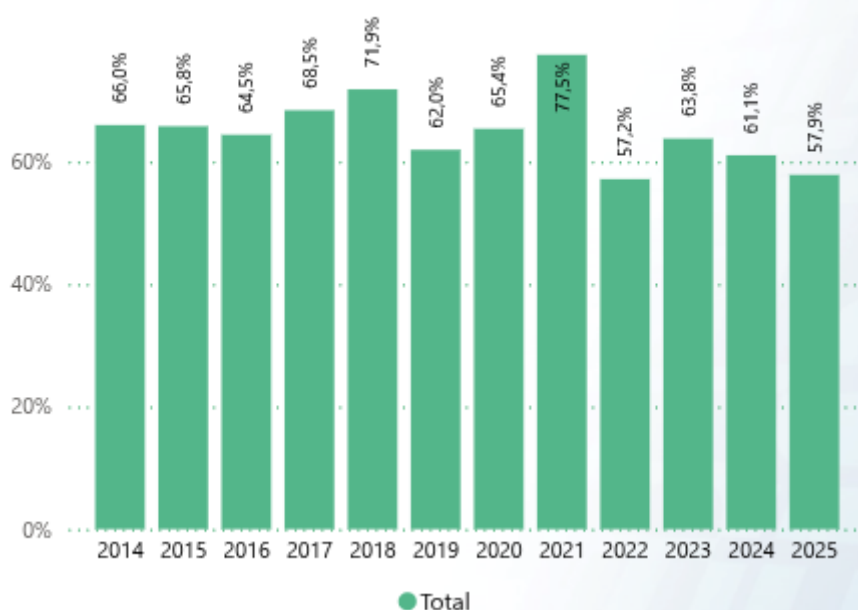
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 5) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



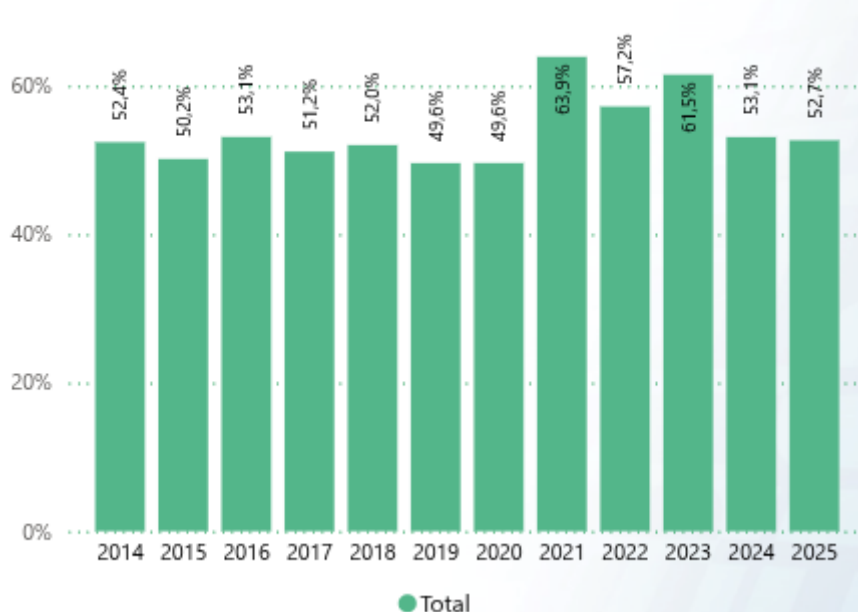
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - rede federal - Caraguatatuba - 2014 - 2025



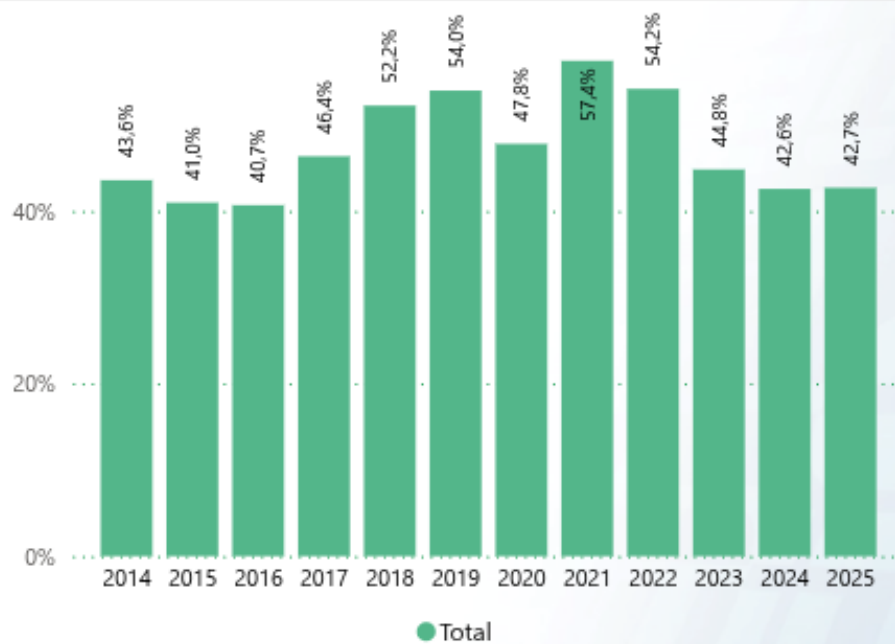
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - rede estadual - Caraguatatuba - 2014 - 2025



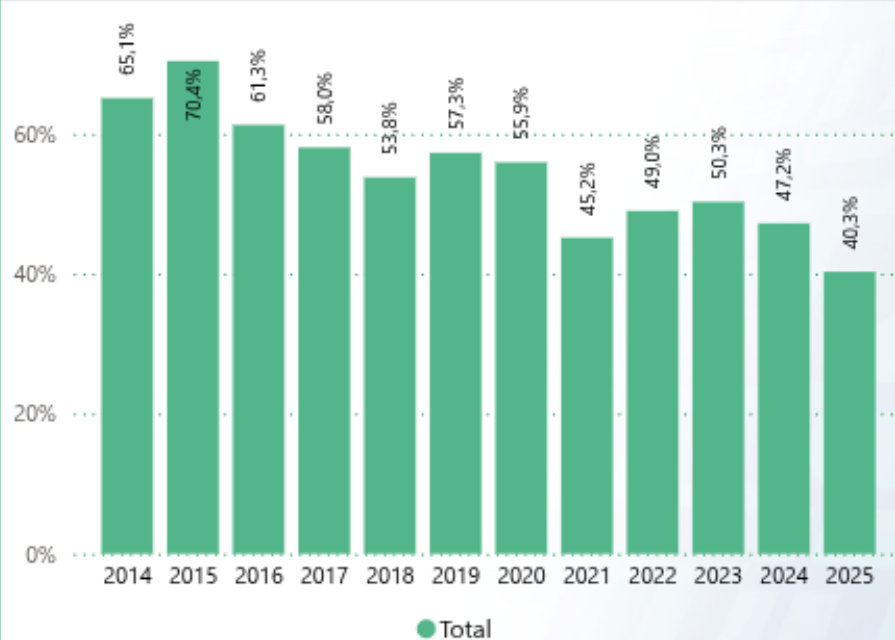
Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - ensino médio (classe comum/exclusiva) - rede privada - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - eja - ensino fundamental (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



Indicador de adequação da formação do docente - Total (grupo 1) - eja - ensino médio (classe comum/exclusiva) - Caraguatatuba - 2014 - 2025



■ Educação infantil ■ Anos iniciais ■ Anos finais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDJNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZj11YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZicODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

- Programa Formação na Escola (2020-2023) – 180 professores concluíram a segunda licenciatura EaD em Matemática, Inglês ou Ciências.
- Convênio com Univesp (2021) para oferta de 120 vagas anuais em licenciaturas EaD destinadas a professores sem formação específica.
- Bolsa de Estudo Municipal (Portaria SME 12/2020) – ressarcimento de 50 % da mensalidade em cursos de complementação pedagógica (116 beneficiados em 2023).
- Trilha de Desenvolvimento Contínuo do Centro de Formação – oficinas bimestrais de práticas pedagógicas na área de atuação.

93

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta os piores indicadores e a trajetória mais preocupante: no EJA – Ensino Médio, a adequação caiu de 65,1% (2014) e 70,4% (2015) para 40,3% em 2025, o menor valor de toda a série monitorada, sem sinal de recuperação nos últimos anos. Observa-se ainda uma desigualdade estrutural entre redes na Educação Infantil, em que a rede municipal mantém adequação elevada e estável (84%–98%), enquanto a rede privada opera em patamar bem mais baixo e instável (37%–75%).

As ações citadas pela Administração Municipal (Programa Formação na Escola, convênio com a Univesp, Bolsa de Estudo Municipal e Trilha de Desenvolvimento Contínuo) explicam, ao menos em parte, a melhora registrada até 2021/2022, mas não foram confirmadas em documentação primária (portarias, editais, relatórios de execução) no âmbito deste monitoramento, e não são suficientes, isoladamente, para explicar a reversão observada a partir de 2022 — sobretudo nos anos finais do Fundamental, no Ensino Médio e na EJA, etapas para as quais nenhuma ação específica foi relatada pela gestão.

Isolando a rede municipal — a rede sob governança direta da gestão municipal — o padrão de melhora seguida de reversão observado no conjunto da rede se confirma, mas com intensidades bem diferentes conforme a etapa de ensino, e sem diluição pelas demais redes.

Na Educação Infantil, a adequação da formação docente (grupo 1) partiu de 95,3% em 2014, atingiu o pico de 98,9% em 2021 e recuou para 92,4% em 2025 — uma perda líquida de apenas 2,9 pontos percentuais em relação a 2014, a menor entre as três etapas analisadas. Em 2025, a rede municipal atende de forma equilibrada creche (93,7%) e pré-escola (91,2%).

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a trajetória é semelhante em formato — pico de 90,6% em 2021 — mas a queda posterior é mais acentuada: o indicador chegou a 72,2% em 2025, ante 80,1% em 2014, uma perda líquida de 7,9 pontos percentuais, com o recuo concentrado nos últimos dois anos da série (84,7% em 2023 para 72,2% em 2025).

Os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentam o quadro mais grave das três etapas: partiram do maior valor inicial (88,5% em 2014) e chegaram ao menor valor final (64,5% em 2025) — uma perda líquida de 24 pontos percentuais, a mais severa da série. Diferentemente das outras duas etapas, a queda nos Anos Finais é praticamente ininterrupta desde 2018 (81,9%), sem um segundo pico de recuperação comparável ao de 2021 observado na Educação Infantil e nos Anos Iniciais.

Esse gradiente — quanto mais avançada a etapa, maior e mais consistente a reversão — reproduz, dentro da própria rede municipal, o padrão que a análise do conjunto da rede já havia identificado. É um dado importante: mostra que essa reversão não é um efeito estatístico causado pelas redes estadual ou privada "puxando a média para baixo" nas etapas finais — o problema é interno à gestão municipal, e portanto mais diretamente acionável por ela.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Reversão da trajetória de melhora a partir de 2021/2022, com queda mais acentuada quanto mais avançada a etapa de ensino (Fundamental – anos finais, Ensino Médio) e aumento do Grupo 5 (docentes sem curso superior) nesse período.	1. Investigar, junto à Secretaria de Educação, as causas da reversão (rotatividade docente, contratações emergenciais/temporárias pós-pandemia, ausência de concurso público, dificuldade de reposição de licenciados por disciplina). 2. Publicar plano de ação específico para reverter a curva nas etapas mais afetadas, com metas anuais de redução do Grupo 5.	Sem identificação da causa da reversão, as ações de formação continuada já existentes tendem a não impactar o indicador, que segue em queda mesmo com os programas municipais em curso.
A EJA (sobretudo o Ensino Médio) apresenta o menor índice de adequação de toda a série (40,3% em 2025) e a queda mais acentuada desde 2014 (–24,8 p.p.), sem nenhuma ação específica citada pela gestão para essa modalidade.	1. Priorizar docentes da EJA nas vagas de licenciatura EaD (Programa Formação na Escola, convênio Univesp) e na Bolsa de Estudo Municipal. 2. Mapear, por disciplina, o déficit de licenciados atuando na EJA para orientar o próximo concurso.	A EJA atende o público mais vulnerável à evasão escolar; manter o pior índice de formação docente do sistema compromete diretamente a Estratégia 15 e a qualidade do atendimento a esse público.
Desigualdade estrutural entre redes na Educação Infantil: rede municipal mantém adequação de 84%–98%, enquanto a rede privada opera entre 37% e 75%, sem tendência de convergência.	Articular com o Conselho Municipal de Educação e a instância responsável pela autorização/renovação de funcionamento das escolas privadas a exigência e o acompanhamento da formação docente adequada como critério de credenciamento.	A Meta 15 e o art. 61 da LDB aplicam-se a toda a rede de educação básica, não apenas à municipal; a ausência de fiscalização sobre a rede privada mantém uma lacuna relevante no cumprimento da meta em nível municipal.
As ações citadas pela Administração Municipal (Programa Formação na Escola, convênio Univesp, Bolsa de Estudo Municipal, Trilha de Desenvolvimento Contínuo) não foram verificadas em fontes primárias (portarias, editais,	Solicitar à Secretaria de Educação a documentação oficial de cada ação (número de portaria, editais publicados, relatório de execução com número de beneficiados por ano) para validação nos próximos Relatórios de	Garantir que o relatório reflita informações verificadas, e não apenas repasses da gestão sem lastro documental, mantendo a consistência metodológica adotada nas demais metas deste relatório.

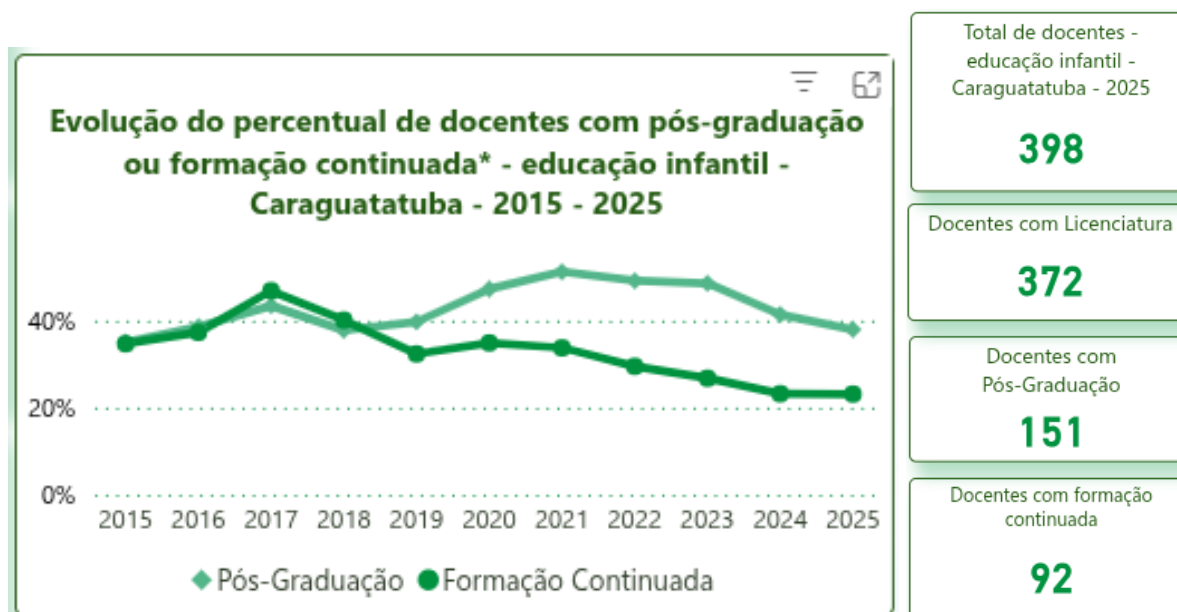
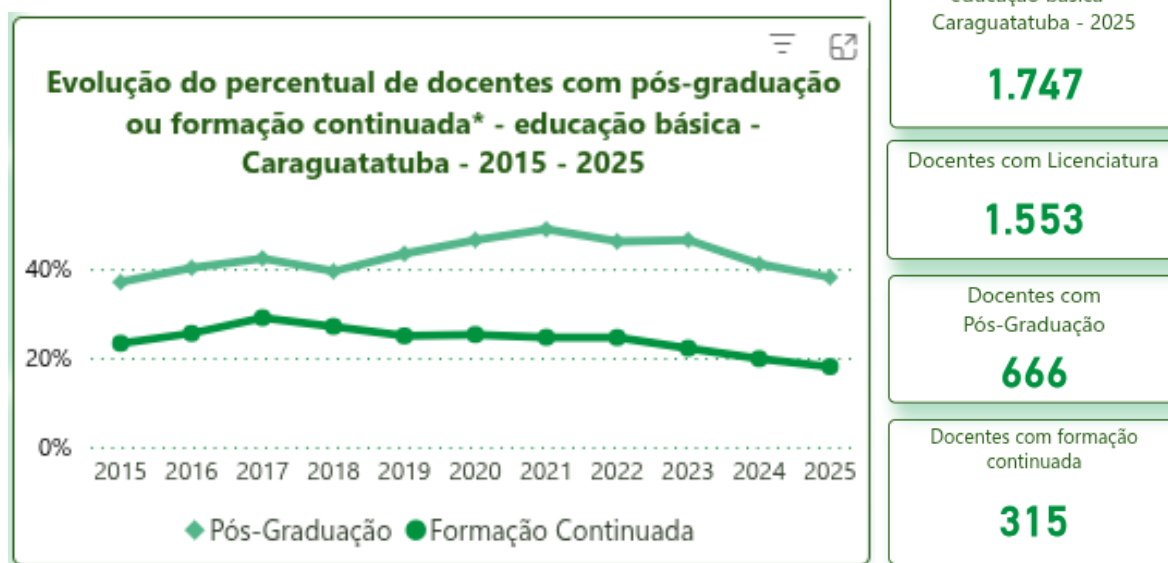
relatórios de execução) no âmbito deste relatório.	Monitoramento.	
Nos Anos Finais do Fundamental da rede municipal, a queda de adequação é praticamente ininterrupta desde 2018 (81,9% → 64,5% em 2025, -24 p.p. líquidos), sem o segundo pico de recuperação em 2021 observado na Educação Infantil e nos Anos Iniciais — evidenciando que o problema é interno à gestão municipal, não um efeito de diluição pelas redes estadual ou privada.	Priorizar os Anos Finais do Fundamental — a etapa com maior e mais consistente perda dentro da própria rede municipal — nas vagas de licenciatura EaD (Programa Formação na Escola, convênio Univesp) e na Bolsa de Estudo Municipal, com meta específica de recuperação por disciplina/componente curricular.	Como o problema está concentrado na rede sob governança direta do município, e não é resultado de composição com outras redes, a gestão municipal tem controle direto sobre essa reversão e responsabilidade mais clara por revertê-la.

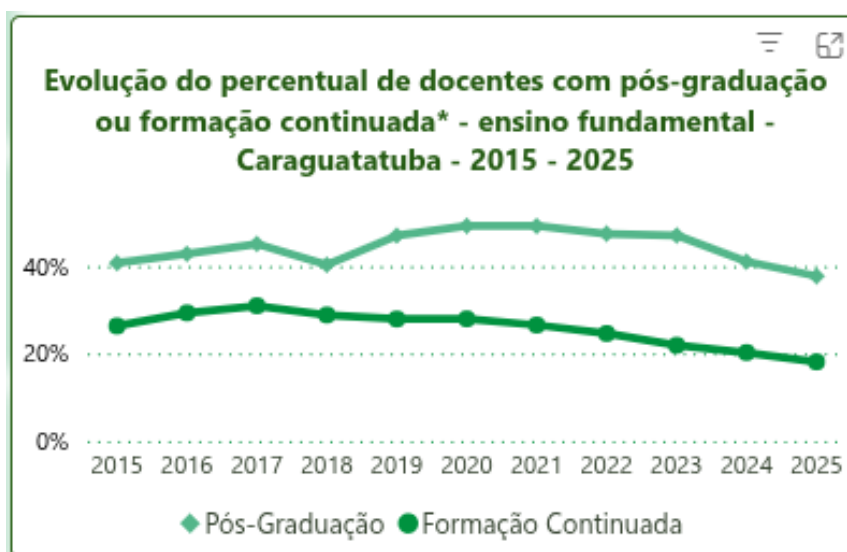
[META 16]

Identificação da META 16: Formar, em nível de pós-graduação *lato e/ou stricto sensu* 80% (oitenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Período analisado: 2015 a 2025.

Indicadores de desenvolvimento:





Total de docentes - ensino fundamental - Caraguatatuba - 2025

1.137

Docentes com Licenciatura

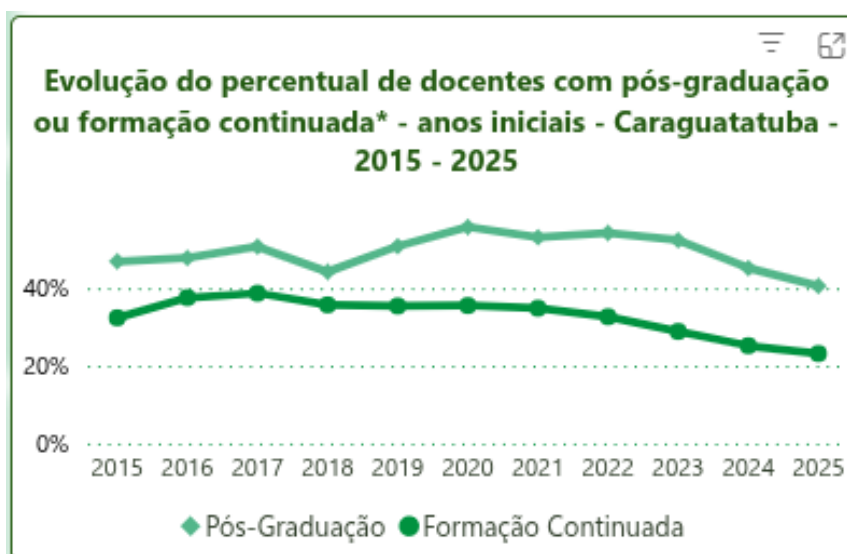
1.017

Docentes com Pós-Graduação

429

Docentes com formação continuada

206



Total de docentes - anos iniciais - Caraguatatuba - 2025

682

Docentes com Licenciatura

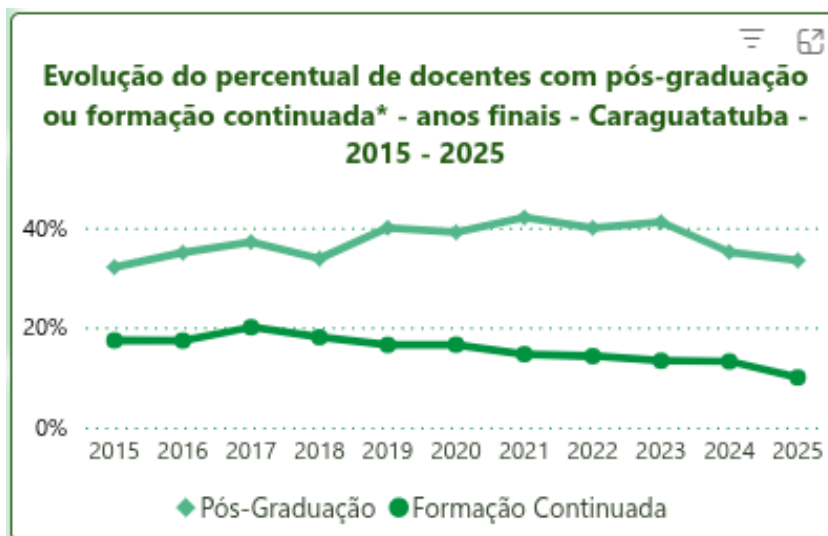
596

Docentes com Pós-Graduação

277

Docentes com formação continuada

158



Total de docentes - anos finais - Caraguatatuba - 2025

541

Docentes com Licenciatura

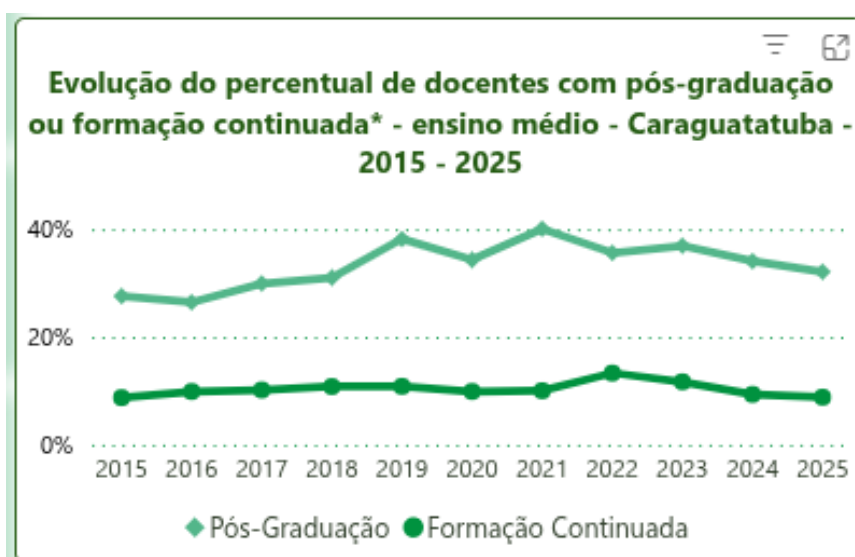
499

Docentes com Pós-Graduação

181

Docentes com formação continuada

54



Total de docentes - ensino médio - Caraguatatuba - 2025

408

Docentes com Licenciatura

379

Docentes com Pós-Graduação

131

Docentes com formação continuada

36

- Sistema “Trilhas” – plano individual de desenvolvimento docente com registro de horas e certificação digital.

Conclusão: Em 2025, dos 1.025 docentes da rede municipal de educação básica de Caraguatatuba, 458 (44,7%) possuíam pós-graduação lato ou stricto sensu (indicador 16A) e 251 (24,5%) haviam realizado formação continuada na área de atuação no ano (indicador 16B). Ambos os indicadores estão distantes da meta de 80%, com defasagem de 35,3 pontos percentuais no indicador 16A. Ainda assim, a rede municipal apresenta desempenho superior ao do conjunto da rede local (38,1% em pós-graduação e 18,0% em formação continuada) — indício de que as redes estadual e, sobretudo, privada operam em patamar inferior, puxando a média geral para baixo. Esse padrão é semelhante ao já registrado na Meta 15, em que a rede municipal mantinha adequação docente elevada e estável na Educação Infantil (84%-98%) enquanto a rede privada operava entre 37% e 75%.

O indicador de licenciatura da rede municipal em 2025 ($912/1.025 = 89,0\%$) é praticamente idêntico ao percentual de “formação adequada” já registrado na Meta 15 para o mesmo ano (88,9% no conjunto da rede), reforçando a consistência da base de dados (Censo Escolar/INEP) utilizada nas duas metas.

A trajetória, tanto na rede municipal quanto no conjunto da rede, não é de avanço constante: o indicador 16A cresceu ao longo da série, mas recuou nos últimos anos após um pico intermediário, enquanto o indicador 16B, mais baixo desde o início, também perdeu força na segunda metade da década — padrão de melhora seguida de reversão a partir de 2022/2023 semelhante ao observado na Meta 15, reforçando a hipótese de fatores estruturais comuns (rotatividade docente, contratações temporárias, dificuldade de reposição de licenciados) afetando a qualificação do corpo docente da rede como um todo, incluindo a municipal.

Cabe registrar uma limitação metodológica do indicador oficial 16B: o Censo Escolar levanta formação continuada apenas de docentes em regência de classe, não de “todos os profissionais da educação básica” (gestores, coordenadores, funcionários de apoio) como estabelece literalmente a Meta 16 — portanto mesmo o indicador da rede municipal (24,5%) tende a superestimar a cobertura real da meta nesse quesito.

As ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024 (Programa de Especialização Docente EaD, bolsa de 70% para lato sensu, Centro de Formação Continuada e sistema “Trilhas”) são coerentes com o melhor desempenho relativo da rede municipal frente ao conjunto da rede local, mas não foram suficientes para colocar a rede municipal perto da meta de 80%, nem para evitar a reversão observada nos indicadores nos últimos anos da série. Como nas demais metas deste relatório, essas ações não foram confirmadas em documentação primária (portarias, editais, relatórios de execução) no âmbito deste monitoramento.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Indicador 16A da rede municipal muito distante da meta de 80% (44,7% em 2025, defasagem de 35,3 p.p.), apesar de superior à média do conjunto da rede local (38,1%).	Ampliar e tornar permanente (por lei, não apenas programa de gestão) a política de incentivo à pós-graduação docente na rede municipal, com meta anual de crescimento líquido do número de titulados.	Sem política formalizada e meta de crescimento líquido, o indicador tende a repetir o padrão de melhora seguida de reversão já observado na Meta 15 e na própria série da Meta 16.
Indicador 16B da rede municipal (24,5% em 2025) perde força na segunda metade da série, mesmo sendo superior ao conjunto da rede local (18,0%).	Publicar relatório anual de execução do Centro de Formação Continuada e do sistema "Trilhas" específico para a rede municipal, com número de docentes efetivamente certificados por ano, e meta de crescimento do número absoluto de participantes.	A oferta de ciclos e a existência do "Trilhas" não garantem, por si só, aumento na cobertura docente; sem indicador de participação monitorado ano a ano, a reversão observada tende a se repetir.
A rede municipal tem desempenho superior ao conjunto da rede local em ambos os indicadores, sugerindo que as redes estadual e privada operam em patamar mais baixo, sem que o município tenha governança direta sobre elas.	Articular com a Diretoria de Ensino (rede estadual) e com o órgão responsável pela autorização/renovação de funcionamento das escolas privadas a exigência e o acompanhamento da qualificação docente como critério de credenciamento, nos mesmos moldes já apontados na Meta 15.	A Meta 16 aplica-se a toda a rede de educação básica do município, não apenas à municipal; a ausência de fiscalização sobre as demais redes mantém uma lacuna no cumprimento da meta em nível municipal, ecoando o apontamento já feito na Meta 15.
As ações citadas pela Administração Municipal não foram verificadas em fontes primárias (vigência da Portaria SME 14/2021, número real de bolsistas e concluintes do convênio Univesp/Unifei).	Solicitar à Secretaria de Educação a documentação oficial de cada ação (portaria, editais, relatório de execução com beneficiados por ano) para validação nos próximos Relatórios de Monitoramento.	Garantir que o relatório reflita informações verificadas, mantendo a consistência metodológica adotada nas demais metas.

[META 17]

Identificação da META 17: Valorizar os profissionais do magistério da educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Período analisado: 2013 a 2026.

Indicadores de desenvolvimento:

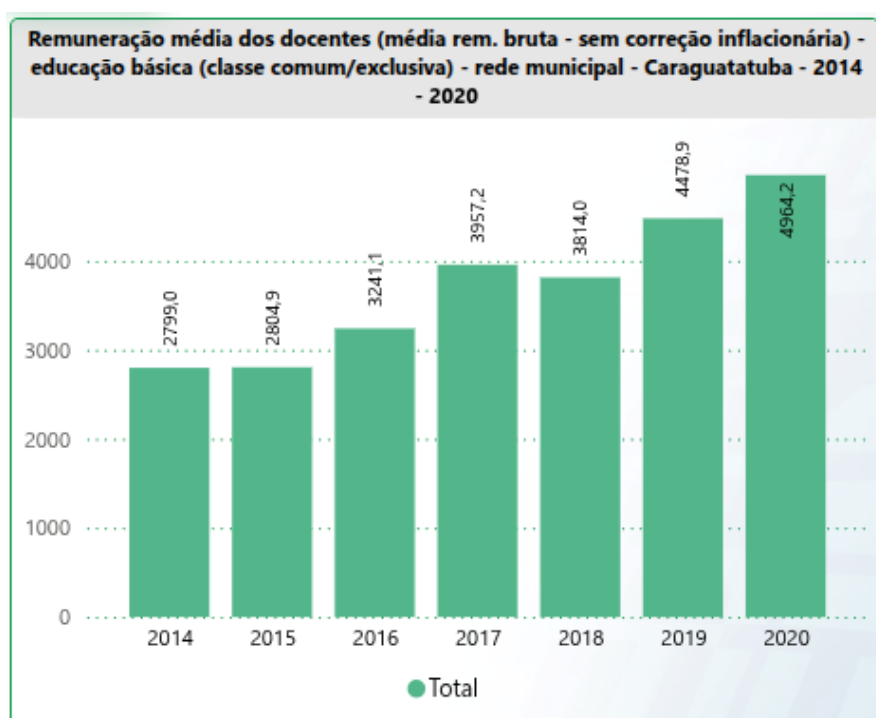
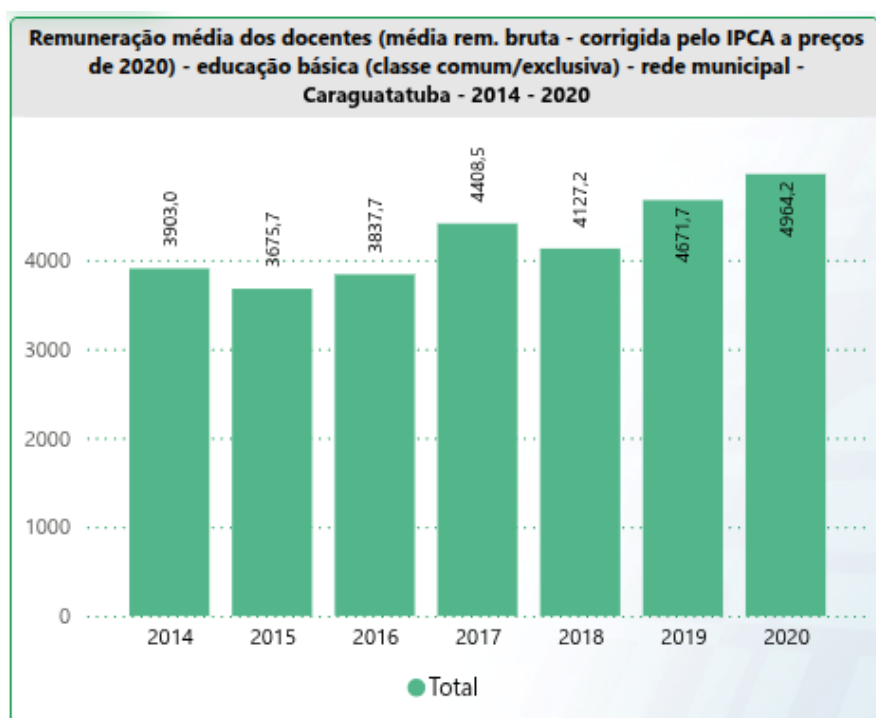


Tabela 2: Rendimento bruto médio mensal* dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica e dos demais profissionais com nível superior completo e Indicador 17A - Brasil - 2012-2024

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Profissionais do magistério	4.853,21	5.074,01	5.083,81	5.092,07	4.800,41	4.978,52	5.067,34	5.043,21	4.756,78	5.112,67	5.347,06
Demais profissionais	7.440,05	7.193,72	7.209,43	7.005,23	6.715,08	6.630,90	6.610,47	6.420,96	5.759,11	5.883,23	6.213,31
Indicador 17A	65,2%	70,5%	70,5%	72,7%	71,5%	75,1%	76,7%	78,5%	82,6%	86,9%	86,1%

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2019/2022-2024).
Nota: Os resultados de 2020 e 2021 foram suprimidos por recomendação do IBGE, em virtude de dificuldades na coleta de dados da Pnad-C durante a pandemia de Covid-19 (IBGE, 2022).
* Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2024.
**Relatório de monitoramento - dado apresentado em tabela

*Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica (nível superior completo) e dos demais profissionais, e Indicador 17A — Brasil e São Paulo — 2012-2024**

Ano	Brasil - Magistério	Brasil - Demais	Brasil - Indicador	SP - Magistério	SP - Demais	SP - Indicador
2012	4.853,21	7.440,75	65,2%	4.812,25	7.924,46	60,7%
2013	5.074,01	7.193,72	70,5%	5.150,13	7.460,94	69,0%
2014	5.083,81	7.209,43	70,5%	4.978,81	7.513,94	66,3%
2015	5.092,03	7.005,23	72,7%	5.043,08	7.488,21	67,3%
2016	4.800,41	6.715,08	71,5%	4.766,19	7.184,71	66,3%
2017	4.978,52	6.630,90	75,1%	4.769,93	7.011,87	68,0%
2018	5.067,34	6.610,47	76,7%	5.394,31	7.315,37	73,7%
2019	5.043,21	6.420,96	78,5%	4.784,48	7.015,95	68,2%
2022	4.756,78	5.759,11	82,6%	4.566,96	6.071,19	75,2%
2023	5.112,67	5.883,23	86,9%	5.126,39	5.873,13	87,3%
2024	5.347,06	6.213,31	86,1%	5.189,24	6.495,65	79,9%

*Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2024. Fonte: Pnad Contínua/IBGE 2012-2024. Elaboração: Direção/Inep. Nota: resultados de 2020 e 2021 suprimidos pelo IBGE (dificuldades de coleta na pandemia).

TABELA 1									
VENCIMENTOS PARA PROMOÇÃO FUNCIONAL DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES EXIGIDAS E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO									
PROFESSOR (10 HORAS SEMANAIS)									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1.105,14	1.160,39	1.218,41	1.279,33	1.343,30	1.410,47	1.480,99	1.555,04	1.632,79	1.714,43
PROFESSOR (20 HORAS SEMANAIS)									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
2.210,28	2.320,79	2.436,83	2.558,67	2.686,60	2.820,93	2.961,98	3.110,08	3.265,58	3.428,86
PROFESSOR (25 HORAS SEMANAIS)									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
2.762,84	2.900,99	3.046,04	3.198,34	3.358,25	3.526,17	3.702,47	3.887,60	4.081,98	4.286,08
PROFESSOR (30 HORAS SEMANAIS)									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
3.315,41	3.481,18	3.655,24	3.838,00	4.029,90	4.231,40	4.442,97	4.665,12	4.898,37	5.143,29

Anexo I, Tabela 1 da Lei Municipal de Caraguatatuba 2.065/2013 (desatualizada).

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painéis Estatísticos do Censo Escolar. Brasília: INEP, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJm9iNDBjNDI0MTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZj1lYU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2Zic0ODk3LWM4YWMtNGI4ZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZGZLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3liwidCI6IjJZjc2ODk3LWM4YWVmNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

CARAGUATATUBA (Município). Lei nº 2.065, de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Caraguatatuba. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em:
<https://caraguatatuba.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/HTML/L20652013.HTML>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024: Não houve ações citadas.

Conclusão: O monitoramento da Meta 17 em Caraguatatuba revela um quadro de cumprimento formal do piso nacional acompanhado de defasagem temporal recorrente na sua efetivação. Em nível nacional, o Indicador 17A saiu de 65,2% em 2012 para 86,1% em 2024 — uma aproximação real, ainda que incompleta, entre o rendimento do magistério público e o dos demais profissionais com escolaridade equivalente. São Paulo, contudo, acompanhou essa trajetória de forma mais instável: partiu de um patamar inferior (60,7% em 2012), chegou a superar ligeiramente a média nacional em 2023 (87,3% vs. 86,9%), mas recuou para 79,9% em 2024, quando o Brasil já estava em 86,1%. Isso indica que o estado não tem sustentado o ritmo de valorização observado no conjunto do país — um dado relevante para contextualizar o que ocorre no município, ainda que a Pnad Contínua não permita medir o indicador diretamente para Caraguatatuba.

No plano municipal, os dados levantados mostram dois movimentos simultâneos e contraditórios. De um lado, há cumprimento nominal do piso nacional: em 2023, a Prefeitura ajustou os vencimentos para R\$ 4.420,55 (piso daquele ano); e a LC nº 146/2026 fixou o vencimento inicial de 40h em R\$ 4.867,77, valor idêntico ao piso de 2025. De outro lado, esse cumprimento chega sistematicamente atrasado: o piso de 2025 só foi incorporado à tabela salarial em fevereiro de 2026, repetindo o padrão já observado em 2023, quando o ajuste também veio meses depois da divulgação do novo valor pelo MEC. Entre os ajustes específicos de 2023 e 2026, não há uma lei complementar dedicada à adequação do vencimento do magistério ao piso de 2024 (R\$ 4.580,57) — o que houve foi a Lei Complementar nº 132/2024, uma revisão geral anual de 4,60% (INPC) aplicada a todos os servidores municipais, sem menção específica ao PSPN do magistério. Isso não permite concluir que o piso de 2024 não tenha sido atingido, mas evidencia uma mudança de mecanismo: nesse ano, a valorização do magistério dependeu do reajuste genérico do funcionalismo, e não de um instrumento legal dedicado ao cumprimento da Lei do Piso — o que fragiliza a rastreabilidade do cumprimento da meta especificamente para essa categoria.

Um segundo eixo crítico é o represamento de progressões funcionais por carreira: o Decreto nº 2.434/2026 reconhece explicitamente uma pendência de seis anos no pagamento de promoções e progressões do magistério — ou seja, praticamente todo o período de vigência recente do PME transcorreu sem que parte da valorização por qualificação e tempo de serviço fosse efetivamente paga, mesmo havendo mecanismo formal previsto desde a Lei nº 2.065/2013.

Por outro lado, o dado do FUNDEB é favorável: a aplicação de recursos do Fundo em remuneração do magistério ficou entre 91,91% e 99,45% no período apurado, bem acima do piso constitucional de 70%. Isso mostra que a limitação não está na alocação orçamentária disponível para a folha do magistério, mas na governança do processo de reajuste — o dinheiro está sendo destinado à categoria, mas sua tradução em ganho real e em progressão funcional tem sido lenta e descontínua. É uma distinção importante: o problema da Meta 17 em Caraguatatuba parece ser mais de gestão e tempestividade do que de disponibilidade de recursos.

Cabe registrar ainda uma falha de transparência no monitoramento da meta: a Tabela 1 do Anexo I da Lei Municipal nº 2.065/2013, apontada como referência para os indicadores de desenvolvimento da Meta 17, está desatualizada. Em consulta realizada em 10/08/2026 ao texto compilado da lei, constatou-se que a tabela permanece sem atualização, não refletindo os valores de vencimento e piso atualmente vigentes. Isso é incoerente com o próprio papel do instrumento: se a tabela anexa à lei é a referência oficial para o vencimento do magistério, sua desatualização mina a possibilidade de qualquer cidadão, professor ou órgão de controle verificar o cumprimento do piso diretamente pela norma municipal, obrigando o recurso a fontes dispersas (portais de transparência, PowerBI, decretos avulsos) para reconstituir uma informação que já deveria estar consolidada e acessível em um único lugar.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
Defasagem sistemática entre a divulgação do piso nacional (janeiro) e sua incorporação à tabela salarial municipal (que em 2023 e 2025/2026 ocorreu meses ou mais de um ano depois).	Instituir mecanismo de atualização automática do vencimento inicial do magistério, vinculado por lei à data de publicação do piso pelo MEC, dispensando novo trâmite legislativo a cada ano.	Reduz a defasagem que hoje faz os professores receberem abaixo do piso vigente por períodos prolongados, além de dar previsibilidade orçamentária à gestão.
Represamento de seis anos no pagamento de progressões funcionais do magistério, reconhecido pelo próprio Decreto nº 2.434/2026.	Elaborar cronograma público de quitação retroativa das progressões pendentes, com prazos e dotação orçamentária definidos.	A progressão por qualificação e tempo de serviço é parte estrutural da valorização docente prevista na Lei nº 2.065/2013; sua suspensão prolongada esvazia o próprio plano de

		carreira.
Ausência de indicador oficial (Pnad Contínua) capaz de medir o Indicador 17A no nível municipal, impedindo o acompanhamento direto da meta em Caraguatatuba.	Desenvolver indicador municipal complementar, cruzando dados de RAIS/Censo Demográfico (rendimento de profissionais com ensino superior no município) com a folha de pagamento do magistério.	Sem esse indicador local, o monitoramento da Meta 17 depende de proxies indiretas (cumprimento do piso, aplicação do Fundeb), que não captam a equiparação de rendimento propriamente dita.
Instabilidade do Indicador 17A no estado de São Paulo (queda de 87,3% em 2023 para 79,9% em 2024, abaixo da média nacional).	Contextualizar o desempenho municipal frente à trajetória estadual, evitando comparações apenas com a média nacional, que mascara o desempenho mais frágil de SP.	Comparar Caraguatatuba apenas ao indicador Brasil pode gerar uma leitura otimista distorcida; o parâmetro estadual é mais realista para o contexto do município.
Em 2024, a valorização do magistério dependeu da revisão geral anual (LC nº 132/2024, 4,60% INPC, aplicável a todos os servidores), sem lei específica de adequação ao piso do magistério (R\$ 4.580,57) como houve em 2023 e 2026 — dificultando verificar se o piso daquele ano foi de fato atingido.	Publicar anualmente, junto ao reajuste geral, demonstrativo específico comparando o vencimento inicial do magistério (40h) ao valor do PSPN vigente, independentemente do mecanismo legal usado.	Sem esse demonstrativo, o cumprimento do piso do magistério fica implícito em reajustes genéricos, comprometendo a transparência exigida especificamente pela Meta 17.

[META 18]

Identificação da META: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Período analisado: 2013 e 2026.

Indicadores de desenvolvimento:

Tabela 1: Percentual de unidades federativas que possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério – Brasil – 2014/2021

Indicador 18A	2014	2018	2021
	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Estatística IBGE (2014/2021).

Fontes:

CARAGUATATUBA (Município). Lei nº 2.065, de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Caraguatatuba. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em:

<https://caraguatatuba.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/HTML/L20652013.HTML>.

Acesso em: 10 ago. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNWVmODFmZjUyYTRjYy00ZTgzLTk4YTMTOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024: Não houve ações citadas.

Conclusão: Caraguatatuba cumpre a Meta 18 em sua dimensão mais formal: possui, desde 2013, um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério estruturado por lei, antecedendo inclusive a vigência do PNE 2015-2026. Isso posiciona o indicador 18A como satisfeito de forma estável ao longo de todo o período monitorado. No entanto, a existência formal do plano não equivale à sua efetividade. Os dados levantados para a Meta 17 mostram que a referência ao piso salarial nacional — exigência explícita do texto da própria Meta 18 — tem sido cumprida de forma intermitente e com defasagem temporal recorrente, e que um dos mecanismos centrais do plano de carreira, a progressão funcional por qualificação e tempo de serviço, ficou suspensa por aproximadamente seis anos (2020-2026), reconhecidamente pela própria gestão municipal através do Decreto nº 2.434/2026. Não foi possível verificar, com as fontes disponíveis, se a composição da jornada de trabalho docente observa a reserva mínima de 1/3 para atividades extraclasse (hora-atividade), prevista na Lei do Piso e reafirmada pelo STF (Tema 958) como parâmetro de cumprimento da Meta 18. Assim, a leitura crítica do cumprimento da meta em Caraguatatuba deve deslocar o foco da pergunta "existe plano de carreira?" (já respondida positivamente há mais de uma década) para "o plano de carreira existente está sendo executado de forma contínua e tempestiva?" — pergunta para a qual as evidências apontam fragilidades relevantes.

Apontamentos:

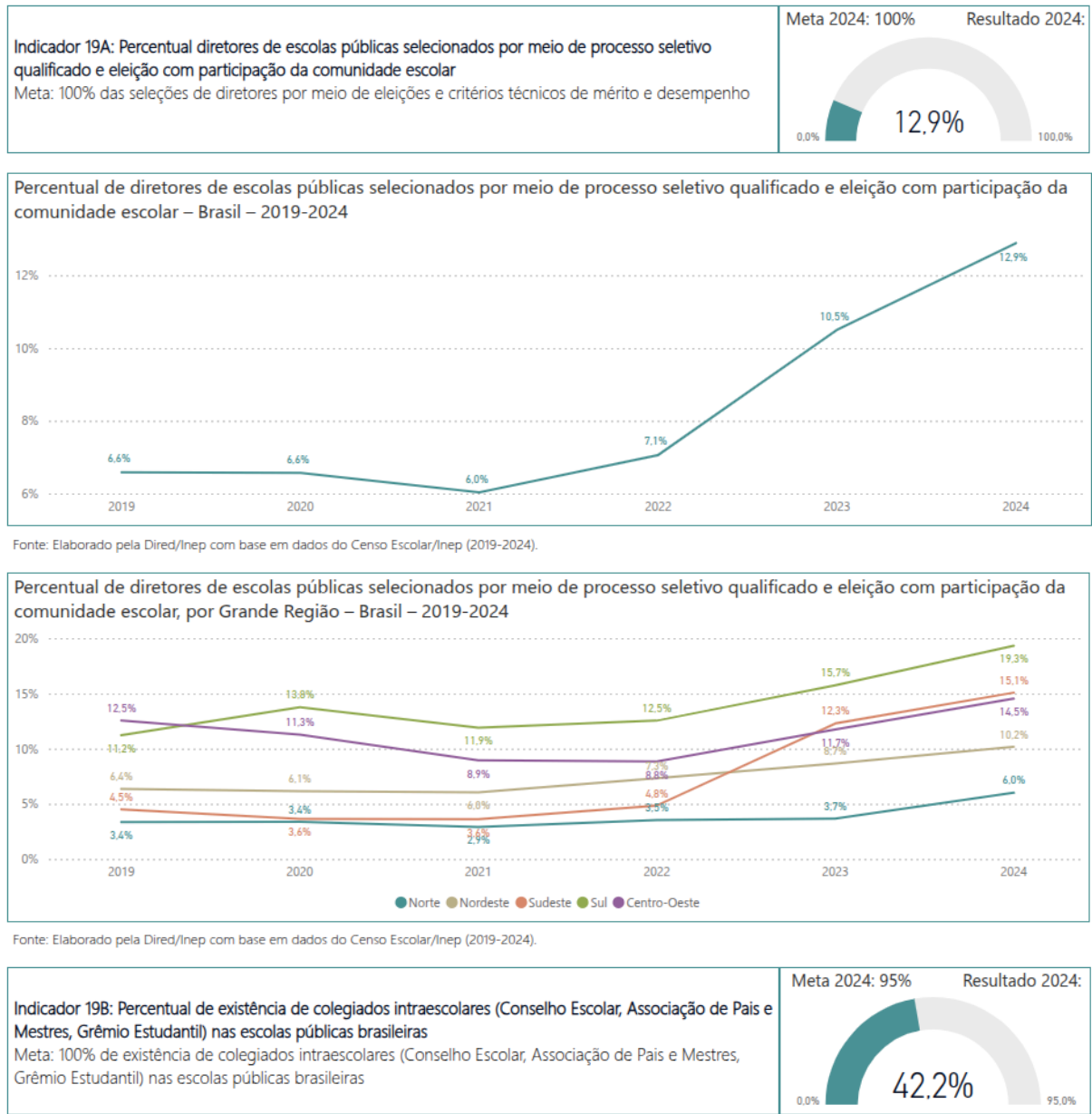
Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
O Indicador 18A capta apenas a existência formal do plano de carreira, mascarando falhas de execução já documentadas (progressões represadas por 6 anos, defasagem no cumprimento do piso).	Complementar o monitoramento da Meta 18 com indicadores de execução do plano de carreira (percentual de progressões pagas no prazo, tempo médio entre a publicação do piso nacional e sua incorporação salarial).	Um plano de carreira que existe no papel mas não é executado regularmente não cumpre a finalidade da Meta 18, que é assegurar uma carreira docente efetivamente estruturada e previsível.
O represamento de seis anos nas progressões funcionais (reconhecido pelo Decreto nº 2.434/2026) atingiu diretamente um dos pilares do plano de carreira previsto na Lei nº 2.065/2013.	Instituir mecanismo de acompanhamento público (painel ou relatório anual) sobre o cumprimento dos prazos de progressão previstos no plano de carreira do magistério.	Garante transparência e previne novos represamentos prolongados, que corroem a credibilidade do próprio instrumento de carreira.

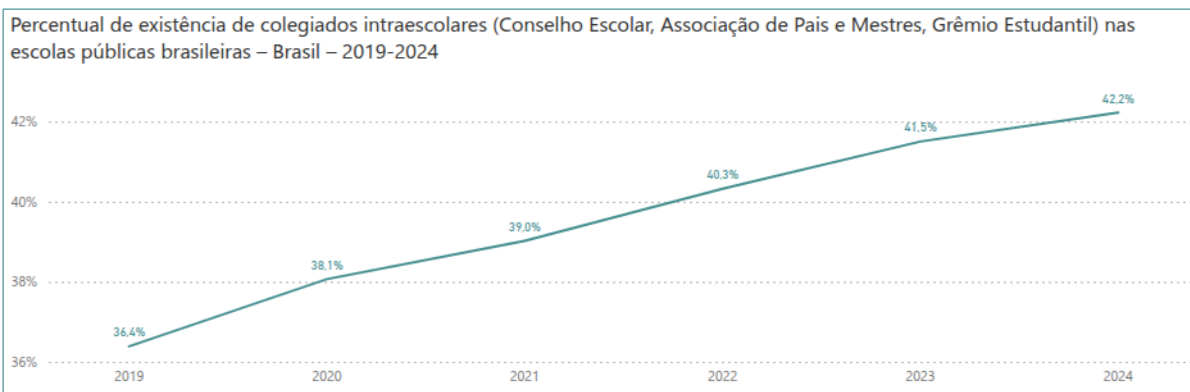
[META 19]

Identificação da META: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública, à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

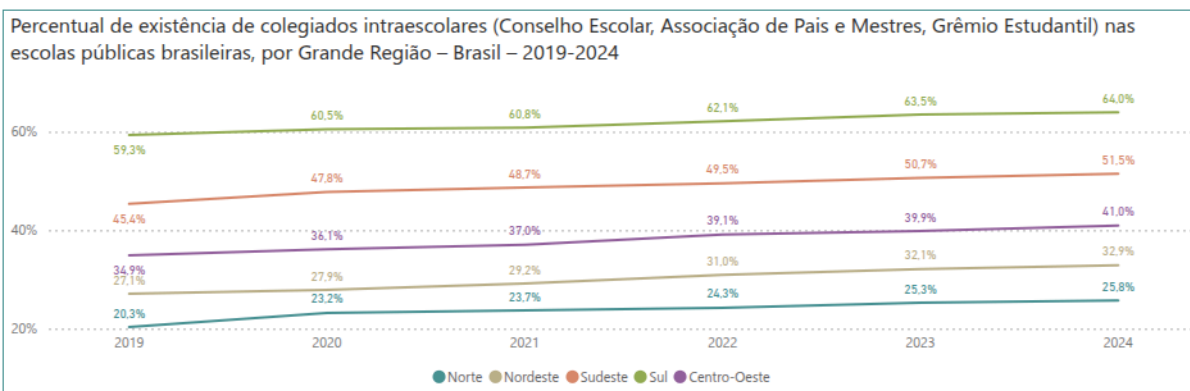
Período analisado: 2019 a 2026.

Indicadores de desenvolvimento:





Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar/Inep (2019-2024).



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar/Inep (2019-2024).

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWVhNGl5ZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

CARAGUATATUBA (Município). Lei nº 2.065, de 2013. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Caraguatatuba. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <https://caraguatatuba.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/HTML/L20652013.HTML>. Acesso em: 10 ago. 2026.

CARAGUATATUBA (Município). Lei nº 2.236, de 18 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Caraguatatuba e dá outras providências. Caraguatatuba: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2025/04/Lei-2236-18.06.2015-PLANO-PLURIANUAL-DE-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2026.

Conclusão:

Estratégia 19.1: “Instituir as eleições diretas bienais para o provimento dos cargos técnicos (coordenação, vice-direção, direção, supervisão, apoio pedagógico) constituindo a base eleitoral correspondente a 50% da sociedade civil e 50% dos profissionais da educação.”

A estratégia 19.1, presente no PME, é a única, entre as vinte estratégias da Meta 19, que fixa um desenho institucional específico e verificável para o provimento dos cargos de gestão escolar — eleição direta, periodicidade bienal e paridade de base eleitoral entre comunidade e profissionais. É, portanto, o parâmetro central para aferir se a política

municipal de escolha de diretores caminha no sentido da gestão democrática ou se dela se afasta.

Veja a tabela de comparação entre os dois últimos decretos municipais de Caraguatatuba que regulamentam a forma de provimento de cargos de gestão escolar na rede municipal de ensino.

Dimensão	Decreto nº 2.014/2024 gestão anterior	Decreto nº 2.540/2026 gestão atual
Etapa técnica	Avaliação de mérito e desempenho + Plano de Gestão	Prova objetiva + títulos/tempo de serviço + Plano de Gestão/Trabalho + entrevista
Participação social	Eleição direta em cada unidade escolar (09/12/2024), com voto de professores, funcionários, pais/responsáveis e alunos	Homologação por voto dos membros do Conselho de Escola (colegiado restrito), sem consulta à comunidade escolar em sentido amplo
Base eleitoral	Ampla — comunidade escolar de cada unidade	Restrita aos integrantes do Conselho de Escola
Aderência à Estratégia 19.1 do PME (eleição direta bienal, base 50/50)	✓ Aproximada — eleição direta, ainda que sem paridade formal declarada 50/50	⊖ Distante — não há eleição direta nem base eleitoral paritária
Aderência à Condicionalidade I do VAAR (Lei Federal nº 14.113/2020)	Atende pela via "participação da comunidade"	Atende pela via alternativa "mérito e desempenho", isoladamente suficiente por força do "ou" legal
Vice-Diretor e PCP	Não regulamentado neste ato — processo específico em 2024/2025	Indicados pelo Diretor eleito no certame e submetidos à homologação do mesmo Conselho de Escola

A comparação entre os dois últimos atos normativos deixa claro que houve mudança substantiva de modelo, e não mera atualização procedimental. O Decreto nº 2.014/2024 — editado pela gestão então em exercício, expressamente “para cumprir a condicionalidade expressa no artigo 14, §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.113/2020” — instituiu eleição direta em todas as 60 unidades escolares, com voto de professores, funcionários, pais e alunos. O Decreto nº 2.540/2026, editado pela gestão seguinte, dispensa essa etapa: a participação da comunidade escolar limita-se à homologação, pelo Conselho de Escola, do candidato já aprovado em prova objetiva, avaliação de títulos, Plano de Gestão e entrevista — todas etapas conduzidas por instituição contratada (Instituto Nosso Rumo) e pela própria Secretaria Municipal de Educação.

Essa mudança é juridicamente possível porque o art. 14, §1º, I, da Lei nº 14.113/2020 conecta os dois critérios de provimento — mérito/desempenho e participação da comunidade — pela conjunção “ou”. Cumprida a via técnica, a via participativa deixa de ser exigível para fins de habilitação ao VAAR. O próprio INEP, na Nota Técnica nº 9/2022, já havia sinalizado que essa redação afasta a Condicionalidade I do sentido original da Meta 19 do PNE, que trata mérito/desempenho e consulta à comunidade como indissociáveis. O novo decreto municipal, portanto, não viola a legislação federal do FUNDEB — mas se

afasta do padrão mais exigente e mais democrático que o próprio PME de Caraguatatuba havia fixado, em 2015, na Estratégia 19.1 (eleição direta bienal, base eleitoral paritária).

Em outras palavras: o que a legislação federal trata como piso mínimo (uma entre duas alternativas) foi tratado pelo PME local como teto desejável (eleição direta com paridade). O novo decreto abandona o teto do PME para se instalar exatamente no piso do FUNDEB — sem que isso configure, tecnicamente, descumprimento de norma federal.

O modelo vigente transfere para o Conselho de Escola — e não mais para o conjunto da comunidade escolar — a única etapa de participação social remanescente no provimento das três funções gratificadas (Diretor, Vice-Diretor e PCP). Essa transferência merece exame quanto à composição e a efetiva participação da comunidade escolar.

Os dados de participação eleitoral nos colegiados de controle social do município revelam um quadro preocupante para a efetividade da gestão democrática em Caraguatatuba. Enquanto o processo seletivo de escolha de diretores escolares 2025 mobilizou quase 4.300 votos distribuídos entre 58 unidades escolares — uma média de aproximadamente 74 votos por unidade —, as eleições dos conselhos municipais de controle social apresentaram números drasticamente inferiores: o CACSFUNDEB (Edital nº 04/2026) somou apenas 9 votos distribuídos entre os segmentos de professores, técnico-administrativos e pais de alunos; o CAE (2026) registrou 11 votos entre os segmentos de pais de alunos e sociedade civil; e o Fórum Permanente de Educação, somando os dois processos eleitorais realizados em 2025 (Editais III e V), reuniu apenas 31 votos, com diversos candidatos eleitos ou empossados com zero ou um único voto.

Se órgãos colegiados de âmbito municipal — que deveriam contar com maior estrutura de divulgação, mobilização e alcance institucional — apresentam níveis de participação tão ínfimos, é razoável supor que a situação nos Conselhos de Escola, organismos de base com estruturas de comunicação ainda mais limitadas e dependentes do engajamento espontâneo da comunidade escolar, seja igual ou mais grave. Esse contraste evidencia que a "gestão democrática" prevista na Meta 19 do PME tem se sustentado muito mais no formalismo processual — a existência de editais, atas e comissões eleitorais — do que na participação social efetiva, o que compromete a legitimidade representativa desses conselhos.

Tabela-síntese de participação eleitoral

Processo eleitoral	Unidades/segmentos	Total de votos registrados	Participação média
Eleição de Diretores Escolares (2025)	58 unidades escolares	≈ 4.300 votos	≈ 74 votos/unidade
CACSFUNDEB — mandato 2026 (Edital nº 04/2026)	3 segmentos (professores, técnico-administrativos, pais)	9 votos	3 votos/segmento
CAE — pais de alunos e sociedade civil (2026)	2 segmentos	11 votos	5,5 votos/segmento
Fórum Permanente de Educação (Editais III e V, 2025)	~15 subsegmentos (2 processos eleitorais)	31 votos	~2 votos/subsegmento (muitos com 0 ou 1 voto)
Conselho Municipal de Educação (CME)	—	Resultado não disponibilizado	—

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
A substituição do Decreto nº 2.014/2024 pelo Decreto nº 2.540/2026 trocou a eleição direta e paritária da Estratégia 19.1 por um modelo de prova + entrevista + homologação pelo Conselho de Escola, sem consulta prévia à comunidade escolar.	Reincorporar, em revisão futura do decreto ou do edital, consulta prévia à comunidade escolar antes da definição do modelo de provimento dos cargos de gestão, retomando o padrão de eleição direta com paridade fixado na Estratégia 19.1.	O PME de Caraguatatuba fixou em 2015 um padrão de gestão democrática mais exigente que o piso federal; abandoná-lo sem consulta comunitária esvazia o sentido participativo da própria Meta 19.
O CME, consultado sobre a minuta do Decreto nº 2.540/2026 e do Edital nº 01/2026, teve atuação limitada à manifestação opinativa (Manifestação CME nº 01/2026), sem poder de rejeitar os atos.	Instituir mecanismo de caráter deliberativo (não apenas consultivo) para o CME em decisões que alterem o modelo de gestão democrática escolar.	Um conselho apenas opinativo, sem capacidade de vetar ou condicionar decisões da gestão mesmo ao apontar problemas relevantes, esvazia o papel de controle social que a Meta 19 pretende assegurar.
A comparação entre a participação na escolha de diretores (~4.300 votos) e	Criar plano municipal de mobilização e divulgação para eleições de conselhos	Participação social é condição de legitimidade da gestão democrática;

nas eleições dos conselhos de controle social (CACSFUNDEB: 9 votos; CAE: 11 votos; Fórum Permanente: 31 votos) revela participação ínfima nesses colegiados, sugerindo problema ainda maior nos Conselhos de Escola, de estrutura mais restrita.	de controle social (CACSFUNDEB, CAE, Fórum Permanente, Conselhos de Escola), com metas mínimas de participação por segmento e prestação de contas anual ao Fórum Permanente de Educação.	números tão baixos comprometem a representatividade das decisões desses colegiados, ainda que os processos estejam formalmente regulares.
--	--	---

[META 20]

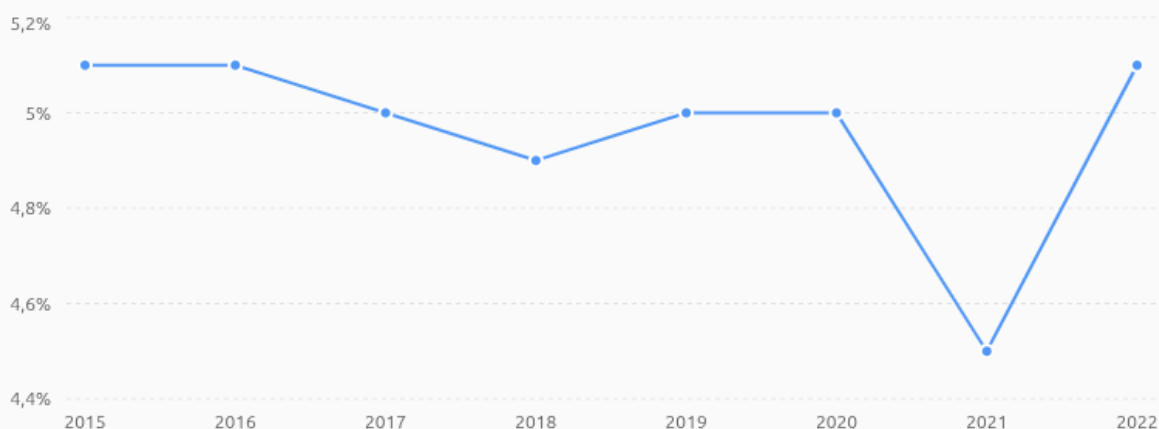
Identificação da META 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Período analisado: 2015 a 2022.

Indicadores de desenvolvimento:

Ano	Gasto público em educação pública* (R\$ bilhões)	Indicador 20A – % do PIB
2015	437,8	5,1%
2016	435,5	5,1%
2017	433,5	5,0%
2018	434,3	4,9%
2019	447,5	5,0%
2020	432,2	5,0%
2021	427,3	4,5%
2022	513,4	5,1%

Indicador 20A do Plano Nacional de Educação: gasto público em educação pública como proporção do Produto Interno Bruto.



Fonte: Inep/Dired, Painel de Monitoramento do PNE. Valores do gasto corrigidos pelo IPCA para dezembro de 2022.

Fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2026. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWVmODFmZjUyYTRjYy00ZTgzLTk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Conclusão: O Indicador 20A é calculado exclusivamente em nível nacional, a partir da soma de gastos de União, estados e municípios em proporção ao PIB do país. Não existe, e não é conceitualmente aplicável, um indicador municipal equivalente de "gasto público em educação como proporção do PIB de Caraguatatuba" — o PIB municipal não é a base de referência da meta, e o investimento municipal em educação, isoladamente, não determina o cumprimento ou não do patamar nacional de 7% ou 10%.

Os dados disponíveis mostram que o Brasil está distante da meta em todos os anos da série: o patamar oscilou entre 4,5% (2021) e 5,1% (2015, 2016 e 2022), sem nunca se aproximar dos 7% que deveriam ter sido atingidos no 5º ano de vigência do PNE (2019, quando o indicador foi de 5,0%) — quanto mais dos 10% previstos para o final do decênio. A meta nacional está, portanto, formalmente descumprida, e o cenário fiscal e político do período (Emenda Constitucional 95/2016, governos austeros, impactos da pandemia em 2020-2021) é apontado por análises como fator relevante para a estagnação do indicador.

Os trechos a seguir, retirados do Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022 produzido pelo INEP e Ministério da Educação, demonstram o acima afirmado: “Esses indicadores permanecem estagnados em torno de 5,0% e 5,5% do PIB e bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação. Considerando que esse aumento precisa ocorrer em um prazo relativamente curto, o esforço anual necessário para o atingimento desses objetivos pode ser considerado bastante elevado, mesmo tomando como referência a meta intermediária. Para atingir a meta intermediária, teria sido necessário ampliar o gasto em educação em torno de R\$140 bilhões (1,9% do PIB de 2020, corrigida a inflação do período). Já para o alcance da meta final, a qual prevê que o gasto público em educação pública atinja 10% do PIB até 2024, seria necessário praticamente dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de estabilidade real do PIB” – Fonte: Relatório de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação 2022 – INEP e Ministério da Educação.

(...)

O gasto público em educação pública em relação ao PIB mostra uma leve oscilação em torno de 5%. O indicador 20A era de 5,1% em 2015, sofreu leve oscilação para baixo, chegando a atingir 4,9% em 2018 e retornando ao patamar inicial em 2020. Em termos reais, nota-se que o gasto com educação pública teve leve alta de 1,5% (R\$ 5,8 bilhões) entre 2015 e 2020. Já o PIB, no mesmo período e corrigido pelo mesmo deflator para efeito de comparação, teve uma elevação de 0,6%. Essa pequena elevação no gasto, combinada ao fraco crescimento do PIB, explica a estagnação observada no indicador 20A.”

Assim como as Metas 13 e 14, a Meta 20 trata de um indicador de escala e responsabilidade nacional, incorporado ao PME de Caraguatatuba por reprodução do texto do Plano Nacional de Educação, sem adaptação que o tornasse um indicador acionável e monitorável no nível local. Um município não fixa, isoladamente, o percentual do PIB nacional destinado à educação — essa é uma decisão que depende primariamente de política fiscal e orçamentária da União (e, em menor medida, dos estados). Recomenda-se que essa questão seja discutida explicitamente na revisão do próximo Plano Municipal de Educação, substituindo ou complementando esta meta por um indicador de fato monitorável

e sob governança municipal — por exemplo, o percentual do orçamento próprio do município (recursos não vinculados a repasses obrigatórios de FUNDEB/estado/união) efetivamente investido em educação, com trajetória de crescimento ano a ano definida no próprio PME local.

A Meta 20, em sua redação atual, não é mensurável nem gerenciável no nível municipal. No plano nacional, o indicador permanece distante da meta de 7%/10% do PIB ao longo de toda a série 2015-2022, e não há dados públicos mais recentes (2023-2025) disponíveis no painel oficial de monitoramento do PNE até o momento deste relatório.

Apontamentos:

Problematização evidenciada	Ação recomendada	Justificativa
A Meta 20 mede um indicador de escala nacional (gasto público total em proporção ao PIB do país), sem correspondência com a competência ou capacidade de incidência da gestão municipal, sugerindo cópia do texto do PNE sem adaptação ao contexto local.	Incluir, na revisão do próximo PME, a reformulação da Meta 20 para um indicador de escala e governança municipal — por exemplo, o percentual do orçamento próprio do município destinado à educação, ou o valor investido por aluno com recursos próprios municipais (além dos repasses vinculados de FUNDEB, estado e união).	Um indicador sob controle da gestão municipal permite monitoramento real, responsabilização e formulação de metas de crescimento efetivamente perseguíveis pelo poder público local.
Não há, atualmente, um compromisso formal do município de ampliar, ano a ano, o investimento próprio em educação para além dos repasses obrigatórios (FUNDEB, convênios estaduais e federais).	1. Estabelecer, no próximo PME, meta de crescimento anual mínimo (em termos reais, descontada a inflação) do investimento municipal próprio em educação, com recursos do Tesouro Municipal, complementares aos repasses vinculados. 2. Publicar anualmente, em relatório de transparência, a composição do gasto educacional do município, discriminando a parcela de recursos próprios frente à de repasses estaduais e federais. 3. Vincular esse indicador ao acompanhamento do Conselho Municipal de Educação e do Fórum	Ampliar o investimento próprio do município, para além do que já é obrigatório por lei, é a única alavanca de fato disponível à gestão local para contribuir com o espírito da Meta 20 — diferentemente de tentar influenciar o percentual do PIB nacional, sobre o qual o município não tem qualquer governança.

	Permanente de Educação, com prestação de contas anual.	
Os dados do Indicador 20.A disponíveis no Painel de Monitoramento do PNE vão apenas até 2022, sem atualização para 2023-2025 até o momento deste relatório.	Acompanhar periodicamente a publicação de novas edições do Painel de Monitoramento do PNE (INEP) e de fontes complementares (ex.: Anuário Brasileiro da Educação Básica, Todos Pela Educação), incorporando os dados de 2023 em diante assim que disponibilizados.	Garante que os próximos ciclos de monitoramento do PME municipal reflitam a informação nacional mais atualizada possível, ainda que o indicador em si não seja de governança municipal.

Considerações Finais

O conjunto dos vinte relatórios de monitoramento reunidos neste documento revela um padrão mais preocupante do que a leitura isolada de cada meta permite perceber. Das metas efetivamente calculáveis com os dados disponíveis, a maioria não foi cumprida: a universalização da educação infantil (Meta 1), a distorção idade-série nos anos finais (Meta 2), a alfabetização até o 3º ano (Meta 5), o IDEB nas três etapas (Meta 7), a integração da EJA à educação profissional (Meta 10), a triplicação das matrículas técnicas (Meta 11), a adequação da formação docente (Meta 15) e a formação em pós-graduação e continuada do magistério (Meta 16) permanecem abaixo do patamar exigido — algumas por margens estreitas, outras por distâncias estruturais que dificilmente serão superadas sem mudança de política.

Um segundo bloco de metas — 8, 9, 12, 17 e 18 — apresenta cumprimento parcial: indicadores específicos foram atingidos (como a taxa de alfabetização geral da população de 15 anos ou mais, na Meta 9, ou a taxa bruta de matrícula no ensino superior, na Meta 12), enquanto outros da mesma meta permanecem distantes (o hiato racial da Meta 8, a erradicação do analfabetismo absoluto da Meta 9, a taxa líquida e a participação do setor público na Meta 12). Esse padrão de cumprimento fracionado é relevante porque um olhar superficial, que considerasse apenas o indicador mais favorável de cada meta, produziria um retrato indevidamente otimista do PME de Caraguatatuba.

Um terceiro bloco — as Metas 13, 14 e 20 — não pôde ser monitorado no nível municipal, por tratar de indicadores de escala nacional (titulação de mestres e doutores no país, investimento público em educação como proporção do PIB nacional) incorporados ao plano local sem adaptação à competência efetiva da gestão municipal. Trata-se de uma fragilidade de desenho do próprio PME, não de uma falha de monitoramento, e deveria ser corrigida na elaboração do próximo plano — substituindo essas metas por indicadores de escala municipal, efetivamente acionáveis pelas Secretarias de Educação locais e pelo Fórum Permanente.

Entre os achados mais relevantes deste ciclo, destaca-se a convergência entre as Metas 7, 15, 16, 17 e 18: a partir de 2021-2022, a rede municipal passou por uma reversão consistente na adequação da formação docente (Meta 15), sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e na EJA, no mesmo período em que o IDEB dos anos finais caiu de seu pico histórico (5,7, em 2019) para o pior resultado da série (5,3, em 2025) — enquanto a rede estadual do mesmo território permaneceu estagnada, sem piorar. Esse recuo coincide com o represamento de seis anos nas progressões funcionais do magistério, reconhecido pelo próprio Decreto Municipal nº 2.434/2026 (Metas 17 e 18), e com indicadores de formação continuada e pós-graduação docente que também reverteram sua trajetória de melhora (Meta 16). Este relatório não estabelece causalidade direta entre esses fenômenos, mas a coincidência temporal e a concentração dos problemas na rede sob gestão municipal direta — e não na rede estadual do mesmo território — apontam para um cruzamento que merece investigação prioritária por parte da Secretaria de Educação e do Fórum Permanente de Educação.

A Meta 19 (gestão democrática) evidencia um retrocesso normativo específico: a substituição do modelo de eleição direta e paritária, fixado pelo próprio PME na Estratégia 19.1, por um modelo técnico sem consulta prévia à comunidade escolar — tecnicamente compatível com a legislação federal, mas incompatível com o padrão mais exigente que o município havia se comprometido a seguir em 2015. Os dados de participação eleitoral nos demais colegiados de controle social do território (CACSFUNDEB, CAE, Fórum Permanente) reforçam que a fragilidade da participação social é um problema mais amplo, que ultrapassa a gestão democrática escolar.

Por fim, um padrão metodológico atravessa quase todas as metas: as ações citadas pela Administração Municipal 2021/2024 raramente foram confirmadas em documentação primária (portarias, editais, relatórios de execução) no âmbito deste monitoramento. Recomenda-se que os próximos ciclos do Fórum Permanente de Educação priorizem a obtenção dessa documentação, tanto para validar o histórico de políticas quanto para fortalecer a credibilidade deste relatório como instrumento de controle social sobre o Plano Municipal de Educação de Caraguatatuba.

Meta	Monitoramento	Cumprimento
Meta 1 – Educação infantil	Completo	Não cumprida
Meta 2 – Ensino fundamental (universalização)	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 3 – Ensino médio (15–17 anos)	Parcial	Inconclusiva
Meta 4 – Educação especial/inclusiva	Parcial	Inconclusiva
Meta 5 – Alfabetização até o 3º ano	Completo, com ressalvas	Não cumprida
Meta 6 – Educação em tempo integral	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 7 – IDEB	Completo	Não cumprida
Meta 8 – Escolaridade 18–29 anos / equidade racial	Parcial	Não cumprida
Meta 9 – Alfabetização 15+ / analfabetismo funcional	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 10 – EJA integrada à educação profissional	Parcial	Não cumprida
Meta 11 – Educação profissional técnica (triplicar)	Completo	Não cumprida
Meta 12 – Educação superior 18–24 anos	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 13 – Titulação docente do ensino superior	Não monitorada (dado indisponível)	Não avaliável
Meta 14 – Pós-graduação stricto sensu (escala nacional)	Não monitorada (dado indisponível)	Não avaliável
Meta 15 – Adequação da formação docente	Completo	Não cumprida
Meta 16 – Pós-graduação e formação continuada docente	Completo	Não cumprida
Meta 17 – Valorização do magistério	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 18 – Plano de carreira do magistério	Parcial	Parcialmente cumprida
Meta 19 – Gestão democrática	Parcial	Não cumprida
Meta 20 – Investimento público em educação (% PIB)	Não monitorável no nível municipal	Não cumprida (nacional) / não aplicável localmente